

PUBLICAÇÕES  
DA  
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

FUNDADA EM 1863

Premiada nas Exposições do Porto (1865), Paris (1867), Philadelphia (1876),  
Barcelona (1878) e Lisboa (1898)

Reconhecida como instituição de utilidade publica em Portaria de 22 de Fevereiro de 1918

---

ARQUEOLOGIA  
E  
HISTORIA

VOLUME I



PROPRIETARIA E EDITORA

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

SÉDE : — EDIFÍCIO HISTÓRICO DO CARMO

LISBOA — M. DCCCC. XXII

*A responsabilidade dos escritos insertos nas publicações d'esta Associação pertence exclusivamente aos seus autores, cuja ortografia é, portanto, como é intuitivo, respeitada.*

## PROLOQUIO

*Fundada em 22 de Novembro de 1863 por iniciativa do benemerito Architecto e Arqueologo Joaquim Narciso Possidonio da Silva, e legalmente constituída por Alvará de 19 de Janeiro do ano seguinte, tem sua séde no historico edificio do Carmo uma sociedade que, primeiro intitulada ASSOCIAÇÃO DOS ARCHITECTOS CIVIS E ARQUEOLOGOS, depois ASSOCIAÇÃO DOS ARCHITECTOS E ARQUEOLOGOS PORTUGUESES, por fim ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEOLOGOS PORTUGUESES (varios tempos nobilitada com o epíteto de «Real» adjunto a alguns d'esses titulos), desempenha em Lisboa funções de promotora de estudos de antiguidades.*

*Os seus membros, com os olhos sempre dirigidos para o passado, que é chão fecundo a que por inumeras raizes se liga o presente, procuram investigar, interpretar tudo quanto formou o viver material e em parte psiquico e social dos nossos maiores, revelado em monumentos, ruinas, inscrições, moedas, objectos de uso domestico, armas, instrumentos de trabalho, altares sagrados a deuses e a deusas. Por vezes reúnem-se em sessão e communicam uns aos outros os resultados a que chegaram em longas lucubrações*

*No mesmo edificio está organizado um Museu de Arqueologia, onde o público pôde contemplar, expostos por ordem cronologica ou tipologica, muitos objectos dependentes das classes que ficam mencionadas, e provenientes, na sua grande maioria, do nosso proprio país, o que os torna outros tantos elementos de conhecimento da historia patria.*

*Para complemento da sua vida scientifica, a Associação pu-*

blica, desde 1865, uma revista, que até 1867 se intitulou «ARCHIVO DE ARCHITECTURA CIVIL, jornal dos Architectos Portuguezes e Archeologos», ao todo com dez numeros, que formam uma serie. Interrompida durante alguns anos a publicação, recommençou em 1874 com o titulo de «BOLETIM DE ARCHITECTURA E ARCHEOLOGIA da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes», que até 1890 formou outra serie (a 2.<sup>a</sup>), com seis volumes. Apareceu 3.<sup>a</sup> serie, de 1894 a 1900, e 4.<sup>a</sup>, do 1901 a 1903, com o mesmo titulo de cima; 5.<sup>a</sup> serie, de 1910 a 1921, com o simples titulo de «BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS ARCHEOLOGOS PORTUGUEZES», visto que a Associação se reconstituira só com archeologos, independentemente de architectos.

Quemquer que lance os olhos aos volumes até agora publicados, verá logo, ora em notas e apontamentos, ora em artigos elevados, a riqueza de materiais archeologicos, historicos, bibliograficos que neles se encerram, ás vezes ilustrados com gravuras ou litografias.

Tendo-se, como vimos, fechado em 1921 a 5.<sup>a</sup> serie do BOLETIM, vai este hoje iniciar nova serie com o titulo de «ARQUEOLOGIA E HISTORIA», «Publicações da Associação dos Archeologos Portugueses». Como, além de escritos especialmente archeologicos, se continuarão aqui a publicar, na nova fase da nossa revista, tambem artigos historicos, fica assim o titulo mais nitido, por corresponder a dois campos diferentes, embora contiguos.

Oxalá que os membros da Associação do Carmo se possuam cada vez mais do amor a esta, e dêem á ARQUEOLOGIA E HISTORIA colaboração contínua, sem exclusão da que puder advir-lhe de individuos de fóra!

Lisboa, 7 de Agosto de 1922.

J. LEITE DE VASCONCELLOS.

Presidente da Associação dos Archeologos Portugueses.

## A CERAMICA LISBONENSE NOS PRINCIPIOS DO SECULO XVII

Quando Filippe 2.<sup>o</sup> fez, em 1619, a sua entrada triumphal em Lisboa, tanto o commercio como a industria lhe levantaram custosissimos arcos. O dos oleiros não foi dos menos curiosos e emquanto que a maior parte d'elles figuravam mais ou menos scenas historicas, este ornamentava-se com emblemas da sua arte. Lavanha, o chronista official da festa, não só nos dá a estampa, mas a descripção do arco.

Eis os trechos da descripção que mais nos importa conhecer :

«No outro lado da mão esquerda estava pintada a Arte, a seus pés varios instrumentos mechanicos, e entre elles uma roda de oleiro, na qual ella tinha posto a mão esquerda e na direita *um vaso de porcelana da que se fas em Lisboa* contrafeita da China ; ao pé d'esta figura havia est'outro quarteto :

Aqui monarcha excelso soberano  
Vos offerece a arte peregrina  
Fabricado no reino lusitano  
O que antes nos vendeu tão caro a China.

Em cima, no quadro pequeno, havia outro emblema ; era uma nau da India, da qual se descarregavam barcos de porcelana da China, e outros navios estrangeiros que carregavam da nossa, e outros que já carregados d'ella, sahiam do porto. Era a letra d'este emblema : *Et nostra pererrant* — «Tambem as nossas vão a varias regiões.»

A descripção de Rodrigues Lobo combina com esta. Eis algumas das quadras do seu romance XXXIV :

Es obra de los Oleros  
Que su arte e su renombre  
A la mas clara nobleza  
La prefieren e anteponen.

Y ansi muestran que de barro  
 Hizo Dios el primer hombre,  
 Dando la palma a su officio  
 Como se empegara entonces.

Y tras este pensamiento  
 Con empresas y tenciones  
 Que a la misma proficion  
 Engrandecen y hazen noble.

Cuentan de naturaleza  
 Y arte infinitos primores  
 En los vasos de Lisboa,  
 Que hoy llevan por todo el orbe.

Los unos por su fineza,  
 Los otros por sus olores,  
 Que obligan injustamente  
 Appetitos de la Corte.

Os disticos do arco dos oleiros transcriptos por Lavanha despertam-nos varias considerações. Vê-se, em primeiro lugar, que o fabrico da ceramica em Lisboa, n'aquella época, tinha tomado grande desenvolvimento, quando é certo que no seculo XVI era enorme a quantidade de louça que nos vinha de Sevilha e Talavera, como se verifica d'uma preciosa estatistica que existe manuscripta na Bibliotheca Nacional de Lisboa. Isto não fallando nas porcelanas que vinham com tanta abundancia do Oriente. Em segundo lugar é curioso o dizer-se que a ceramica fabricada em Lisboa era uma contrafacção da porcelana da China. O mesmo phenomeno se dera em Talavera, segundo assevera fr. André de Torrejon, citado em Riaño. Esta circumstancia explica-nos, como veremos, a sua repetição em Portugal.

Um trecho que se nos deparou nos *Discursos* de Manuel Severim de Faria é o mais interessante commentario á descripção de Lavanha e vem esclarecer um periodo fecundo da ceramica portugueza. Eis a passagem alludida, que, segundo estamos convencidos, é a primeira vez que é aproveitada e posta em relevo:

«Poucos annos ha que um oleiro, que veio de Talaveira a Lisboa, vendo a bondade do barro da terra, começou a lavar louça vidrada branca, não só como a de Talaveira, mas como a da China, porque na formosura e perfeição podem competir as perçolanas de Lisboa com as do Oriente, e imitando-o outros officiaes cresceo a mercado-

ria de maneira que não sómente está o reino cheio d'esta louça, mas vae muita de carregação para fóra da barra».

Infelizmente estes dados não nos satisfazem por completo, porque a investigação não desceu até onde fôra para desejar. Severim de Faria, espirito lucido e cultivado, não tratava *ex-professo* o assumpto e mal imaginaria elle a importancia que um dia se poderá ligar a esta passagem. Hoje é difficil descobrir os vestigios d'essa actividade, porque o tempo os destruiu porventura completamente e porque os nossos industriaes se esqueceram talvez de pôr as marcas das suas fabricas. E' o sestro dos nossos industriaes e dos nossos artistas. Ou por modestia ou por incuria, deixam no maior numero dos casos as suas obras envoltas no veu do anonymo.

Quanto ao nome dos fabricantes estamos persuadidos que não será absolutamente difficil descobri-los e inventariar os. No archivo municipal de Lisboa devem existir vestigios documentaes da existencia dos oleiros da época. Se elles estavam embandeirados, como tudo leva a crer, os principaes do officio hão-de figurar em algum acto publico. Esperamos que não será illudida a nossa expectativa.

23-9-1889.

#### NOTAS AO ARTIGO ANTERIOR

No *Livro dos Regimentos dos officiaes mecanicos da mui excelente e sempre leal Cidade de Lix<sup>a</sup>, reformados por ordenação do Illustrissimo Senado della pllo L.do Dr.<sup>te</sup> nunez de liam Ano MDLXII*, vem o Regimento dos oleiros, e ahi se especifica o que deve fazer o official que se queira examinar em louça vermelha, vidrada e verde. «E o que se quizer examinar de louça *branca de talaueira* saberaa fazer hũa almofia de boticario que leue meo alquere de qualquer cousa que lhe botarem.

Item faraa outra almofia grande de pee.

Item faraa hũ prato grande que se chama gallynheiro.

Item hũa albarrada de canada de ago.

Item toda hũa botica cõ suas arredomas e botões e panellas que leuem até arroba.

Item saberaa enformar, vidrar e coser.

E o que se houuer de examinar de telheiro e tijoleiro, etc.»

No fim do regimento está uma nota de 30 de abril de 1616 a res-

peito da forma e dimensões que devia ter o tijolo. A letra d'esta nota é um pouco differente da anterior.

(*Archivo Municipal de Lisboa*).

A respeito dos barros de Lisboa ha uma allusão interessante no seguinte soneto, que vem n'um *Cancionero* manuscripto descripto por Gallardo (n.º 1052 do 1.º vol. col. 1096):

Entendi que tomabas el acero,  
 Y veo que mejor tomas el oro;  
 Dígote que me abraso y que te adoro,  
 Y dícesme : «Non plus, si no hay dinero.»  
     Satanás te arrebate, si ser quiero  
 De tan bellaca Angélica Medoro.  
 Si me cansare más, tómete un toro  
 Que en las orillas se orinó del Duero.  
     ¡Eso es que pide barros de Lisboa,  
 Si no dinero; tu opinion maldigo  
 Y la mia defiendo à espada y capal  
     Sólo por esta causa mudo proa,  
 Y à la más ilustrisima le digo :  
 «Si quieres ocho, amores; si no, tapa.»

Seguem-se alguns nomes de oleiros que pudemos colher durante as nossas pesquisas no Archivo da Torre do Tombo :

Afonso Machado (Chancellaria de D. Affonso V, L.º 29, fl. 79 v.), Agostinho Carvalho (Matriculas, 5,830), Antonio Gonçalves (Convento de Christo, 124), Antonio Francisco (Matriculas, 3,413), Antonio Nunes Ribeiro (Matriculas, 5,840 v.), Antonio da Rosa (D. João III, *Privilegios*, L.º 1, fl. 11), Domingos Marques (Matriculas, 5,838 v.), Domingos Martins (D. João IV, L.º 17, fl. 9), Esteve Anes (D. Affonso V, L.º 13, fl. 85 v.), Fernão Delgado (D. Affonso V, L.º 14, fl. 4), Fernão de Miranda (D. João II, L.º 8, fl. 1 v.), Fernão Pires (D. Affonso V, L.º 14, fl. 4), Ignacio da Costa (Matriculas, 5,857), Gonçalo Dias (D. João II, L.º 9, fl. 71 v.), João Gonçalves (D. Affonso V, L.º 22, fl. 111), João Gomes (D. João II, L.º 9, fl. 61 v.) João Rodrigues (D. João II, L.º 9, fl. 6), João Rodrigues (D. Manuel, L.º 46, fl. 69 v.), Luis de Moura (Matriculas, 6,150).

*Sousa Viterbo.*

# A CRUZ MANOELINA DO CONVENTO DE CRISTO

DESENVOLVIMENTO DAS COMUNICAÇÕES FEITAS NAS SESSÕES  
DE 17 DE MAIO DE 1920 E DE 29 DE JANEIRO DE 1921  
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

POR F. A. GARCEZ TEIXEIRA

A alta consideração que a Ordem de Cristo mereceu a elrei D. Manoel I, traduziu-se numa multidão de factos que não rememorei, por desnecessário a êste estudo. Bastará apenas citar o famoso Côro da Igreja do Convento de Tomar, hoje despido do valiosissimo cadeiral, e o interior de Charola do mesmo Convento com as suas belas pinturas, completadas já no reinado de D. João III, para atestarem a atenção que D. Manoel dedicava às coisas daquela Ordem.

Preciosas eram também as alfaias e objectos do culto, que aquele rei ofereceu à Ordem. Entre elas, figurava o relicário em forma de cruz, de que me ocupo nêste estudo e que, como se verá, era talvez a obra prima da ourivesaria portuguesa.

Aqui procurei recolher as noticias que dêle encontrei e que hoje constituem talvez tudo o que resta daquele precioso objecto.

\*

A primeira noticia que conheço daquele relicário, é a que vem no *Libro de la ynclita caualleria de Christo en la Corona de Portugal* (1), onde se lê, a fl. 61 v. o seguinte, que trascrevo apenas com emenda de alguns erros de cópia :

(1) Ms. incluindo no códice n.º 648 da Colecção Pombalina da Biblioteca Nacional, que tem na lombada o titulo *Papeis antiquissimos. Mordomias da casa da Rainha a senhora D. Catharina.*

O ms. que interessa a êste estudo, começa a fl. 410 (numeração a lapis) e só a 2.ª parte tem titulo, faltando-lhe as primeiras 50 folhas.

Está começado a transcrever no *Boletim da Associação dos Arqueólogos Por-*

«Primeramente tiene (*a sacristia*) vna cruz de oro q̄ pesa de quinze asta diez y seys marcos de oro el qual dio el Rey don manuel.

«Tiene sembrados por diuersas partes setenta perlas orientales muy redondas y gruesas de manera q̄ son maiores que camarifias. El crucifixo es de la mesma manera de oro e tiene por clavos tres diamantes de mucho precio y toda ella esta llena de figuras de arto rreliouo y de esmalte finisimo. Tiene endonde se harman los braços y la cruz vn bacio que sirve de rrelicario aonde esta vn pedaço del madero de la sancta vera cruz y tiene colgada como yo uide vna columna de cristal dentro de la qual esta vna espina de la corona del saluador y tambien tiene otro joiel de oro dentro del qual esta otra espina. Yten cuelga desta cruz otra pequena de oro que a costumbraua traer elle mesmo rrey don manuel y en ella está otro pedaço de la santa uera cruz».

Êste manuscrito foi escrito em 1590, segundo se deprende do que se diz a fl. 154. E' seu autor Fr. Hieronimo Roman, da Ordem de S.<sup>to</sup> Agostinho. Fazia parte do *Livro das três Ordens Militares dêste Reino* (1), a que se refere a *Bibliotheca Scriptorum Hispaniarum*, a pg. 456 e o *Agiologio Lusitano*, a pag. 263 do vol. II.

O autor, apesar dos exageros de expressão, que se notam em algumas passagens, e que bem denotam a sua nacionalidade, vê-se que teve perfeito conhecimento dos objectos que descreve e é digno do maior crédito, pelo que se vê dos assuntos cuja exactidão ainda hoje é verificável.

Passa-se largo tempo sobre esta noticia, sem que nenhuma outra apareça daquelle relicário. A primeira que encontrei, data já de fins do século XVII, é de Frei Jacinto de S. Miguel (2), e diz:

«Tem (*o Convento de Cristo*) hum sanctuario de reliquias e entre outras hum relicário del Rey D. M.<sup>el</sup> obrado pelos gr.<sup>es</sup> engenhos da India or.<sup>al</sup> avaliado em 24 U cruzados e hum habito de X<sup>o</sup> de ouro esmaltado, que deo Felipe 1.<sup>o</sup> deste reyno, avaliado em 14 U.»

Êste autor esteve em Tomar quando tratava de escrever a vida

*tugueses*, tom. XIII, 5.<sup>a</sup> série, n.<sup>o</sup> 7, pag. 279, e nos *Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*, vol I, tomo I, pag 25.

(1) Na *Miscelanea de papeis historicos e politicos de Portugal*, ms. 15-V-25 da Biblioteca da Ajuda, vem uma cópia completa dêste livro.

(2) Biblioteca Nacional. — *Papeis Varios*, ms. n.<sup>o</sup> 8842, fl. 196 v.

de Frei António de Lisboa, e portanto deve ter visto o relicário. No entanto, julgo que ainda assim haverá alguma coisa a rectificar na sua notícia, como adiante direi.

Cabe agora a vez de depor a D. António Caetano de Sousa (1).  
Descreve o relicário nestes termos: •

«No Most.<sup>o</sup> de Tomar — Nesta casa se conserva hũa Cruz de Ouro q̃ El Rey D. M.<sup>el</sup> lhe deu feita do p.<sup>to</sup> ouro q̃ lhe veio do Oriente com hũa pianha de filagrana guarnecida de pedras preciosas».

E' sabido o grande crédito de que é merecedor este inteligente e operoso historiador. Ainda assim julgo que uma pequena correcção ha a fazer nesta descrição, como adiante terei ocasião de mostrar.

A êste depoimento, do meado do século XVIII, seguem os últimos que encontrei e que são já do começo do século XIX. No *Livro que ade servir p<sup>a</sup> a receita e despeza da Sacrestia deste Real Convento de Thomar* (2), vem a fl. 5 um inventário, onde, entre as peças do *Santoario* (fl. 9 v.), figura «hum reliquiario, q̃ deu o Snr. Rey D. Manuel o qual teve oitenta e seis perolas, duas das quais estão na caixinha q̃ esta no Santoario, e faltão quatro, e devendo ter seis apostolos, somente tem dois, e hum dos Serafins está na dita caixinha».

Este inventário termina: «E nada mais se achou nesta officina da Sacrestia deste noso Real Convento de Thomar, cujas alaias todas recebeo por este inventario o P<sup>e</sup> Sacristão mor, e por ele as entregará de que fiz este termo que o d<sup>o</sup> comigo asinou em 23 de Julho de 1800 — Fr. Fran.<sup>co</sup> Furtado de Mendonsa — Secretario — Fr. Luiz Barbosa».

A fl. 16 do mesmo livro, lê se o seguinte:

«Termo de entrega e pose». — «Aos quinze dias do Mez de outubro do ano de mil oitocentos, e um na sacrestia deste noso Real Convento da Ordem de Christo, onde eu Secretario do d<sup>o</sup> Convento vim, e sendo ai presente o Ill.<sup>mo</sup> P.<sup>e</sup> Subprior do mesmo Convento os M.<sup>to</sup> R.<sup>dos</sup> P.<sup>es</sup> Deputados, abaixo asinados e bem assim o P<sup>e</sup> Fr. Luiz Barbosa Sacristão Mor q̃ foi deste d<sup>o</sup> Convento se procedeo á

(1) Biblioteca Nacional. — *Apontamentos para o Agiologio Lusitano*, ms. A. 2. 40 a 44, vol. 4.º, pag. 141.

(2) Tôire do Tombo. — *Christo*, n.º 111.

Revista de todas as Alfaias da nosa Igreja, e suas Reliquias, p<sup>a</sup> delad entrega o d<sup>o</sup> P<sup>e</sup> Sacristão Mor q̄ foi na forma do seu Inventario; e principiando pelo Santoario se achou estar conforme em tudo exceto no Reliquiario q̄ deu o Snr Rey D. M<sup>el</sup> lansado a fl. 9 v. onde falta uma pedra vermelha cuja falta por esquecimento se não lansou no pasado Inventario, mas q̄ de muitos anos não existe :.....»

\*

Apresentada esta documentação, infelizmente mais incompleta do que era para desejar, resta estudá-la e vêr o que dela se pôde concluir.

Quanto à fábrica da Cruz, é certo que era de ouro e esmalte, tendo oitenta e seis perolas, pois se deve evidentemente admitir o número de perolas indicado no inventário de 1800 por ser superior ao da descrição do século XVI.

Tinha também um ou mais rubís ou granadas e dois ou mais que-rubins; três diamantes serviam de cravos ao Cristo; seis apóstolos, em vulto, de ouro e esmalte, ornavam a Cruz, que assentava sobre uma peanha, provavelmente em estilo gótico do último período, talvez mesmo já no de transição, estilo a que D. António Caetano de Sousa daria erradamente o nome de *flagrana*, pois que esta, como hoje é praticada, seria imprópria para constituir uma base capaz de sustentar uma peça pesada, e de servir de engaste a pedras. Uma relíquia alojada num espaço vazio no cruzamento dos braços com a haste da cruz, outra dentro de uma coluna de cristal, outra num engaste de ouro, e uma cruz pequena de ouro, que também continha um Santo Lenho, completavam o precioso relicário.

O seu peso era 3<sup>kg</sup>,440 a 3<sup>kg</sup>,700.

Eis o que se pode afirmar com respeito ao feitio da Cruz.

Com respeito à origem do ouro de que era feita, deve evidentemente aceitar-se a asserção de D. António Caetano de Sousa, de ser do primeiro ouro que veio do Oriente. Pois se dêsse ouro mandou D. Manuel fazer a Custódia que ofereceu ao Convento dos Jerónimos, por que razão não praticaria de igual forma com a Cruz que ofereceu ao Convento cabeça da Ordem de Cristo, que êle reconheceu como o seu grande auxiliar nas conquistas do Oriente?

A proveniência oriental da matéria empregada no fabrico da Cruz deu certamente origem à afirmação de Fr. Jacinto de S. Miguel, de haver ela sido «obrada pelos grandes engenhos da India Oriental».

Dali só proveio a matéria prima. O lavrante foi europeu e, embora sem documentação segura, por conjecturas razoáveis, sou levado a identificá-lo com Gil Vicente, o genial lavrante da Custódia dos Jerónimos.

Não sendo comuns os artistas de envergadura de Gil Vicente, e sendo provável que D. Manoel não quizesse oferecer ao Convento de Tomar uma obra inferior à que oferecia ao Convento dos Jerónimos, natural era que encarregasse Gil Vicente de lavar o relicário destinado áquele Convento. A corroborar esta hipótese, temos o alvará de 15 de Fevereiro de 1509 (1), em que D. Manoel faz Gil Vicente «vedor de todas as obras que mandamos fazer ou se fizerem de ouro e prata para o nosso Convento de Tomar...».

E' facto que não se conhece o ano em que a Cruz foi feita, mas isso não invalida a hipótese que estabeleço e que outros factos tendem a confirmar, como vou dizer.

O confronto das descrições da Cruz com a Custódia dos Jerónimos, mostra-nos grandes analogias de factura. Lá estão em ambas as figuras dos Apóstolos, em vulto, de ouro e esmalte, tão características. Lá está ainda o mesmo estilo brincado, a que D. António Caetano de Sousa chamou *filigrana*.

Estas analogias de factura, e o facto de Gil Vicente ser vedor das obras de ouro e prata do Convento de Tomar na época provável da construção da Cruz, tornam lícita a admissão de hipótese de ela ser obra daquele grande ourives.

Do seu valor, podemos fazer uma ideia bastante aproximada, baseando-nos no depoimento de Fr. Jacinto de S. Miguel: estima êle o valor da Cruz Filipina em 14000 cruzados e o da Cruz Manoelina em 24000, isto é, 1,7 vezes o valor da primeira. Não é tarefa fácil

(1) Cartório do Hospital de S. José. — Livro 1.º do Registo Geral, fl. 20 v. n.º 943.

Póde lêr-se êste Alvará na íntegra, na *Vida e Obras de Gil Vicente*, por A. Praamcamp Freire, pag. 433.

representar por números o valor de objectos em que concorrem tão variadas e importantes qualidades. Limito-me, pois, a recomendar o exame da Cruz Filipina, actualmente no Tesouro da Sé Patriarcal, e a chamar a atenção para o coeficiente acima indicado.

\*

Tratarei agora das vicissitudes por que passou a Cruz Manoelina.

Até á data das notícias do século XVIII, parece estar ela intacta. Em 1800, já lhe faltavam quatro pérolas, estando também duas soltas; faltava-lhe ainda uma pedra vermelha; tinha um dos serafins solto, e faltavam-lhe quatro dos seis apóstolos. Também já não havia referências aos três diamantes que serviam de cravos, ou porque já tivessem desaparecido, ou talvez mesmo porque o Cristo já não existisse.

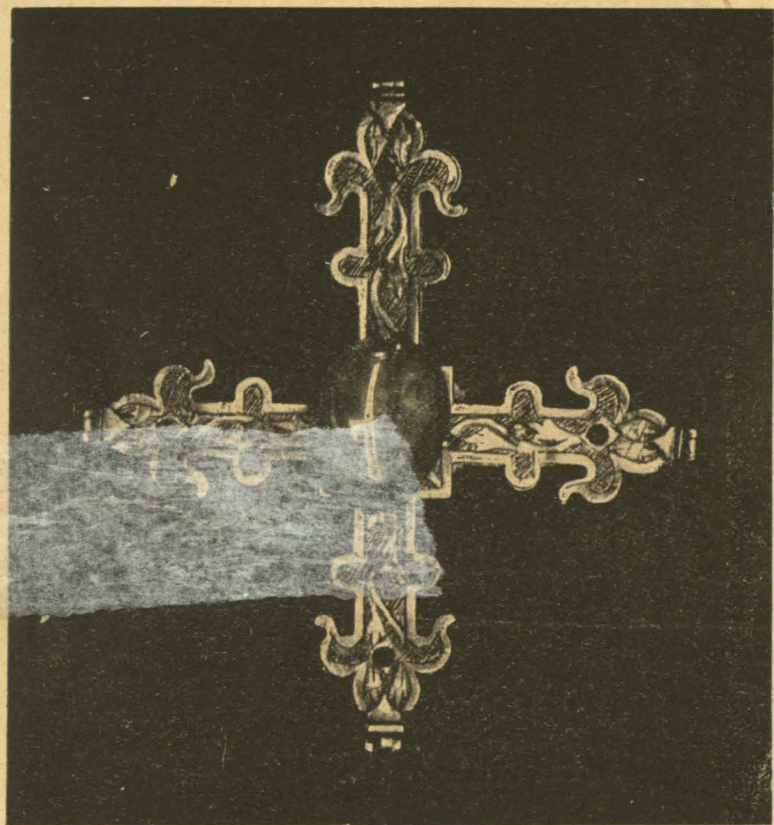
Eram, pois, já grandes os estragos que tinha, e difficilmente explicáveis num relicário na posse de uma corporação em que se não tinham dado soluções de continuidade e em época em que se não podia ainda invocar os *franceses* e os *liberais*, como depois foi uso fazer para desculpar faltas da ordem daquelas a que me refiro e que constam de documento autêntico.

Parecia á primeira vista que os inventários do Convento me deviam elucidar com segurança do ulterior destino da Cruz. Infelizmente assim não é, não só por haver falta dos inventários de 1801 a 1817, como também pelo modo defeituoso como eram feitos os que ainda existem. As peças são ali insufficientemente descritas e não teem indicados os pesos. Objectos ha que desaparecem do inventário de um ano para o seguinte, sem a menor explicação. Desta forma, só conjecturalmente poderei ir seguindo o destino da Cruz Manoelina.

Por decreto de 1 de fevereiro de 1808, foram mandados recolher á Casa da Moeda os objectos de ouro e prata das igrejas, capelas e confrarias, sendo uma parte deles fundidos, para ser abatido o seu valor na contribuição de guerra lançada por Juhot.

Em virtude dêste decreto, entregou naquella Casa da Moeda o Provedor da Comarca de Tomar, D. Bartolomeu de Faria Pimentel Cabral Maldonado (4) «vinte e tres marcos, cinco onças e duas oitavas

(4) Arquivo da Casa da Moeda — *Livro de Conferencia de entrada e saída do ouro das igrejas, capelas e confrarias em o ano de 1808*, pag. 4.



CRUZ RELICARIO DE OURO  
QUE PERTENCEU AO CONVENTO DE CRISTO  
ACTUALMENTE NO TESOURO DA SÉ DE LISBOA  
TAMANHO NATURAL

de ouro em uma Cruz esmaltada e outra pessa que ambas serviam de relicarios pertencentes á Igreja do Convento de Thomar». Esta entrada foi em 25 de Abril e em 30 de Dezembro se dava saída a estes objectos <sup>(1)</sup> «que por aviso do Secretario do Estado dos Negocios do Reino que se acha registado a fls. 97 do L.<sup>o</sup> 12 do Registo da Casa da Moeda se mandavam entregar ao D. Prior do Convento de Thomar».

Interessa saber o que era essa *pessa* e para isso alguma pouca luz lança o despacho registado a fl. 97, que diz : «Informação — Snr. O Supp.<sup>te</sup> Prior Mor da Ordem de Christo requer a V. A. S. as pessos de prata que se achão reservadas nesta Casa da Moeda pertencentes á dita ordem; e examinando as que com effeito existem, são as seguintes :=Huma Cruz de ouro esmaltado=Hum relicario de ouro com sua pianha = Huma imagem de S.<sup>to</sup> Antonio dentro de uma Esfera tudo de prata <sup>(2)</sup>, as quaes pessos estão nos termos de se entregarem ao mesmo Prior...»

Por esta informação se vê que a tal peça era um relicário com sua pianha, e portanto condizia com a descrição genérica, que conhecemos da Cruz Manoelina. Mas, o peso da Cruz Filipina e da peça era 23<sup>me</sup> 5<sup>onc</sup> 2<sup>oit</sup>, e o peso da Cruz Filipina 15<sup>me</sup> 4<sup>onc</sup> 2<sup>oit</sup> <sup>(3)</sup>. Era portanto o peso da peça 8<sup>me</sup> 1<sup>onc</sup>.

Sendo o peso da Cruz Manoelina, no século XVI, pelo menos 15 marcos, como atrez se viu, parece que aquele relicário e a Cruz não seriam o mesmo objecto, ou então que esta teria continuado a ser destruída como já havia começado a sê-lo no século anterior, achando-se reduzida quasi a metade do seu peso primitivo.

Talvez que isto seja assim, pois que os apóstolos deviam ser bastante pesados e, como vimos, já quatro haviam desaparecido, e era possível que os dois restantes já se lhe tivessem reunido. O Cristo,

---

Devo deixar aqui consignado o meu reconhecimento aos Ex.<sup>mos</sup> Srs. Schiappa de Azevedo e S. J. Vigon, que obsequiosamente me auxiliaram nestas buscas com o seu perfeito conhecimento do arquivo daquela casa.

<sup>(1)</sup> Idem — Idem, pag. 7.

<sup>(2)</sup> Esta imagem, que é um belo trabalho de ourivesaria do século XVI, acha-se actualmente exposta no Museu Nacional de Arte Antiga. O Santo está sobre a esfera, e não dentro dela.

<sup>(3)</sup> Arquivo da Casa da Moeda — L.<sup>o</sup> 2. *Depositos de Ouro e Prata, de 1835 e 1836*, fl. 20.

parece, como atrás ficou dito, que também já tinha desaparecido. Mais adiante veremos ainda que uma outra parte de peso apreciável, talvez também já lhe não estivesse ligada. Também é possível que a peça de cristal que continha uma reliquia, não tivesse vindo, atendendo a que não era de ouro. Desta forma é possível que a tal peça, que em 1808 recolheu á Casa da Moeda e foi novamente restituída ao Convento de Thomar, represente os restos da Cruz Manoelina.

No «Conhecimento da entrega do Ouro e Prata da Igre<sup>a</sup> do Real Convento da Ordem de Christo desta V<sup>a</sup> de Thomar ao Recebedor Manoel Lopes Pereira, na conformidade do Decreto de 1 de Fevereiro de 1808. . . » (1), figura, entre os objectos de ouro, «Hum Relicario de Ouro que pezou outo marcos e cinco onças». Este relicário é aquele a que me venho referindo e que pelo mesmo Recebedor foi entregue na Casa da Moeda, com o peso de 8<sup>mc</sup> 1<sup>onç</sup>. Esta perda de peso em tão curta viagem, mostra bem a possibilidade da Cruz Manoelina se achar já então reduzida a pouco mais de metade do seu primitivo peso.

Numa «Relação das Peças do Real Conv.<sup>to</sup> de Thomar da Ordem de Christo que foram para o Mostr.<sup>o</sup> de S. Bento p<sup>a</sup> se guardar em 28 de Junho de 1811» (2), não figura peça alguma que se possa identificar com a Cruz Manoelina, apesar de ser tão minuciosa, que até lá figuram dois lençois velhos!

De 1811 a 1817, nenhuns inventários ou relações encontrei.

No «Inventario e Entrega dos Alfaias e Moveis das Officinas deste Real Convento de Thomar aos respectivos officiaes» (3) do ano de 1817 figura «Huma Cruz de ouro esmaltada com huma reliquia de Santo Lenho e outra do Espinho da Coroa de Nosso Senhor Jesus Christo».

Esta redacção é ambigua, mas, nos inventários de 1821 em diante, já vem esclarecida da seguinte forma: «Huma Cruz de ouro esmaltado com huma reliquia do Santo Lenho».

«Outra do Espinho da Coroa do N. S.<sup>r</sup> Jesus Christo».

Esta Cruz com o Santo Lenho, é, em vista da forma lacónica do inventário, difícil de identificar. Será a Cruz Manoelina? Creio que não pode ser outra. Sendo assim, constata-se o seu desaparecimento com-

(1) Torre do Tombo. — *Convento de Thomar*, maço 75.

(2) Idem. — Idem.

(3) Idem. — Idem.

pleto do ano de 1829, data do último inventário que encontrei na Torre do Tombo, até 30 de Julho de 1834, data em que foram inventariados os objectos pertencentes ao Convento de Cristo (1), e em que já não figura nenhum relicário que com ela se possa identificar.

Devo acrescentar que em todos os inventários a que me tenho referido, figura «Huma caixa com muitas pedras preciosas avulsas», caixa que não figura na entrega de 1834.

Excepção feita do que adiante direi de uma pequena parte do precioso relicário, ao pouco que ficou dito se resume tudo o que encontrei sobre aquela joia.

\*

Da descrição que apresentei, feita no século XVI, consta que a Cruz Manoelina tinha ligada uma cutra, pequena, de ouro, que o rei D. Manuel costumava trazer, tendo um outro pedaço do Santo Lenho.

Nenhuma outra referência há, nas outras descrições, a esta Cruz, mas, factos que vou expôr, levam-me a admitir que ela é a Cruz que em 5 de Julho de 1835 deu entrada na Casa da Moeda vinda do Convento de Cristo, e que é assim descrita (2): «Huma Cruz de ouro pequena, contendo uma reliquia do S.<sup>to</sup> Lenho pesando 2<sup>onc</sup> 6<sup>oit</sup>.»

A estampa dá uma idéa perfeita desta Cruz, que representa em tamanho natural

Mede 89<sup>mm</sup> de comprimento por 82<sup>mm</sup> de largura, e tem a espessura uniforme de 9<sup>mm</sup>. É toda de ouro, de 14 quilâtes (3), e os lavôres grosseiros que apresenta, e que são iguais nas duas faces, são feitos a buril. Dos lados, não tem lavôres.

Toda a Cruz constitui uma caixa, cuja tampa está fixa por quatro pernos e por quatro machas-femeas. Uma destas está partida, permitindo vêr que o interior da Cruz aloja várias pequenas reliquias.

Na parte superior mostra vestígios de uma suspensão que foi suprimida.

No cruzamento dos braços com o pé, tem uma safira oriental

(1) Arquivo das 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> Repartições da Fazenda Pública. — N.º 389, *Thomar Convento Militar de Christo. Inventario dos Vazos Sagrados, Paramentos, ornatos do Templo e utensilios do Culto*.

(2) Arquivo da Casa da Moeda. — L.º 2. *Depositos de Ouro e Prata, de 1835 e 1836*, fl. 2 v.

(3) Idem. — Idem, idem.

muito clara, polida, de forma sensivelmente ovóide, medindo 24<sup>mm</sup> na maior dimensão e atravessada neste sentido por um orifício que hoje nada contém, e onde deve ter estado o fragmento do S.<sup>to</sup> Lenho. Esta safira está engastada por quatro garras em um alvéolo, cravado na Cruz por um único perno, o que faz com que não esteja bem fixa.

Esta Cruz foi mandada remover para a Sé Metropolitana da Extremadura, onde se encontra hoje, por Portaria do Thesouro de 20 de Junho de 1836 (1), tendo sido mandada conservar, com outros objectos, em observancia da Portaria do Thesouro de 19 de Novembro de 1835 (2), «por se considerarem dignas de ser collocadas nos Musêos como peças de primeiro trabalho, raras, historicas ou celebres por sua antiguidade e patentearem o gosto e progresso das artes nas diferentes epochas.»

Uma particularidade omiti na descrição da Cruz, que é muito interessante para este estudo: — em cada uma das suas faces existem quatro orifícios, bem visiveis na estampa, coincidindo os das duas faces, mostrando bem terem servido para a passagem de 4 parafusos ou pernos para a ligarem a outra peça.

Deve notar-se que, não tendo já disposição para ser suspensa, e não tendo nenhuma base, necessariamente ella devia estar ligada a outra peça que lhe dêsse uma posição própria do fim a que se destinava, a qual sem dúvida devia ser vertical.

A existência desta disposição para ligação a outra peça, a sua evidente disposição primitiva de Cruz peitoral, e a existência do alojamento do Santo Lenho, que ainda existia em 1835, tornam a meu vêr, legitima a suposição de ser ella a Cruz que, no século XVI, estava ligada à Cruz Manoelina. Sendo assim, resta-nos desta Cruz se não a parte de maior valor artístico, pelo menos a de maior valor histórico, como direi a seguir.

Da forma como ella foi separada da Cruz a que estava ligada, nada sei.

\*

Segundo o manuscrito do século XVI, atrás citado, esta Cruz era

(1) Arquivo da Casa da Moeda. — L.<sup>o</sup> 2. *Depositos de Ouro e Prata, de 1835 e 1836*, fl. 24.

(2) Idem. — Idem, fl. 23 v.

habitualmente trazida pelo rei D. Manoel. Este facto, e o de ela ter sido dada ao Convento de Cristo, mostra que devia ser grande o valor que se lhe ligava, valor que devia ser estimativo, visto ser pequeno o seu valor artístico, como vimos.

Para lançar alguma luz, ainda que pouca, sôbre êste ponto, socorrer-me-hei de várias passagens que se vê terem sido originadas na tradição oral, e dos poucos elementos que os inventários do Cartório do Convento de Cristo fornecem, o que é deveras deficiente. O que provém da tradição é, em regra, sempre transtornado pela fantasia do narrador, embora nêle haja um fundo de verdade, que é necessário procurar com cuidado. Os elementos provenientes dos inventários são, como já ficou dito, muito deficientes e até às vêzes falsos, pelo que têm de ser devidamente estudados.

Fr. Jacinto de S. Miguel, diz-nos (1): «O Inf. D. Henrique deo p<sup>a</sup> a Sanchristia (*do Convento de Tomar*), a Cruz q̄ seo Paj lhe entregou em Seuta em tropheo da victoria por ser o prim.<sup>o</sup> que com seos caualeiros escalou o muro.»

Não dá Fr. Jacinto mais promenores mas, num *Rol das Pratas da Egreja e Hospedarias do Convento de Thomar* (2), sem data nem assinatura, vem a seguinte verba: «O Santo Lenho de ElRei D. João o Primeiro, metido em hua cruz da Ordem de Aviz de Prata dourada.»

Devo notar desde já que nêste rol não figura cruz alguma de ouro, além da Cruz Filipina.

Não encontrei mais referências claras a esta Cruz nos inventários até 1829, que existem na Tôrre do Tombo. Estes inventários, que estão completos desde 1817 até àquela data, são de tal modo deficientes e confusos, que não há meio de destrinçar alguns objectos a que eles se referem. Parece incrível que em tal estabelecimento não houvesse mais cuidado com joias de tanto valor.

Pode avaliar-se como tais inventários eram feitos, por uma das verbas que diz: «Huma caixa com muitas pedras preciosas avulsas»!

Nêstes inventários figuram várias cruzes, mas tão mal descritas, e sem indicação de pesos, que é difficil, se não impossivel, identificá-las.

No *Inventario e Entrega das Alfaias e Moveis das Officinas deste*

(1) Biblioteca Nacional. — *Papeis vários*, Ms. n.º 8842, fl. 144.

(2) Tôrre do Tombo. — *Convento de Thomar*, maço 75. Deve ser do seculo. XXI

*Real Convento de Thomar aos respectivos officiais* <sup>(1)</sup> do ano de 1817 e nos dos seguintes, figuram entre outras verbas: «Huma Cruz de ouro esmaltada com uma reliquia de Santo Lenho». — Huma Cruz peitoral de prata dourada. — Huma Cruz peitoral de ouro que deixou o S.<sup>r</sup> Prior Mór de Palmella».

No inventário de 1825, já não figura esta última Cruz. No de 1829, vem riscada a Cruz peitoral de prata dourada, dizendo à margem: «Risquei — Sz.<sup>a</sup>».

São, pois, como se vê, bastantes confusos os dados fornecidos por estes inventários.

Analisemos todas estas referências.

Em nenhuma das crônicas da tomada de Ceuta, se alude a qualquer Cruz dada por D. João I a seu filho D. Henrique apesar de serem bastante promenorizados os actos que se seguiram àquele feito de armas, em que D. João tratou de premiar o valor de seus filhos e de outros cavaleiros. O que é muito conhecido e citado por muitos autores é o facto de D. Filipa, antes de morrer, e nas vespersas da partida da expedição a Ceuta, ter dado a cada um dos seus filhos uma parte do Santo Lenho que possuia.

Zurara diz <sup>(2)</sup>: «E emton mandou (a rainha D. Filipa) trazer huña Cruz daquele uerdadeyro paao, em que nosso Senhor Jesu Christo padeceo, partio-a em quatro partes, segundo os quatro braços que estom na cruz e deu a cada huñ dos Iffantes seu braço e o quarto guardou pera elRey seu senhor»

Parece-me, pois, não ser absolutamente verdadeira a notícia de Fr. Jacinto de S. Miguel.

Passando à referência feita no *Rol das Pratas*, vê-se que ela não pode ser exacta quando diz que o Santo Lenho de D. João I estava metido em uma Cruz de prata dourada. Ora neste *Rol* nenhuma Cruz de ouro é citada, além da Filipina. E', portanto, muito provável que a Cruz que estudo fosse tomada, por quem fez o *Rol*, por uma Cruz de prata dourada, o que é fácil de acontecer a um leigo em ourivesaria porque, sendo de ouro baixo, como atraz ficou dito, a sua aparência

(1) Tôrre do Tombo. — *Convento de Thomar*, maço 75.

(2) *Cronica da Tomada de Ceuta por ElRei D. João I*, composta por Gomes Eannes de Zurara. Lisboa, 1915, pag 126.

é realmente a da prata dourada. Julgo pois incontestável que o *Rol* se refere à Cruz de que venho tratando.

Pela gravura se vê que a sua forma é de facto a da Cruz da Ordem de Aviz.

Devo notar que esta forma das cruzes é uma forma muito comum e que nem sempre indicará relação com a Ordem de Aviz. Só na Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental, figuraram não menos de 11 cruzes daquela forma, de diversos metais e procedências, e de datas variadas, dos séculos XIII ao XVI.

Alguns cronistas, quando tratam da expedição de Tanger, referem-se a um Santo Lenho que alguma relação poderá ter com êste a que chamavam de D. João I.

Referindo se á disposição da coluna e à ordem por que marchava, diz Rui de Pina (1): «... e a Imagem do Condestabre Nun'Alvares, e o Vulto d'ElRey Dom Joham. e logo ho Lenho da Vera Cruz».

Tratando do mesmo assunto, diz D. Jerónimo de Mascarenhas (2): «despues iba la imagen de nuestra Señora la del Condestable Don Nuño Alvarez Pereira, i el bulto del Rei Don Juan 1.º, el *lignum Crucis*,...»

Cito estes dois textos, porque é muito possível que este Santo Lenho, que seguia o *vulto* de D. João I, seja o mesmo de que venho tratando, cuja posse, pelas citações anteriores, se vê ser atribuída ora ao Infante D. Henrique, ora ao rei D. João I.

Analisarei agora os inventários a que me referi.

A Cruz peitoral de prata dourada, riscada no inventário de 1829, aparece em 1834, na posse do Prior Mor, D. José Maria (3), e é vendida em 1839 a Raimundo José Pinto (4). Tinha ao centro uma outra de esmalte e pesava 1<sup>onç</sup> 4<sup>oit</sup>.

A Cruz que deixou o Prior Mór de Palmela, e que desaparecera

(1) *Ineditos da Historia Portuguesa*: — *Cronica do Senhor Rey D. Duarte*; vol. I, pag. 143.

(2) *História de la Ciudad de Ceuta*. — Coimbra, 1918, pag. 184.

(3) Arquivo das 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> Repartições da Fazenda Pública. — N.º 389 *Thomar. Convento Militar de Cristo. Inventario dos Vazos Sagrados. Paramentos, ornatos do Templo e utensilios do Culto*.

(4) Arquivo da Casa da Moeda. — L.º 2. *Depositos de ouro e prata de 1835 e 1836*, fl. 6.

dos inventários desde 1825, reaparece também em 1834 na posse do Prior Mór D. José Maria, sendo vendida ao mesmo comprador da anterior<sup>(1)</sup>. Era de ouro, lavrada, tendo ao centro outra cravada de granadas e na alma nove diamantes brilhantes. Nenhuma, pois, destas Cruzes pode ser a Cruz que estudo.

O facto dela não aparecer nos inventários anteriores a 1834, falando se dela apenas no *Rol* atrás citado, provirá talvez dela andar ainda ligada á Cruz Manoelina.

De todas as referências a esta pequena Cruz, que apresentei, é indubitável que nenhuma certeza se pode obter com respeito a sua origem. E' licito, porêm, assentar no seguinte :

1.º Que ela foi dada ao Convento de Cristo por D. Manoel, como relicário a que ligava grande valor estimativo, sendo dada provavelmente em sua vida e, portanto, já ligada á grande Cruz Manoelina, visto não figurar no testamento e nos inventários da casa daquele rei.

2.º Que a tradição ligava aquella Cruz aos nomes do infante D. Henrique e do rei D. João I, ao que o estilo dela se não opõe.

3.º Que esta ligação áqueles vultos primaciaes da nossa História, justificaria o grande valor estimativo que o rei D. Manoel lhe dava, que o levou a oferecê-la à Ordem de Cristo.

4.º Que, assim, êste relicário deveria ser devidamente reparado, e conservado entre os objectos de valor histórico que ainda nos restam.

\*

Ao terminar êste estudo, não posso deixar de reconhecer que os meus fracos recursos me não permitiram esclarecer suficientemente um assunto baseado quási exclusivamente em textos deficientes e obscuros.

Por feliz me darei, se conseguir chamar a atenção sobre objectos que andavam esquecidos, e se, sobre os materiais que juntei, outros fundarem mais valioso e completo estudo.

Julho de 1922.

---

<sup>(1)</sup> Arquivo da Casa da Moeda. — L.º 2. *Depósitos de ouro e prata de 1835 e 1836*, fl. 6.

# A RUA DA JUNQUEIRA

CARTAS COMPILADAS E ANOTADAS PELO AUTOR DE ALGUMAS DELAS

ARTHUR LAMAS

---

No *Diario de Noticias*, de 5 de Março de 1922, veio publicada a seguinte noticia :

## «HOMENAGEM A D. JOÃO DA CAMARA

À RUA DA JUNQUEIRA VAI SER DADO  
O NOME DO GLORIOSO ESCRITOR.

«A Camara Municipal de Lisboa deve apreciar em breve a seguinte proposta do vereador sr. Manuel Eugenio Petronila, já aprovada em principio pela sua Comissão Executiva :

«A Camara Municipal de Lisboa tem prestado o culto da sua admiração a grandes individualidades em destaque na Sciencia, nas Artes, nas Letras e na Industria, dando ás ruas da cidade o nome dessas personalidades, como preito de justa consagração e homenagem.

Porem, uma divida ainda se encontra em aberto e que é necessario satisfazer.

Refiro-me ao eminente poeta dramaturgo que em vida se chamou João da Camara, figura gloriosa do teatro portuguez, que aos seus trabalhos literarios soube imprimir o cunho regionalista, delicado e patriotico como se vê nos «Velhos», «Triste viuvinha», «Afonso VI», «Alcacer Kibir», e muitas outras que são verdadeiros mimos de literatura e ensinamentos de historia aos nossos vindouros, cujos dotes

são pouco vulgares nos tempos que vão correndo e em que a literatura dramática tanto vai decaindo, reputo de muita justiça que o nome desse illustre dramaturgo seja dado a uma das ruas da cidade, pelo que — proponho que á rua da Junqueira, onde o primoroso poeta faleceu depois de largos anos ali ter fixado a sua residencia, seja dado o nome de rua de D. João da Camara—figura gloriosa do teatro portuguez, 1852-1912.»

«Achamos de toda a justiça esta homenagem a um dos nossos mais illustres dramaturgos que foi, ao mesmo tempo, uma das mais belas almas de portuguez que temos conhecido.»

Foi esta noticia a origem das cartas que se seguem e que são transcritas dos jornais: *Diario de Lisboa*, *Monarquia* e *Diario de Noticias*, onde foram publicadas.

#### CARTA N.º 1

(Publicada no *Diario de Lisboa*, de 15 de Março de 1922, e transcrita em *A Monarquia*, de 18 do mesmo mês).

*Sr. Director.*— Foi com profunda mágua que os junqueirenses receberam a noticia de que á rua da Junqueira ia ser mudado o nome para rua de D. João da Camara. Não é contra a homenagem ao glorioso escritor que os junqueirenses protestam: D. João da Camara merecia até que se fizesse uma larga, grande e bem ajardinada avenida, só para a ela ser dado o seu nome. E' simplesmente contra a mudança de um nome que está gravado em nossos corações, que nós, os junqueirenses, protestamos. Não ha para nós rua mais bela em toda a cidade! E tão habituados estamos ao seu nome que não ha decreto nenhum que nos possa obrigar a não o adoptarmos.

O resultado da mudança já se póde, por isso, prevêr: é o ficar a rua com dois nomes, como já succedeu com o Terreiro do Paço, com o Rossio, com a rua dos Capelistas e com muitas outras. Uma confusão inutil, incómoda e até perigosa, pois que, muitas vezes, tais mudanças dão lugar a complicações várias.

O vereador sr. Petronila fez a sua proposta cheio de boas intenções, estamos disso convencidos; mas, obsecado com a ideia, que é

justissima, de prestar homenagem a um vulto muito notavel da nossa Patria, esqueceu-se de que ia ferir profundamente os corações de centenas de pessoas. Se de tal se lembrasse decerto não teria feito a sua proposta. Pense s. ex.<sup>a</sup> no grande desgosto que teria se alguém se lembrasse de mudar o nome á sua terra natal!

Demais a nossa querida Junqueira tem historia, tem tradições que devem ser respeitadas. Não é um sitio banal.

Quem se der ao trabalho de folhear um dos livros da Chancelaria de D. Denis, lá encontrará registada uma Carta pela qual o rei lavrador, para *romimento* dos seus pecados, doou o sitio da Junqueira, e varios outros sitios do seu reguengo de Algés de Ribamar, a par de Lisboa, a D. Urraca Pais, abadessa do seu mosteiro de S. Denis de Odivelas, e ás outras abadessas que depois dela fossem do mesmo mosteiro. Foi D. Urraca Pais sepultada no claustro do seu convento e deram-lhe, passados séculos, como companheira de sepultura, a celebre Madre Paula (*Revista Archeologica*).

Depois, no ultimo ano do século XVI, por escritura datada de 24 de Março de 1600 e feita nas notas do tabelião Antonio Vieira, foi o sitio da Junqueira vinculado por Aires de Saldanha, que foi Vice-Rei da India, e por sua mulher D. Joana de Albuquerque, tendo sido membros desta familia que, como morgados, administraram o vinculo até que se extinguiu.

O ramo dos Saldanhas da Junqueira começou em Antonio de Saldanha, fidalgo de origem castelhana, «homem que bem entendia as coisas do mar», segundo informa Gaspar Correia, e que prestou importantissimos serviços a Portugal, no Oriente. Era o celebre:

Antonio invicto, que rasgando os mares,  
Só com seu nome espanta  
Arabes, Persas, Rumes, Malatares. . .  
Oh quantas vezes, trovejando horrendo,  
Neptuno ao vê-lo, de temor cortado,  
No fundo se escondeu do mar salgado! (1).

Até ao fim do século XVI, em que se construiu o palacio solar dos morgados, a Junqueira era um ermo onde só de vez em quando su-

(1) *Poesias* de Antonio Diniz da Cruz e Silva — Tomo V — Lisboa — 1815 — Ode XI, a pag, 206 e segg. estrofe 2, e nota 9 a pag. 213.

cedia um episodio notavel. Ocorre-nos, por exemplo, lembrar que nos principios de Agosto de 1580 por aqui andaram, vacilantes e indecisas, as tropas do Prior do Crato, antes de se retirarem para Alcantara.

Foi no principio do século XVIII que o nosso sitio começou a desenvolver-se, graças a um Alvará, datado de 15 de Janeiro de 1701 que o Morgado João de Saldanha, que foi presidente do Senado da Camara de Lisboa, obteve de D. Pedro II, no qual o Soberano lhe concedeu licença para aforar umas tantas braças de terreno á face da estrada, desde as Escadinhas de Santo Amaro até Belem, para se aumentarem os rendimentos do morgado e para utilidade do público.

Temos presente uma cópia desse importantissimo diploma que extraímos do livro competente da Chancelaria de D. Pedro II.

Em virtude desse Alvará a Junqueira transformou-se, como por encanto, em aprazivel estancia. Ainda o século XVIII não tinha chegado ao meio e já existiam, enfileiradas do lado do Norte da mesma rua a que se quer agora mudar o nome, varias casas-nobres, tendo quasi todas seus terraços para os respectivos moradores neles poderam recrear-se com a vista desafogada do Tejo e dos montes da *Outra-Banda*, que lhes ficavam em frente.

Fizeram-se então, por exemplo, as seguintes casas e palacios importantes: a casa da sr.<sup>a</sup> D. Maria Emilia Osorio Cabral, junto das Escadinhas de Santo Amaro, feita em 1716 por José de Saldanha, onde veio depois a alojar-se durante alguns menses, no meado do século XIX, o Duque de Montpensier com sua familia; o palacio dos Condes da Ribeira Grande, mandado fazer pelo Marquês de Niza, em cuja quinta moraram, numas barracas, em seguida ao terremoto, os Condes de Atouguia, e onde se juntaram os chefes das forças que tomaram parte na *Belemzada*, para resolverem a contenda; o palacio dos srs. Condes de Burnay, mandado fazer em 1734 pelo Principal Cesar, irmão do primeiro Conde de Sabugosa, onde viveram varios patriarcas, o Marquês de Sá da Bandeira, e o Infante D. Sebastião, e onde em 1818 se instalou o Seminario ou Colegio de S. João Baptista, do padre Fernando Tschernay; o palacio de D. José da Silva Pessanha, hoje do dr. Antonio Soares Franco; a «deliciosa» quinta de Diogo de Mendonça Corte Real, feita pelo licenceado Manuel Lopes Bicudo e pertencente depois á Condessa da Junqueira; a graciosissima casa-nobre que foi de Lazaro Leitão, e hoje pertence ao sr. Vis-

conde do Marco, feita pelo engenheiro Carlos Mardel, de onde foi raptada a neta<sup>(1)</sup> do Marquês de Marialva, D. Eugenia de Menezes; a casa do Marquês de Angeja, feita por *concessão* de D. José no forte da Estrela, onde morou Garrett...

E' a historia da Junqueira tambem bastante fertil em episodios notaveis e curiosos: foi aqui que o Nuncio Acciajoli embarcou, na praia fronteira á sua casa, por ordem de Pombal; foi na praia da Junqueira que desembarcou, com grande aparato, a Rainha D. Maria Francisca de Saboia, e que, passados dias, os dois irmãos, D. Afonso e D. Pedro, tiveram uma contenda; foi aqui que El-Rei D. José veio tratar-se dos ferimentos recebidos, após o atentado de 3 de Setembro, em casa do dr. Antonio Soares Brandão (segundo uma das versões), casa que foi ha pouco tempo identificada pelo sr. dr. Jordão de Freitas, a quem por isso compete, de direito, o divulgar o seu importante e notavel descobrimento; foi aqui que se realizaram deslumbrantes festas em 1738; foi aqui que, no forte de S. João, estiveram presos vários personagens notaveis; foi aqui que foi supliciado o desgraçado João Baptista Pele; e foi aqui, finalmente, que na casa que hoje tem os n.ºs 210 a 216, morou, desde 1793 a 1808, o nosso poeta Nicolau Tolentino.

O palacio solar dos morgados é interessantissimo e tem longa historia.

Estava, no tempo em que a estonteadora Condessa da Ega ali recebia principescamente Junot, ricamente mobilado. Abundavam ali as talhas e outras louças da China, as boas comodas e armações de seda, e as camas ricas; notava-se numa sala um cravo com uma coberta de carneira forrada de baeta verde. Quanto não valeria hoje o pano que cobria o cravo da Condessa da Ega!?

Entre os quadros, que eram cento e tantos, e que foram catalogados por José da Cunha Taborda, destacavam-se: uma cabeça de velho pintada por Nicolau Tolentino, português; dois pequenos paineis, de Grão Vasco, representando um o Nascimento, e outro a Fuga para o Egipto, que foram depois comprados em leilão pelo cavaleiro Woodford; quatro paisagens de Diogo Pereira, português; um painel que representava uma velha penteando se e uma menina

---

(1) No original desta carta disse, por distracção, que era *filha*, em vez de dizer *neta*, do Marquês.

com um espelho na mão, da escola de Rembrandt, que foi adquirido por José Feliciano Gonçalves; um painel de caças, firmado com o proprio punho do nosso André Gonçalves; um outro de Grão Vasco, «O Senhor com a cruz ás costas a caminho do Calvario no encontro com sua Santissima Mãe», comprado pelo cavaleiro Woodford, etc.

Entre os livros havia um exemplar da «Vita Christi».

Foi pela porta do palacio solar que no dia 1 de Dezembro de 1640 saíram oito Saldanhas armados, para irem reunir-se aos outros conspiradores que puzeram no trono de Portugal o Duque de Bragança.

E' a êstes acontecimentos e a muitos outros que omitimos, para não abusarmos de quem amavelmente nos facultou um cantinho do *Diario de Lisboa*, que o nome da Junqueira anda ligado.

Se não fôr possível evitar que êle se mude, ficaremos com a *Saudade* que Garrett, antigo morador no sitio, tão genialmente definiu, e repetiremos com Nicolau Tolentino, que aqui tambem morou, os seus versos:

Meus olhos, meus tristes olhos,  
Nas aguas seguindo a esteira,  
De lagrimas se arrasavam  
Sobre as praias da Junqueira.

Com toda a consideração, tenho a honra de me subscrever.  
De v. etc.

Arthur Lamas.

O protesto contra a mudança do nome à rua da Junqueira foi secundado pela *Associação dos Arqueologos* e pela *Junta da Freguesia de Belem*, como consta das seguintes noticias:

## «ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEOLOGOS

### A MUDANÇA DE NOME DAS RUAS

«Com numerosa assistencia de socios, reuniu-se ante ontem a secção olissiponense, occupando-se, entre outros assuntos, da projectada alteração do nome da rua da Junqueira.

«Pelo sr. dr. Artur (1) Lamas foi apresentada uma proposta para a

---

(1) E' este o meu nome e não um outro que veio publicado na local que estou transcrevendo. A. L.

Associação officiar á Camara Municipal, no sentido de lhe mostrar o inconveniente da annunciada mudança, sem vantagem para a memoria de D. João da Camara, a quem foi prestada a mais rendida e sincera homenagem, e com prejuizo para a historia e tradições locais, além dos transtornos de ordem economica para os moradores da aludida rua, e da confusão que sempre trazem as mudanças do genero da que se pretende levar á pratica. A proposta do sr. dr. Lamas alvitra a colocação, junto de uma das actuais placas indicativas do nome da rua, de um bloco de marmore, no qual, em letras de ouro, se inscreveriam as datas do nascimento e falecimento do illustre poeta e dramaturgo.

«Na discussão, em que tomaram parte diversos associados, acentuou-se mais uma vez a discordancia da Associação com a alteração dos nomes das ruas, propondo-se que no officio a enviar á Camara Municipal se lembrasse a vantagem da existencia, junto da vereação, de uma comissão de individualidades reconhecidamente competentes, comissão que, embora de character consultivo, seria ouvida sempre que se pretendesse alterar um nome ou designar uma nova artéria, evitando assim a estranha e desordenada nomenclatura que hoje se observa no roteiro de Lisboa.

«Foi ainda lembrada a mudança da placa existente num predio da rua Martim Moniz, comemorativa da construção da muralha Fernandina, contendo não só a data da realização dessa obra mas ainda o nome do seu «regedor» e mais colaboradores, placa que, no entender do apresentante da ideia, deveria ser colocada no resto da muralha existente, deixando, portanto, de estar numa propriedade moderna».

(Do *Diario de Noticias*, de 19 de Março de 1922).

### «D. JOÃO DA CAMARA

«A JUNTA DA FREGUEZIA DE BELEM  
PROTESTA CONTRA A MUDANÇA  
DO NOME DA RUA DA JUNQUEIRA

«Na sua ultima reunião, a Junta da Freguezia de Belem resolveu officiar á Camara Municipal de Lisboa, protestando contra a proposta do vereador sr. Manuel Petronila, referente á mudança do nome da

rua da Junqueira, que passaria a denominar-se «Rua de D. João da Camara».

«No referido officio salienta-se que o protesto não envolve desprimor para o nome do grande dramaturgo, mas tão sómente, porque o antigo nome da Junqueira evoca tradições inapagaveis, que tanto enobreceram os nossos antepassados. Aproveitando o ensejo, é lembrada a extrema necessidade da conservação do pavimento da referida rua, marcos fontenarios, iluminação, acabamento do jardim Afonso de Albuquerque, creação de um quartel de bombeiros e demolição dos casebres que circumdam o obelisco do Chão Salgado (1)».

(De *O Seculo*, de 25 de Março de 1922).

### CARTA N.º 2

(Publicada no *Diario de Noticias*, de 22 de Março de 1922).

«Sr. redactor do *Diario de Noticias*:

«Uma local referente á reunião ultima da Associação dos Arqueologos, publicada pelo seu jornal de ontem, leva-me a pedir-lhe o obsequio de publicar umas linhas em que procurarei informar os interessados do que ha sobre o assunto especialmente ventilado na dita reunião — «A mudança de nomes das ruas» — na Camara Municipal.

«Quando, em 1919, me encontrei inesperadamente eleito vereador (a eleição foi num domingo, é claro, e a noticia da minha candidatura foi-me dada na quinta feira anterior pelo sr. José Lino da Silva, meu querido amigo e então meu colega na Secção de Vulgarização Economica, com o sr. Norberto de Araujo e outros), seguindo o pendor do meu espirito, fiz uma bibliografia municipalista e um esquema da acção administrativa dos concelhos, trabalhos que tenho inéditos, e dediquei-me depois á toponimia e á heraldica cidadinas.

«Nesse mesmo ano saía no Boletim da Sociedade de Geografia, pela mediação do saudoso Braamcamp Freire, meu presidente na Sociedade de Estudos Historicos, um estudo de toponimia que ofe-

---

(1) O officio da Junta foi acompanhado com uma lista com perto de 200 assinaturas de moradores do sitio que não concordavam com a mudança do nome.

reci á consideração dos meus colegas camaristas. O resultado immediato foi a proposta do sr. Augusto Cesar dos Santos para a criação ou Comissão Permanente de Estudos de Toponímia, que está incluída no Regimento reformado, aprovado e editado pela Camara, comissão de que tenho sido presidente até hoje.

«O criterio nessa comissão seguido, tanto quanto tem sido possível, é o que foi expellido no meu trabalho a que acima me refiro, e que creio ser o unico de sistematização. A sua base é a tradição e as tradições aceitas á conservação de nomes tradicionais são a repetição de nomes em sitios diversissimos, o que acarreta aos municipes enorme dispendio de tempo e dinheiro; o equivoco de certos nomes que se prestam a chufas desagradaveis aos seus moradores e outras especies de inconvenientes, como o dos senhorios do Monte Agudo, hoje rua Heliodoro Salgado, que ficavam outrora com as casas por alugar, porque o nome do sitio repetido nos anuncios metia medo aos alugadores. Havia então casas de sobra...

«Deve-se notar que esta comissão está sempre assoberbada com pedidos de municipes para a mudança de nomes. São filhos e viúvas saudosas, amigos entusiastas que, a despeito das razões historicas que opomos, desejam ver os seus nomes queridos nas esquinas das ruas...

«Eu supunha antigamente que as Camaras perdiam por gosto o seu tempo a mudar os nomes das ruas. Hoje a experiencia me diz que esta vereação, como as anteriores, se desviam para este assunto a sua atenção occupada por outros muito mais importantes, é devido ao assédio de pedidos que de todos os lados surgem.

«No caso presente sei que o meu colega sr. Manuel Petronila, homem inteligente e de bom gosto, foi levado pela sua admiração pelo vulto simpatico desse talento de eleição que foi D. João da Camara. Já conversámos sobre as inconveniencias da mudança, logo em seguida á proposta, e o sr. Petronila concordou com os termos em que a comissão da minha presidencia faria o parecer discordante, não da homenagem, mas da sua forma.

«O parecer, feito depois e ainda não sujeito a discussão, preconiza a colocação da lapide no predio onde morou o Poeta.

«Porque não se constitui uma comissão de homenagem, que de certo contará com o auxilio da Camara? Deixo o alvitre nas mãos de V., de quem me subscrevo, etc.

*Eduardo Moreira.»*

O erudito historiador da velha Lisboa, o sr. Gustavo de Matos Sequeira, emitiu tambem o seu parecer sobre o assunto, no interessantissimo artigo intitulado *Nomes de Ruas* que a seguir vamos transcrever de *A Manhã*, de 23 de Março de 1922 :

«Veio agora a lume a ideia de alterar, em homenagem a esse asombro de talento e de bondade que foi D. João da Camara, o velho nome da rua da Junqueira, que rememora o campo ribeirinho realengo doado pelo rei-lavrador a uma abadessa de Odivelas. A proposito desse desacerto perguntavam-me ha dias :

— E, você não protesta ?

E eu respondi :

— Já não protesto. Cansei... é inutil.

Tornou o meu interlocutor :

— Mas não está de acôrdo ?

— De maneira nenhuma na mudança ; absolutamente concorde na comemoração que se projecta. Acho interessante que se conservem os nomes antigos, muito principalmente quando êles nos servem de referencia e de guia. Reflectem a fisionomia cidadã, o character e o espirito populares, a poesia evocadora do meio social em que se produziram. Os velhos nomes falam-nos á imaginação, são elementos reconstituintes do passado, de scenas mortas, de quadros apagados. Mas a pecha de os alterar é velha e relha. Houve uma ruela antiga, que vinha da Abegoaria sair a meio do largo do Carmo que, no seculo XVII, mudou de nome oito vezes !

Antigamente não era a Camara quem baptisava as ruas, era o inconsciente bom senso do povo. Qualquer feição da serventia suggeria um nome. O seu traçado irregular, o seu declive, a sua largura, uma arvore debruçada num muro, um poial saliente, a côr de uma varanda, um edificio notavel, um morador de cotação, era o bastante. Secava a arvore, ruía o poial, descoloria-se a varanda, morria o morador, e o nome mudava, mas havia sempre razão para a mudança. Foi assim até o terremoto. Depois de 1755, com o aforamento das cêrcas conventuais e com as obras da reconstrução pombalina vieram duas pragas : a dos nomes de santos e a dos mesteres. Um terço das serventias de Lisboa foi consagrada ao *Flos Santorum*. Ha até casos frisantes. Os frades de S. Bento da Saude puseram ás ruas talhadas na sua cêrca os nomes dos santos da Ordem a que se dedicavam as

capelas do seu templo: Santa Iria, São Bernardo, Santa Quiteria, Santo Ildefonso, Santa Escolastica, Santa Gertrudes, Santo Amaro e São Plácido! Toda a santidade beneditina em peso!

Depois com o século XIX vieram as simplificações denominativas, e começaram os *comendadores*, os *viscondes* e os *conselheiros*! Era outra especie de culto: o dos *Manipansos*. Com o advento da Republica iniciou-se a série das datas memoraveis, dos episodios politicos e das prerogativas populares, e as ruas passaram a denominar-se: da *Leva da Morte*, do *Registo Civil*, da *Voz do Operario*, do *Cinco de Outubro*, do *29 de Abril* e do *1.º de Maio*, sem comtudo se engeitar a pecha do feiticismo politico, distribuindo aos arruamentos, com generosidade barateada, varios nomes de illustres desconhecidos. A poesia dos nomes das ruas perde-se assim: *Cardais*, *ferragiais*, *vales*, *montes*, *covas* e *lapas*, que sugeriam vetustos quadros campesinos, a par das *parreiras*, *figueiras*, *loireiros* e *oliveiras* do arrabalde conquistado pelo casario do burgo, teem desaparecido aos poucos; e dos nomes de evcação religiosa poucos já ha em relação ao seu fabuloso numero no seculo XVIII. Tudo vai tendendo para a despoeitada numeração das ruas — rua 26, avenida 14 — aliás preferivel aos nomes incarakteristicos dos cidadãos, que tanto podem referir-se a uma travessa em Alcantara, como a um bêco em Xabregas.

Das designações quatrocentistas e quinhentistas poucos especimes já se encontram. E havia-os de um pitoresco excepcional. A epopeia maritima recordava-se no bêco do *Gaspar das Naus*, no *Canal de Flandres*, nos *Remolares*, no bêco da *Goleta*, no cais das *Galeotas*; vestigios mouriscos, evocadores de albornozes e de cimitarras, adivinham-se no *Chão de Alcamim*, nas ruas da *Alfungera* e do *Almarçim*, no *Borratem* (que quer dizer *Fonte da Figueira*), em *Alcantara* (que significa a *ponte*), e em *Alfama*; os officios e mesteres são documentados na *Fancaria*, *Sombreiraria*, *Tanoaria*, *Calçado Velho*, *Correaria*, *Pichelaria*, *Tinturaria*, e nos arruamentos, chamados dos *Espingardeiros*, dos *Carapuceiros*, dos *Çabriteiros*, dos *Agulheiros*, dos *Surradores*, dos *Latoeiros*, dos *Chapineiros* e dos *Odreiros* que se espalhavam na baixa do seculo XVI. As *Fangas da Farinha*, o bêco da *Estopa*, o *Lagar do Cebo*, o pátio da *Cerveja*, o bêco do *Mel*, o bêco do *Vidro*, a *Horta da Cera*, e a praça da *Palha* evocam o commercio e a industria caseira populares. Para contrapôr á *Triste Feia*, que appareceu no principio do seculo XIX, tivemos a

travessa da *Lindeza*, junto á rua Suja, o bêco d' *Formosa*, a S. Miguel, o da *Formosinha*, a S. Nicolau, e a celebre rua do *Boy Formoso!* As alcunhas deram largo contingente para as denominações lisboetas. Alcunha é *Cataquefarás* que tambem denominou uma rua eborense no seculo XV, e alcunhas são o *Quelhas*, o *Rilhafoles*, o *Tem-Tem*, o *Carrião*, o *Esfolabodes*, o *Mercatudo*, o *Longo*, o *Cascão*, o *Rato*, o *Pé de Ferro*, o *Mil Paçacas* e o *Chiado*, uns já desaparecidos, outros ainda vivendo nos cunhais. A qualidade do pavimento gerou a travessa dos *Jaspes* e a calçada dos *Tejolos Lages!* A rua das *Mudas* e o *Jogo da Péla*, o bêco do *Monturo* e a *Corredoiira*, os *Cobertos* e o *Cunhal das Bolas*, o pátio das *Arcas* e a rua nova dos *Ferreiros*, fazem-nos rememorar aspectos e quadros de costumes, irremediavelmente perdidos.

Ha tambem as denominações obnoxias e realistas: a travessa do *Esquentamento*, o bêco dos *Emprenhadores*, o terreiro do *Cu de Cão*, a rua do *Quebra Cús*. Por outro lado a baixa vida mundana reflectia-se nas ruas da *Estagem das Moças*, e da *Mancebia*, na travessa da *Barregôa* e no bêco das *Moças*. Aparecem tambem designações poeticas para equilibrar a rudeza destas, a *Torre das Pombas*, o *Arco dos Passarinhos*; sinonimias zoologicas como a rua do *Pato*, o beco da *Mosca*, as travessas do *Galo* e dos *Gatos* e o bêco do *Perú*; mas o que mais curioso se me afigura são os nomes que entram no dominio do misterio, os incompreensiveis, os estravagantes. E' o *Espera-me Rapaz*, bêco na freguezia da Madalena; é a rua do *Manga Lassa*, é a do *Pau Travesso*, a do *Calca Frades*, a do *Pay de seus filhos*, a do *Escanchalha Perna*, a do *Deixa estar*, a do *Lava Cabeças*, a do *Mata Porcos*, a do *Arco do Cranguejo*, a do *Selvagem*, a do *Chancudo* e os bêcos do *Copimi*, do *Cura-olhos*, da *Bofetada*, dos *Ossos*, do *Penaboquel*, do *Ligeiro*, e do *Fava*. Que serie de evocações a despertar! Como são pitorescos esses ultimos ecos dos seculos XV e XVI, repercutindo-se ainda na memoria das ruas.

Um S. *Francisco*, um *Santo Antonio*, já nos dizem menos, quasi não interessam, mas todos eles reflectem a sua época e por isso é que acho interessante que se conservem. A's ruas novas deem-se nomes novos; deixem as designações velhas para os sentimentais, que tambem teem direito a ser atendidos. Para D. João da Camara que o era, e que tinha ao velho sitio da Junqueira presas muitas recordações familiares, escolha-se um arruamento, bem sombreado

de arvores, bem discreto de tons e de sombra, sossegado e poetico, acolhedor e amavel como ele o soube ser em toda a sua vida.

*Matos Sequeira».*

No mesmo dia, 23 de Março de 1922, em que Matos Sequeira protestava, por forma tão erudita, contra a mudança de nomes a quaisquer ruas, e tendo eu já provado que a Junqueira não era um sitio banal, o sr. Rocha Martins, levado pelo entusiasmo com que se estava referindo a D. João da Camara, deixou escapar pelos bicos da sua pena a seguinte frase que com certeza não representa a sua opinião sincera :

«D. João da Camara ...mais do que popular era querido do povo que lhe sabia o nome e por isso, em vez dêsse titulo banal de Junqueira que já cousa alguma significa melhor cabe á grande rua onde D. João nasceu, escreveu, viveu e morreu, o seu grande, honrado e digno nome» (1).

CARTA N.º 3

(Publicada no *Diario de Lisboa*, de 24 de Abril de 1922).

Num ainda recente numero do *Diario de Lisboa* publicou o sr. Artur Lamas um interessante artigo em que, com carradas de razão, protesta contra a persistente mania da mudança dos nomes das ruas e designadamente contra o projectado atentado á secular designação da rua da Junqueira, que se pretendia substituir por outro nome, que, aliás, não vem para o caso.

Tão absolutamente fundada era a reclamação, que não poudê deixar de ser ouvida e atendida, e a rua da Junqueira continuará a na a rua da Junqueira, procurando-se outra localização para justamente honrar o nome de D. João da Camara.

Oxalá as reflexões do sr. Lamas tenham a virtude de levar á comprehensão das vereações que não há direito de tripudiar sobre a nomenclatura das ruas das velhas cidades, e de que elas contêm como

---

(1) *A B C*, de 23 de Março de 1922.

que a historia, condenando inconscientemente importantes designações tradicionais e glorificando tantas vezes nomes sem grandeza nacional, nem benemerencia local, quando se não chega mesmo á perfeição de se impôr aos indefesos habitantes de uma rua, como ainda há pouco se viu, denominações sinistras e ridiculas, que se não podem decentemente pôr num bilhete de visita, como rua da *Leva da Morte*. Dentro de um tão fantastico criterio, celebrativo de edificantes factos contemporaneos, estaremos em vespervas de ter qualquer dia a *Avenida da Camionette fantasma* ou o *Largo do Dente de Ouro*.

O que é pena é que em Lisboa não haja em cada freguezia, como o sr. Lamas na Junqueira e o sr. Matos Sequeira em S. Mamede, quem tome a peito a sua historia local.

Em Paris estão já realizadas quasi todas, senão todas, as monografias historicas das diversas freguesias, compilando os respectivos factos historicos e as personalidades illustres que as habitaram.

Mas vamos ao caso que aqui me traz.

No seu artigo o sr. Lamas passa em revista alguns predios nobres da Junqueira, e entre eles a residencia do sr. Visconde do Marco, como sendo dessa casa que foi raptada D. Eugenia José de Menezes, neta (e não filha) do marquês de Marialva e mãe daquela que ficou na tradição como sendo filha bastarda de El-Rei D. João VI.

Sumariamente e desembaraçado das particularidades que o enredam, o interessante caso, sôbre o qual de há muito tenho um volume preparado, é o seguinte:

A dita senhora, dama da Princesa Regente e filha do 1.º conde de Cavaleiros, D. Rodrigo (filho do 5.º marquês de Marialva, D. Diogo), fugiu da residencia de seu irmão, o 2.º conde de Cavaleiros, D. Gregorio, na noite de 27 de maio de 1803, com o dr. João Francisco de Oliveira (pai do futuro conde do Tojal), antigo lente da Universidade e medico da Real Camara, para Caxias, onde ambos embarcaram furtivamente em direcção a Cadiz.

Nesta cidade D. Eugenia deu, meses depois, á luz uma menina; mãe e filha entraram em 1805 para o mosteiro das monjas cistercenses de Tavira e o dr. Oliveira, depois sentenciado á fôrça, fugiu para a America, donde só voltou cêrca de 20 anos depois, sendo em 1823, na Vilafrancada, nomeado ministro dos negocios estrangeiros por... dois dias!

Quem era o pai da criança, que mais tarde casou com o consult

de Inglaterra W. Smith (que passava por filho de Guilherme IV), e a qual descança hoje no Cemiterio dos Prazeres com o nome de D. Eugenia de Menezes Smith?

A tradição geral, incluindo a da Côrte, apontou o Principe Regente. O dr. Oliveira teria sido apenas um amigo, que se devotára para encobrir a embaraçosa proesa do Principe!

Como quer que seja, a particularidade que aqui desejo expôr não é essa, mas outra de ordem secundaria — a identificação do lugar da fuga.

Os documentos officiaes dizem apenas ser a residencia do Conde de Cavaleiros (irmão da dama), na Junqueira, mas não esclarecem mais.

Aguilhoava-me a curiosidade de uma identificação do predio em que o romantico caso se dera. Mas como satisfazê-la?

Nisto, casualmente encontro o meu velho amigo Conde de Bretiandos e falo-lhe no caso com que andava entretido. «Conheço, conheço, atalhou logo Bretiandos. Mostrou-me um dia o Marquês de Penalva (antigo morador da Junqueira), a janela por onde saíu D. Eugenia. Era a segunda de uma casa baixa do lado direito, quem vai para Belem, que tinha uma grade á frente».

No dia seguinte metia-me num electrico e ia até á Junqueira á procura da casa proxima da antiga residencia do Marquês de Penalva e com as condições supra indicadas. Havia só uma: a do Visconde do Marco, com os n.<sup>os</sup> 194 e 198.

Teria realmente morado aí o Conde de Cavaleiros em 1803?

Inquiri desse meu amigo e sobrinho se alguma coisa sabia, mas tudo ignorava. O caso não ficava, pois, sufficientemente esclarecido: a tradição conhecida do Marquês de Penalva apparecia vaga e pod'a oferecer duvida. Como apurar esta?

O acaso, ao folhear um dia o *Almanaque de Lisboa* de 1805, deparou-me o nome de D. Manuel de Menezes, capitão de mar e guerra, morador na Junqueira, n.<sup>o</sup> 107.

Feriu-me o apelido de Menezes. Seria um Marialva?

Pesquizei. Era irmão do 2.<sup>o</sup> Conde de Cavaleiros, D. Gregorio, e de D. Eugenia José. Não constava ter casado. Nada mais natural do que morar com os irmãos. Mas o numero da sua residencia não coincidia com os da habitação do Visconde do Marco.

Teria esta tido antes outra numeração?

Preguntei. Tinha efectivamente tido outros numeros anteriores,

os numeros 248 e 250. Mas estes tambem não conferiam com o do almanaque. Nem esses, nem o 51, que talvez tivesse tido em 1820, segundo informação do Visconde de Marco.

A tradição proveniente do Marquês de Penalva ficava portanto ainda mais duvidosa.

Nisto se estava, quando imprevistamente recebo um dia de 1917 carta do Visconde do Marco, annunciando-me o aparecimento de um documento de 1839, que attribuia á sua casa nessa data os n.<sup>os</sup> 105 e 107, o 107 da morada de D. Manuel de Menezes em 1804.

Com isto considereei confirmada, por dedução, a informação do Conde de Bretiandos, e fiquei na suposição que esta conclusão era o produto de uma averiguação *minha* e de que não haveria, ao presente, sabidamente, outro conhecimento.

Deparando agora no artigo do sr. Lamas com uma afirmação *categorica* no mesmo sentido, julguei poder atribui-la á existencia de qualquer *documento*, de que isso constasse com *absoluta certesa*, e desejando naturalmente certificar-me de que as minhas vagas informações e os meus raciocinios eram documentalmente confirmaveis, procurei esclarecer-me junto do sr. Lamas.

Amabilissimamente me respondeu, mas o *documento* para si o guardava, até melhor ocasião.

Por mim, curiosidade á parte, por satisfeito me dou com o saber que esse documento existe para confirmação da minha identificação dedutiva e o que aqui relato fica apenas com o interesse de mostrar os imprevistos e interessantes tramites pelos quais, com simples, vagas e ocasionais informações e apropriados confrontos, se chega na investigação historica a deduições mentais de *quasi certesa* e que a *documentação* vem depois confirmar.

Na investigação sobre a «bastarda de D. João VI» há mais de um caso analogo.

Lisboa, 10 de Abril de 1922.

*Eduardo Burnay.*



**JOAO FRANCISCO**

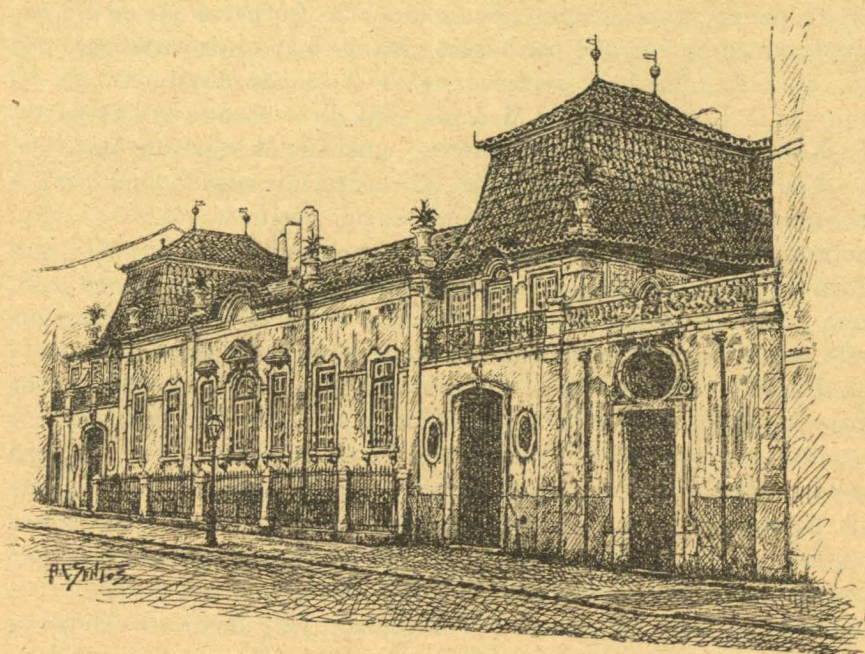
*do Conselho de S. May de  
Nac na Cidade  
(Alta da Madeira)*



**DE OLIVEIRA**

*Fidelissima, &c &c &c.  
do Funchal  
em 9 de Março 1761*

*Grav em Lithographia em Nov. 1822.*



Casa-nobre da rua da Junqueira, de onde foi raptada D. Eugénia José de Menezes

#### CARTA N.º 4

(Publicada no *Diario de Lisboa*, de 2 e 3 de Maio de 1922) (1):

*Sr. Director*—Só o grande desejo de ser prestável ao sr. dr. Eduardo Burnay, a quem muito reconhecidamente agradeço as atenciosas referencias que fez ao meu insignificante trabalho, me obriga a vir pedir de novo a v. um cantinho do *Diario de Lisboa* para nele rabiscar mais algumas palavras sobre a rua da Junqueira.

---

(1) Na assinatura da parte desta carta que foi publicada no *Diario* de 2 de Maio o tipografo que a compôs substituiu o meu nome próprio, que é *Arthur*, por um outro. No dia seguinte a illustre Redacção teve o cuidado de declarar na 1.ª pagina que tinha sido erro, vindo a assinatura final da carta certa. Pois apesar desse cuidado ainda no titulo que encima essa segunda parte da carta, o tipografo alterou segunda vez o meu nome proprio! — *A. L.*

O que particularmente interessa ao sr. dr. Burnay é que eu indique os documentos em que me baseei para afirmar categoricamente que foi da casa, que hoje pertence ao sr. Visconde do Marco, que foi raptada D. Eugenia José de Menezes, filha do 1.º Conde de Cavaleiros, D. Rodrigo José Antonio de Menezes, e neta do Marquês de Marialva.

Vou satisfazer a curiosidade do illustre investigador, não só por consideração pessoal, como, também, por entender que para o descobrimento da Verdade todos devem estar prontos a contribuir; mas para isso preciso previamente fazer um resumo da historia da casa, que pela sua graciosidade, elegancia e ar de nobresa, se distingue não só das outras do sitio, como também das de toda a cidade.

Por não ter sido ainda mudado o nome a uma travessa que ha para os lados de Santa Apollonia, toda a gente de Lisboa sabe que existiu uma pessoa que se chamou «Lazaro Leitão». Não foi uma notabilidade, é certo; mas foi uma figura muito decorativa do reinado de D. João V, que desempenhou muito bem o seu papel e que teve especial inclinação para praticar o bem: protegeu parentes, distribuiu muitas esmolas e, sobretudo, fundou e manteve á sua custa um recolhimento, que vulgarmente é designado pelo nome do fundador, mas que foi por ele denominado de Nossa Senhora dos Anjos, situado na tal travessa acima referida.

Lazaro Leitão foi lente no collegio de S. Paulo da Universidade, onde se havia doutorado, fez parte da embaixada que se enviou a Roma em 1712, foi deputado da Mesa da Consciencia e Principal da Igreja Patriarcal. Denominavam-se principais certos cónegos da Sé que tinham honras e mitras de bispos e que quando morriam dobrava a finados o sino grande da capela real, que pesava 800 arrobas. Houve alguem que os definiu numas curiosas decimas que se encontram num manuscrito da Bibliotheca da Universidade. Diz a primeira dessas decimas:

Quem serão estes mitrados  
De desiguais porporções,  
Que uns parecem figurões  
Outros mais corcuvados?  
Quereis vê-los decifrados  
Com verdade e sem paixão?  
Pois, ouvi, com atenção:  
Conegos são patriarcais,  
Remedo de cardiais,  
Bispos de imaginação.

Não tinha Lazaro Leitão muitos bens de raiz; mas como recebia grandes proventos, vivia desafogadamente. Morava numa casa que lhe pertencia na rua direita da Cruz de Pau, no local onde hoje está instalada a Caixa Geral de Depósitos.

Logo que voltou de Roma, em 10 de Abril de 1718, ambicionou Lazaro Leitão possuir uma casa de campo onde pudesse passar o resto da tarde depois de *Completas*, e ir no dia seguinte á Patriarcal ou á Mesa da Consciencia, e como gostava muito da vista do mar e de passear pelas suas praias, resolveu mandá-la construir no Sitio da Junqueira. Havia então aqui umas casas, á beira da estrada, pertencentes ao Morgado, nas quais o respectivo inquilino — Pedro Baraduc, homem de negocio natural de Baiona, onde prestara bons serviços a prisioneiros portuguezes e que viera para Portugal recomendado pela Rainha de Castela<sup>(1)</sup> — havia feito importantes bemfeitorias. Lazaro Leitão tendo adquirido primeiramente o direito a essas bemfeitorias e depois o dominio util do terreno em que estavam as casas, depois de arrazar estas, mandou construir nele, pelo ano de 1734, a casa-nobre, que é hoje do sr. Visconde do Marco, encarregando desse trabalho Carlos Mardel.

Não encontrei nenhum documento que prove directamente que foi este architecto o encarregado da obra; mas estou convencido de que foi, não só por ter visto a assinatura dele em varias contas, como tambem pelas referencias que em outros documentos lhe são feitas. Diz-se, por exemplo, num deles: «dei á conta das grades a Carlos Mardel mais oito moedas de ouro em 28 de junho de 1739»; noutro diz-se: «*lembrança da importancia das brâças do poço que fis na Jonqueira por ordem do Sr. alquiteto Carlos Martello*»... (Um poço feito pelo architecto das Aguas Livres poucas pessoas se podem orgulhar de possuir).

Depois de concluida a casa, em 1740, Lazaro Leitão comprou mais uma moradinha de casas térreas com seu quintalinho, e nesse terreno fez construir a ermida com uma varanda por cima e um pa-lheiro por detraz. Como do lado do Nascente da ermida, no local onde hoje existe um prédio grande com dois andares, ficaram exis-

---

(1) Vid. na Torre do Tombo as habilitações para a Ordem de Christo, letra P. maço 11 n.º 58 — Pedro Baraduc, e letra F. maço 22, n.º 6 — Francisco Pedro Baraduque, filho do antecedente.

tindo ainda várias barracas, um curral e um matadouro que faziam má vizinhança, Lazaro Leitão comprou as construções e o terreno ao marchante Manuel Rodrigues e fez lá construir cinco casas e trez armazens. Em 1744 comprou mais outro terreno, onde fez a quinta. De tudo isto, casa-nobre, casas para rendimento, quinta e mais alguns bens, instituiu um Morgado e nomeou para administradores dele, em primeiro lugar seu primo, o dr. Antonio Rodrigues de Macedo Junior, e sua descendencia legitima; em segundo lugar a irmã do primeiro, Maria Inacia de Macedo, e sua descendencia, e em terceiro lugar o recolhimento de N. S. dos Anjos, que ele fundára.

A 2 de Agosto de 1767 faleceu Lazaro Leitão Aranha, na sua residencia da Rua Direita da Cruz de Pau, começando logo a administrar o vinculo da Junqueira o dr. Antonio Rodrigues de Macedo Junior.

Num documento que assinou em Belem, a 26 de Novembro de 1802, atestou o primeiro conde de Cavaleiros que tinha entrado em negociações, nos principios de 1800, com o dr. Rodrigues de Macedo para a compra ou subrogação das casas e quinta do vinculo que este administrara, e que tinha convencionado com ele o entrar logo, a titulo de arrendamento, nas referidas casas emquanto se não ultimasse o contrato, mas que não chegou a fazer arrendamento escrito nem o outro contrato por ter falecido o dr. Macedo, pelo que não entrou de posse, no S. João do dito ano de 1800, das propriedades de que á data do atestado era senhor por mercê regia e a titulo de subrogação.

A morte do dr. Rodrigues de Macedo, que ocorreu na vila da Amora em 27 de Maio de 1800, deu origem a varias complicações. Visto ele não ter deixado descendentes e serem já falecidos a irmã e o filho unico que esta tinha tido, passou a administração do vinculo, segundo a ordem das vocações, mas contra as disposições legais, ser exercida pelo Recolhimento de N. S. dos Anjos.

Esta ilegalidade foi denunciada em nome de sua filha menor Ana Maxima (que veio a casar com o dr. Antonio da Costa Araujo Maia), por Joaquim da Costa Araujo. Seguiu-se depois a incorporação do vinculo na Corôa, a requerimento da denunciante, a qual, por disposição da lei, obteve como recompensa o ficar usufrutuaria dele durante toda a vida.

Por outro lado, D. Rodrigo José de Menezes, 1.º conde de Cava-

leiros, continuava, no Juizo da Corôa, as negociações para a aquisição dos bens vinculados, por meio de subrogação; mas parece que desistiu a certa altura, não obstante o ter-se já intitulado senhor das casas. Nos arruamentos de 1808-9 e 10 figura a propriedade ainda em nome do conde de Cavaleiros; mas a seguir tem a nota: «He de D. Anna Maxima».

E' tempo agora de entrar no assunto principal.

Um dia tive conhecimento de que por tradição constava que D. Eugenia José de Menezes tinha sido raptada da casa que hoje pertence ao sr. Visconde do Marco, de cuja historia me estava ocupando. Um rapto de primeira classe! Não o podia desprezar. Rebusquei, li «A Ultima Corte do Absolutismo», o «Dicionario de Inocencio», a «Rezenha das Familias Titulares» e o «Arquivo Pitoresco» onde vem o acordão que condenou á morte o dr. João Francisco de Oliveira. Fiquei sabendo por esse acordão que o raptor aliciou D. Eugenia José de Menezes *até ao pnto de a raptar de casa de seu irmão*. Mas de qual irmão? Do D. Gregorio? Do D. Diogo? Do D. Manuel? Continuei as minhas pesquisas e fui encontrar na secção de manuscritos da Biblioteca Nacional uma Miscelanea (n.º 805), onde a fol. 205 está incorporada uma historia do rapto, feita por pessoa que conhecia o assunto, com o seguinte titulo: *Noticia de um caso sucedido nesta capital de Lisboa em Maio de 1803*. As seguintes palavras que lá se lêem: «tendo a dita senhora saído do paço com licença por uns dias... para casa de seu irmão D. Gregorio de Menezes... que residia no fim do sitio da Junqueira de cuja casa se fez a fuga...» resolveram a minha duvida.

Faltava, pois, sómente verificar que a casa de D. Gregorio de Menezes era a mesma que hoje pertence ao sr. Visconde do Marco para que a tradição ficasse confirmada. Recorri, então, com esse intuito, a uma fonte que, em regra, é segura: os livros dos arruamentos para o lançamento das decimas, da freguezia da Ajuda. Só quem já folheou esses livros sabe quanto eles são interessantes por nos darem ideia bastante clara da vida de qualquer localidade em tempos passados. Aqui na Junqueira, por exemplo, vemos, através deles, a funcionar, ininterruptamente, desde os fins do seculo XVIII, no Altinho — no caracteristico Altinho, onde a imaginação de D. João da Camara foi alojar um dos principais personagens da sua popular peça, «O Burro do sr. Alcaide» — uma oficina de ferrador, cujo dono, em

1771, não pagava decima por que só trabalhava para a cavaliça do Marquez de Angeja.

Noutro ponto vemos acomodado um modesto vendedor de miudos de vaca. Na praia, além de varias estancias de lenha, divisa-se uma barraca com jogo de bola, pertencente a um criado do Patriarca, e nas casas fidalgas podem contar-se os criados e cavalos que tinham.

Pois essa fonte, em regra tão segura, provou exactamente o contrário do que eu queria! Segundo ela, em 1802 e 1803 a propriedade pertencia a D. Rodrigo Marialva e o palacio estava occupado pelo *dono*, que tinha três parelhas e 15 criados. (Com tanto pessoal a fuga não deveria ter sido facil).

Apesar de se tratar de uma fonte tão importante, admiti a possibilidade de ella não dizer a verdade. Que importava á Fazenda que fosse o pai ou o filho que habitasse na casa desde que a decima fosse paga? Demais, tinha visto nos mesmos livros registos bastante vagos como, por exemplo, um, em que é indicada como moradora de determinada casa, *uma gente de Lisboa*.

Um dia tive que procurar um processo do Juizo das Capelas da Corôa e achando me no arquivo onde me dirigi, encontrei lá uns «*Autos civeis de libelo em que he Autôra Anna Maxima como donataria da Real coroa da capela instituida pelo Principal Lazaro Leitão Aranha, contra Antonio Alves Barreira Chaves como fiador e principal pagador de Guilherme Candido Xavier de Brito.*» E' neste processo, que correu em 1803 e que diz respeito á exigência de umas rendas devidas por um inquilino das casas anexas á casa-nobre, que se acha o precioso documento, que, conforme comuniquei ao sr. Eduardo Burnay, me encheu de alegria quando o encontrei, por elle me dizer exactamente o que eu queria.

E' uma impugnação do advogado do reu onde se lê o seguinte: «P. que não só o Ex.<sup>mo</sup> Conde confessa o sobredito na sua Atestação junta a fl. mas é um facto publico que elle entrou consecutivamente de posse das mencionadas casas, assim como veio a occupar successivamente todas as outras propriedades de que tinha feito arrendamento ao falecido Antonio Rois de Macedo, e nas quais **tem assistido e assiste actualmente** o filho do mesmo Ex.<sup>mo</sup> Conde **D. Gregorio José Ferreira d'Essa e Menezes**».

Prova mais clara e concludente do que esta não é possível achar-se. Os dois processos acima referidos encontravam-se, quando os

consultei, no arquivo da 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> repartições da Direcção Geral do Ministério das Finanças, ou arquivo da Fazenda Publica, instalado no edificio do antigo convento de S.<sup>ta</sup> Joana, a S.<sup>ta</sup> Marta, na caixa n.º 66 das Capelas vagas, sala n.º 4 do 2.º andar; mas, como não era nessa caixa que deviam estar, foram pelo respectivo archivista arrumados depois nos seus verdadeiros lugares: o que diz respeito á subrogação que D. Rodrigo de Menezes quiz fazer dos bens que haviam sido de Lazaro Leitão, foi para o maço n.º 236 das *Capelas da Coróa*, onde tem o numero 4153, e o que diz respeito á acção movida por Ana Maxima contra Antonio Alves Barreira Chaves, do qual faz parte o *precioso documento*, foi para o maço n.º 225, tambem das *Capelas da coróa*, onde tem o número 3978.

Como hoje está instalada no mesmo local uma repartição de finanças, não sei se será possivel encontrarem se os processos (1).

Os n.ºs 105 e 107 são os que a casa teve durante parte da vida do falecido Marquês de Penalva.

Quando se deu o rapto a casa não tinha numero. As portas da rua da Junqueira foram pela primeira vez numeradas em 1811.

*Arthur Lamas.*

#### NOTA Á CARTA N.º 4

Na carta que acabei de transcrever disse que o processo em que foi autora Ana Maxima e reu Antonio Alves Barreira Chaves, dizia respeito á exigência de «umas rendas devidas por um inquilino das *casas anexas á casa-nobre.*»

Devo dizer que depois de publicada a carta fui relêr o processo tendo tido, então, occasião de verificar que, por êle estar instruído por forma bastante deficiente, não é fácil averiguar-se se as rendas diziam respeito às casas anexas á casa-nobre ou a esta própria.

---

(1) A repartição de finanças occupa só as salas do 1.º andar, não sendo impossivel, segundo nos informaram, até mesmo aí, consultar qualquer documento do arquivo, apezar de, para isso, ser preciso deslocar alguns armarios que se acham defronte das estantes. No 2.º andar encontra-se ainda não só a costumada boa ordem na arrumação dos documentos, como tambem a extrema amabilidade e gentileza do ilustrado archivista, e distintissimo amador de musica que as gerações passadas muitas vezes tiveram o prazer de aplaudir como regente de orquestras, o sr. Augusto Cesar da Silva Castro.

As casas cujas rendas se exigiam, estão assim, simples e vagamente, indicadas em vários pontos do processo :

a fol. 9: «P. que o originario devedor Guilherme Candido Xavier de Brito tomou de arrendamento ao D.<sup>r</sup> Antonio Rodrigues de Macedo Leitão Aranha humas cazas na Rua direita da Junqueira, em que assistio Manoel José Sarmiento com suas respectivas Loges, e acomodações pela renda annual de 1837000 paga aos semestres com principio no 1.<sup>o</sup> de Janeiro de 1800».

a fol. 9 v.<sup>o</sup>: «...tomarão as Recolhidas de N. Snr.<sup>a</sup> dos Anjos posse das *referidas cazas, e outras mais Propriedades* que o d.<sup>o</sup> falecido possuia na Junqueira».

a fol. 10: «...que a renda das cazas de que se trata...».

a fol. 13: Certidão da *obrigação* ou contrato de arrendamento assinado pelo inquilino Guilherme Candido Xavier de Brito e pelo fiador Antonio Alves Barreira Chaves: «Pela presente minha obrigação, digo eu abaicho assignado que tomo de arrendamento ao Senhor Doutor Antonio Rodrigues de Macedo Leitão Aranha *humas cazas* que são do ditto Senhor sittas na Rua direitta da Junqueira nas quaes ao presente assiste o official da Secretaria de Estado Manoel José Sarmiento pela renda de cento oitenta e tres mil reis anuais que heide pagar a simestres vencidos comprihendendesse neste arrendamento todas as lojes e acomodaçoens que ocupa o ditto Inquilino e devendo este contrato ter o seu principio em Janeiro do anno proximo de mil e oito centos... Lisboa quatorze de Novembro de mil sette centos noventa e nove».

a fol. 77: «P. que o arrendatr.<sup>o</sup> G.<sup>me</sup> Candido X.<sup>er</sup> de Brito posto que fizesse o arrendam.<sup>to</sup> a fl. do *quarto de cazas* de que se pede a renda ao R.» ; e

«P. que nos tres ou quatro mezes primeiros do dito semestre (de 1800), continuára a assistir nas referidas cazas M.<sup>el</sup> José Sarmiento off.<sup>al</sup> da Secretaria de Estado, que nas mesmas morava havia alguns annos».

O livro dos arruamentos a que recorri não resolveu a duvida, pois que, dizendo os documentos que a casa era aquela em que *morára havia alguns anos* o official da Secretaria de Estado Manoel José Sarmiento, daquele consta que entre 1796 e 1799, tanto a casa-nobre como todas as casas anexas, excepto um andar de uma delas, estiveram arrendadas a *Luiç Ant.º* sendo o palacio por 3300000. Nos arruamentos de 1802-3 é que figura Sarmiento como morador de uma casa que do lado do Nascente confinava com as casas anexas à casa-nobre, evidentemente porque se mudou para lá, das casas que haviam sido do D.<sup>r</sup> Rodrigues de Macedo.

Se é certo que o livro dos arruamentos não resolve a d'úvida, tambem, a meu vêr, não a complica porque basta ler o contrato de arrendamento para se ter a certeza de que Sarmiento occupou qualquer das casas do D.<sup>r</sup> Antonio Rodrigues de Macedo; e se, portanto, êle não figura como morador dessas casas nos livros dos arruamentos é porque o foi, talvez, como sublocatário ou porque os livros estão nêsse ponto errados (1).

O mais natural é que tanto Sarmiento como Barreira Chaves morassem na casa-nobre: os officiaes de Secretarias de Estado tinham antigamente tanta consideração que até se apresentavam na rua em séges acompanhados por correios a cavallo, como em nossos dias vimos os ministros de Estado, e as casas anexas à casa-nobre eram demasiadamente modestas para tão grandes personagens.

De resto a minha duvida em nada altera a conclusão positiva a que cheguei com o auxilio do tal *documento precioso*.

Em vista dos elementos que existem parece que os factos se passaram assim:

D. Rodrigo José Antonio de Menezes, 1.º Conde de Cavaleiros, tinha a sua casa *ao Bom Sucesso* (2), na qual morava tambem seu filho D. Gregorio José Antonio Ferreira d'Eça e Menezes (3)

(1) Os arruamentos referêntes aos quatro anos supra indicados, de 1796 a 1799 registaram-se apenas num único livro em que cada pagina se dividiu em duas colunas, servindo cada columna para dois anos.

Quando os empregados não tinham conhecimento de qualquer alteração ao primeiro registo declaravam na segunda columna: «o mesmo em frente».

Foi um trabalho vê-se, feito à pressa e sem cuidado.

(2) Não se confunda com a Quinta da Praia onde morava o Marquês de Marialva.

(3) Vid. *Almanagues de Lisboa*, da época.

Nos principios do ano de 1800, por se achar tratado o casamento, que veio a realisar se a 13 de Maio desse ano, de D. Gregorio com D. Francisca Correia de Lacerda Melo Pita Pacheco, viuva do Conde da Cunha, começou D. Rodrigo de Menezes a tratar com o Dr. Rodrigues de Macedo da compra das casas da Junqueira para nelas ir morar seu filho.

A morte do dr. Macedo fez demorar o negocio pois que foi preciso recorrer ao juizo das Capelas da Corôa para obter a subrogação do valor dos bens vinculados, os quais, a requerimento de D. Ana Maxima, iam ser incorporados na Corôa. Esse processo começou a correr em 2 de Julho de 1802 e terminou em 29 de Julho de 1803 com a publicação do Acordão de 23 do mesmo mês que mandou proceder á escritura de subrogação, a qual não me consta que se tenha feito.

O processo contra Barreira Chaves iniciou-se em Agosto de 1803.

Em 28 de Abril de 1802 foi o procurador do juizo da Corôa tomar posse para esta das propriedades da Junqueira, lavrando se desse acto tres autos: o primeiro dizia respeito a *uma propriedade de casas nobres pertencentes ao morgado de que se trata que consta de loja de entrada um pavimento nobre e com sua ermida, jardim, quinta e officinas correspondentes.*

Foram testemunhas Joaquim Ferreira, criado aposentado da Casa Real e assistente na dita casa, e José Antonio Garrido *criado do Excelentissimo D. Gregorio José de Menezes;*

o segundo auto dizia respeito á *propriedade mistica*, e foram testemunhas o mesmo Garrido e João Ferreira, que declararam que para as ditas casas (deve entender-se que eles não se referiam só ás pequenas como tambem a todas as outras), ia assistir por aviso de Sua Alteza o Excelentissimo D. Rodrigo de Menezes (1);

o terceiro auto dizia respeito a outras *casas misticas*, onde vivia um criado da Casa Real que declarou pagar 48000 réis por ano e estar avisado pelo dito Excelentissimo D. Rodrigo de Menezes para despejar no S. João. Essa casa tinha seis quartos e agua-furtada.

Destes autos vê-se que em Abril de 1802 ainda D. Gregorio não tinha vindo para a Junqueira.

E quando veio ficou a ocupar não só a casa-nobre como tambem

(1) Teria tido D. Rodrigo ideia de ir morar na casa? Não me parece e tanto que quem recebeu o procurador da Corôa foi um criado de D. Gregorio.

todas as outras casas anexas, excepto uma divisão de uma delas (livros dos arruamentos de 1802-3), e por isso se diz por forma geral no tal documento precioso: e nas quais, isto é, em todas, nobre e anexas, tem assistido etc. A casa-nobre tinha antigamente um defeito: faltavam-lhe acomodações não só para criados como até para os donos, e por isso quem nela morava tinha que se utilizar também das casas pequenas. (Vide livros dos arruamentos, *passim*).

Depois de D. Gregorio vir para a Junqueira, D. Rodrigo continuou a viver no Bom Sucesso (Almanaque de 1805, por exemplo), até que se retirou para a sua Quinta do Furadouro, em Obidos, onde faleceu em 13 de Maio de 1807. D. Gregorio esteve na Junqueira até ao tempo da invasão dos franceses.

Arthur Lamas.

### CARTA N.º 5

(Publicada no *Diario de Lisboa*, de 17 de Maio de 1922).

Só por motivo maior demorei até hoje o meu agradecimento ao sr. Artur Lamas pela atenção que lhe mereceram as minhas observações.

As informações que no *Diario de Lisboa*, nos seus recentes artigos, dá interessaram-me vivamente e é certo que com maior rigor corroboram a conclusão a que eu em Dezembro de 1917 chegara, depois da vaga indicação fornecida em Março pelo sr. Conde de Breitandos de que *seria* efectivamente na actual residencia do sr. Visconde do Marco, que em 1803 habitaria D. Gregorio de Menezes, filho de D. Rodrigo, 1.º Conde de Cavaleiros, e donde teria fugido a irmã daquele D. Eugenia José.

A' minha conclusão chegara eu pelos seguintes tramites:

I—D. Eugenia José fugira com um medico (*Alvará de 2 de Junho de 1803*).

II—O medico era o dr. João Francisco d'Oliveira e contra ele e mais cúmplices se mandára proceder. (*Ordem régia de 2 de Junho de 1803*).

III—Uma sentença condenava o dr. Oliveira ao suplicio da forca e perda de bens, e nela se verifica que a fuga se deu da residencia do irmão de D. Eugenia. (*Acordão da Relação de 12 de Junho de 1804*).

IV — No Almanaque de 1805 (não houve em 1804) encontram-se mencionados dois irmãos de D. Eugenia José: D. Gregorio, 2.º conde de Cavaleiros, residente *á Junqueira*, e D. Manuel de Menezes, capitão de mar e guerra, residente *á Junqueira n.º 105*, nascendo daí a *presumpção* de poder ter-se dado desta residencia a fuga de D. Eugenia.

V — O conde de Bretiandos dera-me em 1917 (março) a tradição, recolhida do Marquez de Penalva, de ter-se dado a fuga de uma casa com as características, que depois encontrei no palacete do Visconde do Marco. Porém, nem a sua numeração actual, (194-198), nem a imediatamente anterior (248-250), coincidião com aquele numero 105. O caso ficava assim *duvidoso*.

VI — No fim do ano de 1907, porém, o Visconde do Marco comunicava-me a existencia de um anuncio da Junta do Credito Publico de 23 de Outubro de 1839, para a venda de bens nacionais, entre os quais a sua casa: «Bens da capela instituida pelo principal D. Lazaro Leitão Aranha, de que é actual administradora D. Anna Maxima, a saber uma propriedade de casas na rua da Junqueira n.º 105 a 107 com uma ermida etc.

De tudo conclui *com o maior rigor logico* ter-se a fuga de D. Eugenia José realizado da casa da Junqueira, que é hoje propriedade do sr. Visconde do Marco.

Pela sua parte, o sr. Artur Lamas chegou á mesma conclusão pelo seguinte caminho.

I — Por um documento assinado em Belem, a 26 de novembro de 1802 pelo Conde de Cavaleiros, (D. Rodrigo) e por mercê regia era ele, a titulo de subrogação, senhor dos bens da Junqueira, que haviam pertencido ao Principal Lazaro Leitão, e em que se incluia a actual residencia do sr. Visconde do Marco.

II — Um dia tivera conhecimento de que *por tradição* constava que D. Eugenia José de Menezes havia sido raptada da casa hoje pertencente ao Visconde do Marco e quizera averiguá-lo.

Neste ponto, seria interessante que o sr. Artur Lamas, para a historia do rapto, tivesse particularizado os termos e mais circunstancias da tradição que lhe chegára.

III — No livro Miscelanea n.º 805 da Biblioteca Nacional encontrou a fl. 205, a historia do rapto de D. Eugenia, com a indicação de que se dera da casa de seu irmão D. Gregorio (pouco depois 2.º conde de Cavaleiros), morador no sitio da Junqueira.

IV — De um processo forense de Ana Maxima contra Antonio Alves Barreira Chaves, que correu em 1803, e que existe no arquivo das 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> repartições do Ministerio das Finanças, consta que na casa de que se trata (e que viera de Lazaro Leitão parar ao usufruto de Ana Maxima) «tem assistido e assiste actualmente o filho do mesmo Ex.<sup>mo</sup> conde (de Cavaleiros) D. Gregorio José Eça e Menezes».

Os documentos e informações assim trazidos a publico pelo sr. Artur Lamas são sobre muitos aspectos extremamente interessantes e só posso folgar com o ensejo que dei á sua apresentação, tanto mais que trazem plena confirmação á conclusão a que, aliás com menos valiosos documentos, eu chegára em 1917.

Hoje o caso não sofre sombra de duvida : D. Eugenia fugiu, saindo da casa de seu irmão, D. Gregorio de Menezes, mordomo mór da Senhora Princeza viuva, á Junqueira, e que é aquella actualmente pertencente ao sr. Visconde do Marco.

Dois documentos publicos sufficiente e fundamentalmente o atestam : o *acordão da Relação de 12 de Junho de 1804* que acima citei e que textualmente estabelece que *D. Eugenia foi raptada em 1803 de casa de seu irmão*; e o *processo de Ana Maxima contra Antonio Alves Barreira Chaves*, em 1803, e que estabelece — que nesse ano — na casa-nobre da Junqueira, que tinha em usufructo, vivia o irmão de D. Eugenia, D. Gregorio.

Reagradecendo ao sr. Artur Lamas a sua deferencia, permito-me mais duas pequenas observações.

Tenho a impressão de que a casa habitada, ha cerca de 30 ou 40 anos, pelo Marquês de Penalva é a que faz esquina para o Rio Seco e não a que habita hoje o Visconde do Marco; e, quanto a *numerações*, contra a afirmação de que em 1803 a residencia de D. Gregorio não tinha numero e que na rua da Junqueira só houve numeração a partir de 1811, os almanaques da época parecem protestar. Basta consultar o de 1805, em que D. Manuel de Menezes, irmão de D. Gregorio, é dado como residente á Junqueira, n.<sup>o</sup> 105, precisamente um dos numeros da casa do Principal Lazaro Leitão, comunicado pelo sr. Visconde do Marco, como figurando no anuncio da Junta do Credito Publico de 1839.

*Eduardo Burnay.*

## CARTA N.º 6

(Publicada no *Diario de Lisboa*, de 23 de Maio de 1922).

*Sr. Director.* — Da conversa que o sr. dr. Eduardo Burnay e eu temos mantido no *Diario de Lisboa*, a respeito de D. Eugenia José de Meneses, apurou-se: 1.º não haver duvida de que esta infeliz dama foi raptada, ou fugiu, da casa que hoje pertence ao sr. Visconde do Marco; e, 2.º que a prova deste facto foi feita por nós ambos, mas por processos diversos.

Seria interessantissimo se apparecesse agora uma terceira pessoa a confirmar, ainda mais, o mesmo facto com o auxilio de um outro documento de que ainda se não falou: o processo-crime relativo aos culpados.

Por minha parte devo dizer que empreguei extraordinarios esforços para o encontrar no arquivo do Tribunal da Relação, onde fui muito atenciosamente auxiliado e guiado pelo ilustrado e serviçal arquivista, o sr. Augusto de Castro, mas não o consegui. Apenas lá encontrei, num livro de registos, referente ao assunto, o decreto, que tem a mesma data, 2 de Junho de 1803, do relativo á degradação de D. Eugenia, no qual o Soberano ordenou ao corregedor do crime da Corte e Casa que procedesse á devassa, que prendesse e pronunciasse os culpados, e que sentenciasse os reus, sumariamente, em relação, com os adjuntos que fossem nomeados pelo Marquês-regedor.

Que destino teve o processo? Não me repugna acreditar que alguém o fizesse desaparecer. O escandalo foi enorme e, passados anos, o irmão da raptada, D. Diogo, Conde da Louzã, teve alta influencia politica. Quem sabe se foi o proprio Principe Regente, a quem é atribuida a principal responsabilidade do rapto, quem o queimou, como fez tambem, segundo consta, ao processo dos Tavoras.

Julgou o sr. dr. Burnay que seria interessante para a historia do rapto que eu particularizasse os termos e circumstancias pelas quais tive conhecimento da tradição. A tradição chegou ao meu conhecimento por uma formá muito simples e sem interesse nenhum para a historia: foi-me comunicada pelo sr. Visconde do Marco sem o mais insignificante pormenor que me podesse sequer orientar nas minhas pesquisas. Tive que trabalhar, e muito, para conseguir o resultado a que cheguei.

Deu-se então um facto curioso: o sr. Visconde fez-me a comunicação depois de eu lhe dizer que estava estudando a sua casa por ter encontrado entre os meus papeis um documento muito interessante que lhe dizia respeito e que era, nem mais nem menos, o mesmo que veio a servir ao sr. dr. Burnay para fazer a identificação, isto é, a lista da Junta do Credito Publico em que se annunciou a venda dos bens da capela de Lazaro Leitão.

Com a ansia de ser agradavel ao sr. Visconde do Marco dei-lhe o documento, precipitada e irreflectidamente, sem pensar na falta que ele me faria, sendo então que o sr. dr. Burnay, muito natural e legitimamente, tomou conhecimento do que nele se dizia. Passados dias, porém, o sr. Visconde restituiu-me o documento.

Foi certamente por eu ter redigido mal um periodo em que simplesmente queria dizer que os n.ºs 105 e 107 eram os que a casa tinha tido no tempo do Marquês de Penalva que o sr. dr. Burnay supôs que eu queria dizer que este falecido titular havia morado na casa de que nos temos occupado. Não foi essa a minha intenção, pois que, como quasi vizinho que fui do Marquês, sei que ele morou na casa que faz esquina, não para o Rio Seco, mas para a calçada da Boa Hora, a qual, como muitas outras do sitio, tem, tambem, a sua historia.

Foi feita no seculo XVIII e pertenceu, então, ao Visconde de Barbacena. Depois foi da familia dos Jorges, que é uma das familias mais antigas do sitio, e ultimamente pertenceu ao sr. Antonio Joaquim Ribeiro, pessoa muito estimada na sociedade, ha poucos anos falecido. Morou nela a Infanta D. Ana de Jesus Maria, casada com o Duque de Loulé, e esteve lá instalado um hospital provisorio para colericos que funcionou, primeiramente, desde 9 a 18 de Novembro de 1855, recebendo, porém, um unico doente, um pescador de Pedrouços que saiu curado, e depois, desde 21 de Junho até 26 de Agosto de 1856, em que recebeu 196 doentes de ambos os sexos, dos quais faleceram 95.

As observações do sr. dr. Eduardo Burnay a respeito de a numeração das portas da Junqueira ter sido feita antes de 1811, é muito sensata e razoavel e fez-me crêr que os livros dos arruamentos, por onde me tinha guiado, mais uma vez me levaram a uma conclusão errada. E' assunto muito digno de ponderação e que precisa ser estudado.

Ao sr. dr. Burnay agradeço não só esta valiosa observação, como também, mais uma vez, as suas imerecidas atenções, e á ilustre Redacção do *Diario de Lisboa* agradeço, também, o ter tido a paciencia para me aturar tão repetidas vezes.

Arthur Lamas.

### CARTA N.º 7

(Publicada no *Diario de Lisboa*, de 29 de Maio de 1922).

Já agora, mais duas palavras.

Pelo novo artigo do sr. Artur Lamas concluo que no apuramento da questão em que temos conversado houve a colaboração de ambos nós, com o intermedio do sr. Visconde do Marco, e pela seguinte forma.

Eu dei a tradição da fuga *presumivelmente* localizada na sua casa; o sr. Visconde, em conversa, transmitiu-a ao sr. Artur Lamas, que a ignorava; subseqüentemente, o sr. Lamas, sem relacionar o facto com o caso da fuga, comunicou ao sr. Visconde do Marco um documento, que dava á sua casa em 1839 os n.ºs 105 e 107, e dos quais este senhor me deu naturalmente conhecimento pelo interesse que eu mostrara em conhecer a antiga numeração da sua casa; coincidindo o n.º 105 com o da moradia de D. Manuel de Menezes, irmão de D. Gregorio, na Junqueira, tal como consta do Almanach de 1805, conclui a *extrema probabilidade, quasi certeza*, de ter-se a fuga efectivamente dado do actual palacete do sr. Visconde do Marco; o descobrimento do documento agora apresentado pelo sr. Artur Lamas veio confirmá-lo por forma *absolutamente demonstrativa*.

Assim eu vim a contribuir para esta elucidação com *uma tradição*, aliás recebida do sr. Conde de Bretiandos, como disse, e uma *conjectura plausivel e procedente*, e o sr. Lamas com a subseqüente *investigação*, que o levou á *demonstração documental absoluta*.

Mas o sr. Lamas desejaria mais. Quereria que o processo do *rapto* falasse e foi procurá-lo á Relação. Encontrou lá apenas a muita obsequiosidade do sr. Augusto de Castro e o registo do decreto de 2 de junho, em que se manda instaurar o processo de devassa e julgamento. Mais nada.

A sentença, porém, existe publicada, pois eu a tenho, transcrita

não me recordo de onde. Talvez da *Ultima Côte do Absolutismo*, que não tenho presente.

Aqui a dou pelo seu global interesse e porque traz a claro indicação de que D. Eugenia foi raptada pelo dr. João Francisco de Oliveira, de casa de seu irmão.

Ei-la :

Accordam em Relação etc. Que vistos estes autos, que, na conformidade do Decreto do dito Senhor, e com o parecer do seu Regedor, se fizeram sumarios, no Accordam a fls... ao réo João Francisco de Oliveira, que foi Physico-mór dos exercitos, e Medico da Real Camara do mesmo Senhor, pelo torpissimo, e abominavel attentado com que prevaricou no exercicio do seu emprego, abusando da faculdade, e entrada que por elle se lhe permittia na pousada de Dona Eugenia José de Menezes, Dama do Paço ; alliciando-a até ao ponto de a raptar, ausentando-se com ella fugitivo ; pelo que se procedeu a devassa, e mais averiguações appensas, do que o sobredito réo, sendo citado por éditos a fls... e sendo-lhe nomeado Curador para se defender no dito Accordam fls... se não exonera, reconhecendo o mesmo Curador a enormidade do seu delicto na allegação a fls... que fez por parte do mesmo réo, recorrendo sómente á equidade, que possa abrandar o rigor da lei. E como pelos autos se mostra, que o sobredito réo João Francisco de Oliveira, prevalecendo-se da entrada no Real Paço, que lhe conferia o officio de Medico da Real Camara, temerária e aleivosamente abusára d'ella para se introduzir na frequente assistencia, que tratava na pousada da Dama do Paço, D. Eugénia José de Menezes, alliciando-a até ao ponto de a raptar da casa de seu irmão, para onde sahiu licenciada, com o pretexto de molestias, e d'onde o mesmo réo, na noite de 27 de Maio de 1803 a levou para as praias proximas ao logar de Caxias, aonde tinha preparada e prompta a embarcação, em que com ella se transportou fugitivo, de sorte que sendo ella achada em Cadiz, não houve noticia d'elle, nem consta de parte certa aonde possa ser achado, pelo que foi citado por éditos fls...

O que tudo é constante não só da devassa appensa ; mas até é factó de notoriedade publica, sem duvida em contrario ; e por isso, e como tal reconhecido na sentença appensa da degradação, e exautorisacção da Ordem militar de Nosso Senhor Jesus Christo, proferida na Meza competente, em execução do Real Decreto inserto no appenso ultimo, no qual foi o mesmo réo relaxado á justiça secular. E é de igual notoriedade a grande differença que há da linhagem, e qualidade da Dama raptada á do réo levador ; circumstancia que a lei manda observar para a comminação das penas, e que tem estabelecido para estes delictos ; além da aleivosia em que foram commetidos, quer se atenda á frequencia do réo no Paço quer na casa do irmão da dama raptada.

Portanto, e o mais dos autos, condemnam ao sobredito réo João Francisco d'Oliveira — a que com baração e pregão seja levado até ao logar da forca, aonde morrerá morte natural para sempre ; E visto estar ausente o hão por banido, e mandam ás justiças do dito Senhor, que appellidem contra elle todas as terras para

ser preso, ou para que cada um do povo o possa matar, não sendo seu inimigo; em confiscação e perdimento de seus bens para o Fisco e Camara Real, e nas custas. Lisboa 12 de Junho de 1804 — *Pereira de Barros* — *Saraiva do Amaral* — *Rocha* — *Costa* — *Dr. Fonseca* — *Correia* — *Saccadura* — *Sampaio*.

O sr. Artur Lamas aventa que o processo tivesse desaparecido por influencia do Conde da Louzã, irmão tambem de D. Eugenia, que teve ulteriormente grande situação politica, ou por determinação do proprio D. João VI, como este fizera para o processo dos Tavoras (no que ha confusão).

Não me parece, pois se o Rei e os Cavaleiros não gostavam do processo, que foi anomalo, mais simples, moral e honesto teria sido não levantar desnecessariamente o escandalo.

Quanto a mim, afigura-se-me antes que o processo terá saído da Relação em 1849 para o Conselho de Estado, a documentar o requerimento em que a filha de D. Eugenia José, D. Eugenia Maria, requerera a rehabilitação de sua mãe, que foi de facto decretada em 8 de setembro de 1849.

Presidente do governo era então Costa Cabral e do gabinete fazia parte o Conde do Tojal, filho do dr. João Francisco de Oliveira, o raptor condemnado á forca, e já perdoado por decreto de 15 de abril de 1820, interessado esse ministro no processo pela memoria de seu pai e pelo muito que queria a D. Eugenia Maria, que seu pai perfilhara em 1822, para que não fosse por diante o enleio amoroso que entre os dois nascera um dia, segundo se diz.

Tudo isso é materia de romance, cujo epilogo se encontra agora no cemiterio dos Prazeres: um jazigo, em que, ao lado um do outro, descansam o Conde do Tojal e D. Eugenia Maria de Menezes Smith, aquella que na Historia ficou como a *bastarda de D. João VI*.

Quanto ao processo, se existe ainda, onde parará?

No ministerio do Interior, no da Justiça, na Procuradoria Geral da Corôa, em algum arquivo do Conselho de Estado, na Torre do Tombo, em remanescentes papeis do ministro da justiça de então, Felix Pereira de Magalhães, ou do Conde do Tojal? Em Lisboa? Na Madeira onde viveu o Dr. Alexandre irmão e herdeiro do Conde?

Vasto campo de investigação aí fica para o sr. Artur Lamas, ditoso investigador com ocios para o ser, a quem de novo agradeço o prazer que me tem proporcionado nesta cavaqueira, que já me trouxe da Junqueira ao cemiterio dos Prazeres, como igualmente agradeço

ao mui benevolo director do excelente *Diario de Lisboa* o amistosso acolhimento que nele me tem feito.

Ericeira, 26 de maio de 1922.

*Eduardo Burnay.*

NOTA Á CARTA N.º 7

Depois de ter lido esta carta o sr. Augusto de Castro, ilustrado arquivista do Tribunal da Relação de Lisboa que mais de uma vez me tem dado muito proveitosas indicações, aconselhou-me a que fosse ao arquivo do antigo Ministerio do Reino (hoje do Interior), onde decerto encontraria os documentos referentes á reabilitação de D. Eugenia José de Menezes. Obtida a devida autorização fui ao referido arquivo onde efectivamente se encontram reunidos os documentos indicados, no maço de *Decretos de 1849* — Setembro e Outubro — n.º 163, sob a designação de «*D. Eugenia Maria de Menezes — Revogação do Alvará de 2 de Junho de 1803, que exautou sua Mãe D. Eugenia José de Menezes das honras e direitos de que gozava* (1)».

Pela leitura desses documentos vê-se como se fez a reabilitação:

D. Eugenia Maria de Menezes, tendo então já uma filha, começou por falar no assunto á Rainha D. Maria II, que a recebeu por forma *verdadeiramente maternal*, e depois dirigiu á mesma Soberana o seguinte requerimento escrito, que foi redigido pelo notavel jurisconsulto Abel Maria Jordão Paiva Manso (2):

«Senhora

D. Eugenia Maria de Menezes filha de D. Eugenia José de Mene-

(1) Ao ilustrado arquivista do Ministerio do Interior, o Sr. Dr. Francisco Pe-restrelo de Alarcão, agradeço o auxilio que me prestou.

(2) Num memorial dirigido à Soberana para lhe pedir que o escuse de dar o seu parecer acerca da reabilitação diz o Dr. Paiva Manso: «Eu fui, Senhora, quem redigi e formalisei o requerimento que D. Eugenia Maria de Menezes apresentou a Vossa Magestade. Este facto, que só eu sei, e a supplicante, é de per si bastante para que eu me julgue suspeito, ou pelo menos prevenido; e sobre tudo porque seria contra todas as leis do decoro e da honestidade, que eu occultasse a Vossa Magestade esta circumstancia, e abusando da confiança com que V. M. me honrou, julgasse de um negocio, que eu proprio dirigira».

zes, e neta de D. Rodrigo José de Menezes que foi Conde de Cavaleiros como mostra o documento junto em n.º 1, vem hoje cumprir hum dever sagrado implorando a Real Benevolencia de Vossa Magestade para justificação e reabilitação da memoria de sua Mãi, e Vossa Magestade que reune em si as duas qualidades de Filha e de Mãi extremosissima, hade attender benignamente à supplica de huma filha innocente a favor de huma Mãi desgraçada.

Hum acontecimento misterioso deu motivo à publicação do Alvará de 2 de Junho de 1803, junto em N.º 2, pelo qual O Senhor Rey D. João 6.º (então Principe Regente) Augusto Avô de Vossa Magestade exautorou de todas as honras a Mai da supplicante privando-a ao mesmo tempo de todos os direitos de sangue e familia, bem como a toda a sua descendencia !

Não obstante os motivos contidos no Alvará é comtudo certo, e constante que a Mai da supplicante recebia do Real Bolsinho, por intervenção do Esmoller Mór e recebeu até à sua morte a Pensão de hum conto de réis, nos conventos de Tavira, e Portalegre aonde falleceu, continuando-se depois à supplicante huma Pensão de Quinhentos mil réis annual, bem como o fora a de sua fallecida Mãi, e que a supplicante recebeu até 1821 quando esta Pensão foi suspendida. Muitas outras provas da Real Benevolencia e Munificencia do Senhor Rey D. João 6.º receberão a Mãi da supplicante, e a supplicante, antes e depois destas que a supplicante tem a honra de mencionar aqui. Esta bondade da parte do Soberano que rubricou o Alvará de 2 de Junho de 1803 prova evidentemente que o Augusto Avô de Vossa Magestade conservou sempre a sua Real Protecção e Benevolencia à Mãi da supplicante. E comtudo Senhora os effeitos d'aquelle Alvará ainda hoje durão com relação à memoria da Mãi da supplicante e d'esta mesma, porque o Alvará comprehende na sua sancção a innocente descendencia da desautorada Mãi! Quando houvesse culpa (a qual todavia a supplicante como filha não pode nem deve suppor em sua Mãi) qual Ley, qual razão, ou qual justiça poderia hoje justificar a transmissivelidade (sic) das penas dos Paes para os filhos?

Infelizmente Senhora o Alvará de 2 de Junho de 1803 não hé unico na historia da legislação, houve os iguaes no tempo do Senhor Rey D. José em 25 d'Agosto de 1770 contra D. Thereza de Mello e seu irmão Estevão de Mello, e em 26 de Maio 1774 contra José Ozorio

do Amaral. Mas tãobem houve Huma Rainha Justiceira e Piedosa (A Senhora D. Maria 1.<sup>a</sup> Augusta Bisavó de Vossa Magestade) que acolhendo Benigna supplicas innocentes revogou aquelles Alvarás por outros de 7 d'Agosto de 1777, e 5 de Septembro de 1783, restituindo aos desnaturalizados as honras, e familias de que tinham sido privados por actos camararios.

Confiada em precedentes como estes, que tanta honra fazem á Memoria da Senhora D. Maria 1.<sup>a</sup>, não duvidou a supplicante vir á Prezença de Vossa Magestade, Rainha de igual Nome e Piedade, implorar em favor da memoria de sua Mãi, de si propria, e de huma filha que já tem, a completa revogação do Alvará de 2 de Junho de 1803 para effeito de lhe serem restituídas todas as honras, e direitos de familia de que foi exautorada, e privada, a fim de continuarem na supplicante e sua descendencia.

O acolhimento verdadeiramente maternal com que Vossa Magestade ouviu a exposição que a supplicante teve a honra de fazer verbalmente a Vossa Magestade, hé motivo sobejo para

Pedir a Vossa Magestade a graça que muito submissamente implora nesta supplica.

E. R. M.<sup>ce</sup>

Lisboa 30 de Junho de 1848.

*D. Eugenia Maria de Menezes* (1).

A este requerimento juntou a suplicante dois documentos: publica forma da «*Sentença de justificação de habilitação*» passada a seu favor, e Alvará, impresso, de 2 de Junho de 1803.

Do primeiro documento consta que D. Eugenia Maria foi julgada, por sentença de 14 de Março de 1836, a propria filha de D. Eugenia José, (2) que era filha de D. Rodrigo José de Menezes, Conde de Cavaleiros; que foi criada por sua Mãe em cuja companhia se conser-

(1) A' margem da 1.<sup>a</sup> pagina deste documento estão os vistos dos seguintes membros do Conselho de Estado: G. Cardeal Patr.<sup>a</sup>, B. de Chancelheiros, S.<sup>a</sup> Cabral, R. F. Magalhães, Duque da Terceira, Carvalho, Tomar e Palmela.

(2) Na petição o nome da Mãe está assim indicado: Eugenia Maria José de Menezes.

vou até que ela morreu; e que foi por sua Mãe instituída sua universal herdeira, em virtude das seguintes disposições testamentarias:

«Quero e he minha vontade que fallecendo da vida presente se faça tudo quanto minha filha Dona Eugenia Maria de Menezes determinar com o parecer do Reverendo Padre Mestre Frei Thomé de Castello de Vide Religioso de Santo Antonio e tudo o mais que eu espero que me faça por minha alma, huma filha terna e carinhosa.

«Item instituo por minha universal herdeira a ditta minha filha Dona Eugenia Maria de Menezes de todos os meus bens havidos e por haver e de tudo quanto me poderá vir a pertencer por qualquer via que seja».

Acerca da concessão da graça foram ouvidos vários juriconsultos, o Procurador Geral da Corôa e o Conselheiro Manuel Duarte Leitão.

O Procurador Geral da Corôa depois de apresentar várias considerações de *bastante peso para dificultarem a graça*, como, por exemplo, a de que a revogação do Alvará de 2 de Junho de 1803 poderia parecer um acto menos zeloso do respeito e veneração com que devem ser olhados os Paços dos Reis, pensou, todavia, que existiam outras razões de justiça igualmente valiosas, que podiam inclinar o animo da Soberana a rehabilitar a memoria da Mãe da supplicante, reintegrando-a nos direitos da Familia de que fora degradada a fim de serem transmitidos á supplicante, quando competentemente legitimada por Mercê Regia, com os requisitos prescritos na lei, uma vez que a restituição não fosse plena, mas sómente limitada á parte puramente honorifica...

O parecer do Conselheiro Manuel Duarte Leitão foi muito mais liberal e simples:

Se o julgamento em forma de Alvará, disse êle, proferido contra uma pessoa legalmente inocente (porque inocente, segundo a Lei, é sempre aquele que é condenado sem ser ouvido, e sem formalidade alguma), deve ser anulado, não ha autoridade que possa fazer continuar os seus efeitos, nem no todo nem em parte, salvos os direitos já adquiridos por terceiros.

O Alvará, devia ser anulado por um decreto que não contivesse limitação alguma, que fosse concebido em termos genericos, e que dissesse, sómente, que a sua disposição teria os devidos efeitos se-

gundo as leis do Reino. O mais pertencia aos juizes; eles que decidissem quais eram esses efeitos.

Depois de ouvidos o Conselho de Estado, o Conselho de Ministros e as repartições fiscaes, foi pela Rainha D. Maria II assinado, em 8 de Setembro de 1849, um Decreto que revogou o Alvará de 2 de Junho de 1803 *para os efeitos que segundo as leis destes reinos fossem devidos*. Referendaram este Decreto o Conde de Tomar, Felix Pereira de Magalhães, Conde de Tojal (talvez irmão da suplicante), Antonio José de Avila, Visconde de Castelões e Adriano Mauricio Guilherme Ferreri (1).

O processo crime do Dr. João Francisco de Oliveira, que ao Sr. dr. Eduardo Burnay se afigurou dever existir no arquivo do Ministerio do Interior para documentar o requerimento de D. Eugenia Maria, não está reunido aos documentos que consultei nem nestes lhe é feita a mais leve referencia. E comprehende-se a razão deste silencio depois de se saber como os factos se passaram. O que se pretendia era perdoar ou rehabilitar a memoria de D. Eugenia José, e como esta tinha sido degradada pelo Alvará de 2 de Junho de 1803, só este diploma foi apreciado e estudado para a concessão da graça. Demais, como todos estavam de accordo e se tratava de um acto muito simpático e justo, nada mais era preciso do que reunirem-se duas ou tres razões banais para fundamentarem oficialmente a resolução da Soberana.

Aos factos passados ligou-se tão pouca importancia que só á ultima hora, na altura de o assunto ir para o Conselho de Estado, é que alguém, certamente o Ministro do Reino, ordenou numa nota a lápis, hoje quasi desvanecida, com a designação de *urgente*, a algum subordinado, que procurasse o decreto que perdoára o Dr. João Francisco de Oliveira, *pai de madame Smith*, e um outro decreto que dizia respeito ao perdão feito a um outro médico. O informador respondeu que este ultimo decreto não existia e que com respeito ao Dr. Oliveira só apparecia o Decreto de 6 de Novembro de 1821, que lhe concedera a comenda de Cristo, pelo qual supunha que elle tinha sido *tácimente* rehabilitado! Nem sequer appareceu, então, o

(1) Por ser muito conhecido não publico o Decreto. Vem no «Diario do Governo» n.º 214 de 11 de Setembro de 1849, e no Arquivo Pitoresco — IV, 367.

O original está no maço de documentos do arquivo do Ministerio do Interior.

Decreto de 15 de Abril de 1820, que perdoou *expressamente* ao Dr. Oliveira.

Pois bastava o argumento de ter sido perdoado o raptor para que a raptada o fosse também!

*Arthur Lamas.*

O interessante retrato do Dr. João Francisco de Oliveira, que juntei a este trabalho, foi reproduzido de uma litografia, feita em 1822, que me foi oferecida pelo meu muito prestavel amigo Henrique de Campos Ferreira Lima.

A zincografia da casa de onde foi raptada D. Eugenia José de Menezes, foi tirada de um desenho á pena executado pelo novo e esperançoso artista, o Sr. Santos, da Rua de S. Bento.

O desenho foi copiado de uma fotografia executada pelo Sr. Nunes da Rua da Junqueira.

No *Diario de Noticias*, de 22 de Julho de 1922, veio a seguinte noticia :

«D. João da Camara. Na sua sessão de ontem, a Camara Municipal de Lisboa resolveu dar o nome de Praça de D. João da Camara ao largo de Camões».

*A. L.*

## DOIS DOCUMENTOS HISTORICOS

---

# O FORAL E O PELOURINHO

DA EXTINTA

## VILA DE FRECHAS

---

Oito quilómetros ao sul de Mirandela, e à beira do Tua, está situada a pequena aldeia de Frechas, de aspeto avêlhado e triste como a grande maioria das aldeias trasmontanas.

Já existia antes dos meados do século XIII, pois na inquirição feita no julgado de Mirandela, a 22 de Novembro de 1258, sob o reinado de D. Afonso III, a testemunha Pelágio Martins declarou que ouvira dizer a Nuno Martins de Chacim que *vallis de Asinis, et Cadayos, (1) et Caravellas et frechas, que modo sunt de Nuno Martini, quod fuerunt Regalenge domini Regis*. Este Nuno Martins, que foi privado de elrei D. Denis e seu adiantado entre Douro e Minho e Beira, (2) era em 1275 meirinho mór de Portugal, como o diz uma carta de venda feita por um tabelião de Mirandela naquela data. (3)

Pelo casamento de D. Sancha Nunes, filha de D. Nuno, com

---

(1) Cedaínhos, freguesia do concelho de Mirandela.

(2) Na carta pela qual D. Afonso III fez doação, em 1278, da vila da Lourinhã a seu filho D. Afonso, figura entre os confirmantes *D. Nuno Martins, Aio de D. Denis, Tenente Bragança*. (Provas da Hist. Genealog., tomo I.)

(3) Dissertações cronolog. e crit., por *J. Pedro Ribeiro*, tomo I, pág. 291.

Lourenço Soares de Valadares, <sup>(1)</sup> passou para êste o senhorio de Frechas.

Nas inquirições de elrei D. Denis em 1290, uma verba respeitante a esta povoação diz: *Item a aldeya que chamam frechas que he de lourenço soares e de filhos de dom nuno.*

Lourenço Soares deu foral a esta aldeia, como consta do que tambem lhe deu D. Manuel em 1513; nêste último lê-se: *Acordamos, visto o foral da dita villa dado por lourenço soaires que as Rendas e direitos se devẽ na dita villa pagar e rrecadar na maneira seguinte: Por quãto os foros direitos e tributos deste lugar foram postos pollo dito lourenço soaires como em cousa sua propria que era de bẽes patrimoniaes...*

Uma filha de D. Pedro Fernandes de Ledra, <sup>(2)</sup> por nome D. Sancha Peres Bragança, foi casada com D. Ermigio Mendes, e dêste consórcio houveram um filho (D. Afonso Ermiges) e duas filhas (D. Urraca e D. Froilhe), todos falecidos sem descendência. D. Urraca, que foi monja no mosteiro de S. Tirso, fez doação à ordem do Hospital de todas as herdades que tinha *da parte de seu padre e de sa madre ã Montenegro, ã lampaces, en leedra, ã rryo Torto, ã bragança, ã carrazedo, en frechas, e ã seus termhos.* <sup>(3)</sup>

D. Froilhe, que fôra casada em Leão, tendo ficado riquíssima pela morte de seu filho único, recolheu-se ao mosteiro dos Templários, em Fonte Arcada, e doou-lhes, por testamento ali feito em Junho de 1239, todos os seus bens: *...et omnem meã hereditatẽ de Carazedo cum suo ecclesiario cū ripis* <sup>(4)</sup> *et cū sancta Maria de Eymares* <sup>(5)</sup> *et cū Avarẽta* <sup>(5)</sup> *et cū ffrechas. et quantũ habeo ã terra de bragãça*

<sup>(1)</sup> Do casamento de Lourenço Soares com D. Sancha nasceu Branca Lourenço, presumidamente a mesma a quem D. Denis doou, em 1301, a vila de Mirandela *por compra do seu corpo.* (Livro 2 de Além Douro, fls. 274 v.)

<sup>(2)</sup> Os distritos administrativos e militares em que o reino se achava dividido nos primeiros tempos da monarquia denominavam-se *terras*, e eram presididos por um chefe chamado *rico-homem* ou *tenens*. Ledra era um desses distritos, que abrangia quasi todo o actual concelho de Mirandela e parte do de Macedo.

<sup>(3)</sup> Nova Malta, por *Anast. de Figueiredo*, vol. I, pág. 325.

<sup>(4)</sup> O P.<sup>o</sup> Carvalho da Costa na *Corog. Portug.* menciona as povoações de Ribas e Aventura como pertencentes ao curato de S. Mamede de Argeriz, anexo da reitoria de S. Nicolau de Carrazedo

<sup>(5)</sup> Provavelmente *Santa Maria de Emeres.*

*et de mōte negro et de Leédra q̄ mihi aduenerunt ex parte matris mce cū omnibus suis terminis atque ecclesiarijs... (1)*

Os Bragançons, de quem era filho D. Fernando Peres de Ledra, eram grandes senhores em Trás os Montés, por isso não admira que seus descendentes ali possuíssem tantas terras.

Da freguesia de Frechas fez parte, longos tempos, Val da Sancha, pequena povoação constando actualmente de 258 habitantes pouco mais ou menos; bem póde ser que esta aldeia traga o seu nome de Sancha Nunes, segunda mulher de Lourenço Soares, filha, como dissemos, de Nuno Martins de Chacim.

Esta antiga anexa de Frechas passou, em tempo de D. Fernando, por doação régia, para o senhorio dos Sampaio, na pessoa de Vasco Pires de Sampaio; o respectivo documento diz: *...E outrossy lhe fazemos doaçam per a dita guisa da terra a que dizem Val da Sancha e quítella de lampaçes e de todollos outros bēes moues e de raiç que Joham nunez dagillar e pero nunez seu irmãoo ham em nossos regnos que eram de seu patrimonio... (2)*

De crêr é que êstes Nunes, que nas discórdias políticas do reinado de D. Fernando se tornaram partidários de Castela, fôssem directos descendentes de Nuno Martins de Chacim. Na chancelaria de D. Fernando, Liv. 3, fl. 56 v., encontra-se o documento seguinte, copiado tambem no Liv. 3 de Além Douro a fl. 187, que alguns dados mais fornece acêrca dêstes Nunes: — *...fazemos-lhe (a Vasco Pires de Sampaio) doaçom amtre uyuos e a todos seus herdeiros e socesores que depos el vieverem e lhe damos por juro derdade a nossa terra e julgado de chacim e outrosy lhe fazemos doaçom per a dita guisa da terra a que dizem Val de Sancha e quíteela de lampaces e de todollos outros bēes moues e rraiç que Joham Nunez daguillar e pero nunez seu Irmãoo ham em os nossos Regnos que eram de seu patrimonyo, a qual terra de chacim de nos tenha o dito Joham Nunez e outrossy a dita terra de Val de Sancha e quíteela de lampaces e outros bēes que eram do dito Joham nunez os quaaes bēes e terras do dito Joham nunez e pero nunez perderom e som nossos de de-reito, por que seendo elles nosos vasallos e auendo nos gerra com El Rey de Castella se foram pera o dito Rey de Castella e vieerom oos*

(1) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, gav. 7, maço 10, n.º 15.

(2) Chancel. de D. Fernando, Liv. 2, fls 98 v.

*nossos Regnos em companhia de nossos Imygãos e cateuarem e Roubarom e poserom fogo em os ditos nosos Regnos, das quaaes terras e bẽes suso ditas lhe fazemos doaçom como o dito he com todas suas entradas...*» Esta carta é datada de Santarem a 18 de Julho de 1383<sup>(1)</sup>.

Assim passou Val da Sancha, e mais tarde depois Frechas, a posse dos Sampaio, na qual se conservaram até à primeira metade do seculo XIX.

Quando no seculo XIII se constituiu o concelho de Mirandela, cujos limites pelo sul ainda abrangiam Vilas Boas, já Frechas, a oito quilómetros da séde do concelho, e portanto topograficamente encravada na área dêle, nos apparece administrada pela carta de fôro que lhe dera Lourenço Soares, e assim se conservou por tempo que não podemos precisar, passando mais tarde à categoria de concelho, cujos foros lhe manteve o foral de D. Manuel.

A sua autonomia municipal subsistiu até 1835, em que pela divisão administrativa dessa época foi extinto o antigo concelho de Frechas e incorporado no de Mirandela, de que ainda hoje faz parte. Da sua passada vida municipal restam ainda dois documentos históricos, um de pergaminho, o *foral dado por D. Manuel*, outro de granito, o *pelouinho*, talvez contemporâneo daquele.

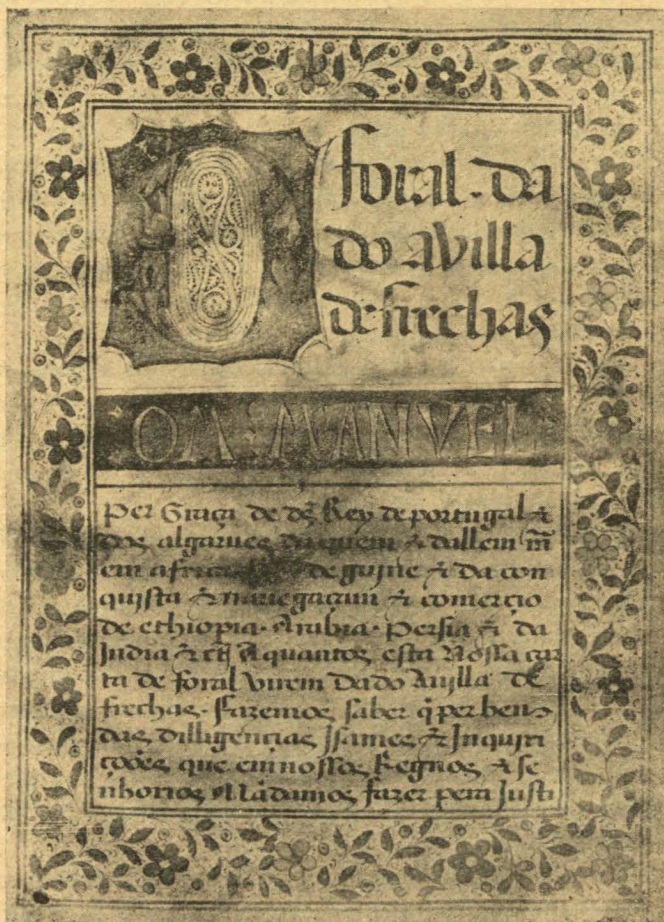
Duas palavras acerca de um e outro

O foral é um pequeno códice membranáceo, actualmente guardado no arquivo da câmara municipal de Mirandela, escrito em cinco folhas, e encadernado modernamente (em 1883), sem luxo, em carreira, devido ao zelo de um benemérito secretário da câmara, modêlo de ordem e de método, que se chamou João Baptista Casimiro. O rôsto dêste códice não tem, ao contrário do que é costume na maioria dos forais de D. Manuel, as armas do monarca; apenas uma tarja de flores encarnadas e azuis com folhagem verde circunda a página, ao cimo da qual, á parte esquerda, se desenha iluminada a inicial maiúscula da palavra *Dom*.

O texto começa com êste título, em caracteres alemães minusculos, vulgarmente denominados góticos: *foral dado avilla de frechas*; e a seguir em capitais romanas *Dom Manuel*; depois continúa como

(1) Em 7 de Maio de 1384 foram doados a Vasco Pires de Sampaio os direitos de Anciães, Vilarinho da Castanheira, Vila Flor, Moncorvo, Mós e Vilas Boas. (Chancel. de D. João I, Liv. 1, fls. 10).

se vê na gravura n.º 1. Os títulos dos capítulos são : *Forno, Moëdas, Coutada de frechas, penna darma, Dizima das Sentenças, Gaado do vêto, Terço de Igreja, Tabaliaães, Como nã tẽ portagẽ, Penna do*



1 — FORAL DADO POR D. MANUEL I À EXTINTA VILA DE FRECHAS

*foral. E termina : Dada em anossamuy Nobre e sempre leal çidade de lixboa x dias de março de quinhêtos e treze. (1) E eu fernam de*

(1) No *Portugal Antigo e Moderno*, Pinho Leal, ao falar de Frechas, diz que 1). Manuel lhe dera foral, mas que o escritor se esquecerera de o datar ; ora isto é

*pina o fiz escrepver e comçertey e vay escripto em quatro folhas e mea. El Rey. Registado no tombo. fernã de pyna.*

No verso de uma folha em branco, a seguir à ultima do foral, acha-se a seguinte verba, em parte ilegível, escrita em letra do seculo XVI: *Recebi o Chanceler deste forall mil e quinhentos rr.<sup>s</sup> que fiz... ..e mill rr.<sup>s</sup> dó careto e mandado e conhecimẽto que delle deu a.<sup>o</sup> lopez juiç que..... trintã e quatro rr.<sup>s</sup> — Chancerell.* E na folha imediata, em frente à verba acabada de transcrever, lê-se tambem o seguinte: *Aos xbj dias amdados do mes de novembro de mil e quinhentos e vinte e hum aqui a casa do comcelho deste julgado de frechas foi entregue este forall a.<sup>o</sup> lopes juiç per João do Reguo. (1)*

Imediatamente a esta verba começaram a ser lançados os *vistos* das correições desde o ano de 1691, os quais abrangem e enchem literalmente outras duas folhas que se seguem.

Este foral, o único que dos extintos concelhos encorporados no de Mirandela recolhera ao arquivo municipal desta vila, andou desde 1908 ausente dali, até que em 1916, por intervenção do signatário dêste artigo, recolheu de novo, bem como o foral de Mirandela, ao lugar donde jamais devera ter saído.

O outro documento é, como dissemos, o pelourinho. Num pequeno largo da extinta vila de Frechas, quasi em frente de um edificio que noutros tempos fôra a *Casa do Concelho*, como se diz no foral, e hoje é propriedade particular, ergue-se o velho pelourinho, símbolo da passada autonomia municipal. Este respeitavel documento histórico, cujo granito tem afrontado o curso de alguns séculos, consta de uma coluna em fuste, oitavada, assente sôbre uma base oitavada tambem, com várias molduras e guarneçada de oito botões. Quatro das faces do fuste são ornadas igualmente de botões e florões, como se vê na gravura n.<sup>o</sup> 2.

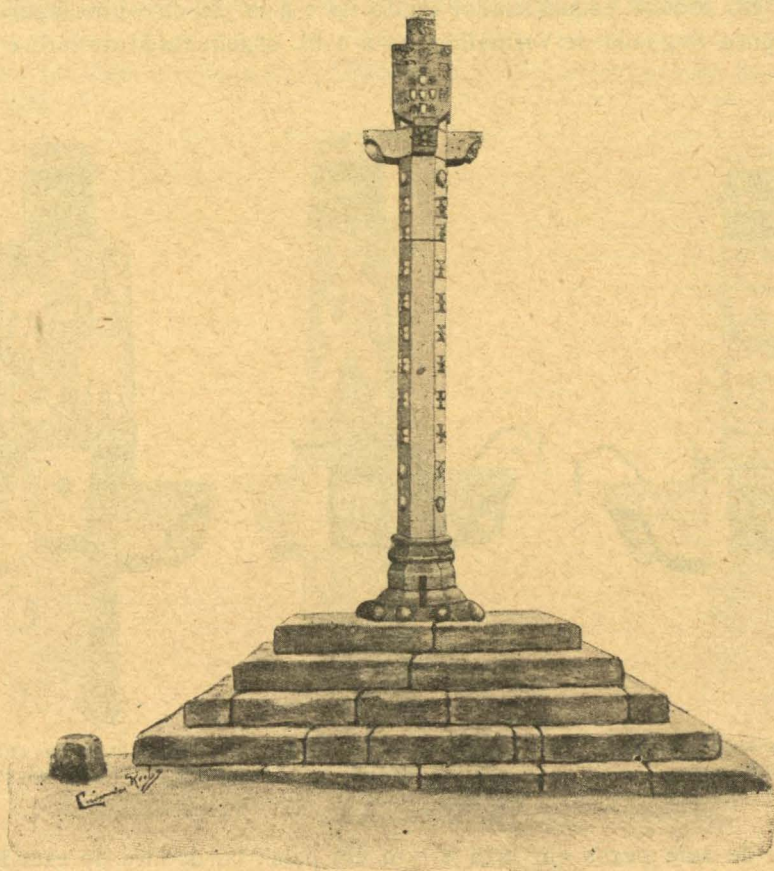
O fuste é encimado por uma espécie de capitel tambem oitavado, do qual ressaltam quatro mísulas correspondentes às quatro faces lisas do fuste. As mísulas das faces norte e sul teem cada uma na

---

verdade quanto ao extrato exarado no *Livro de forais novos de Tras os Montes* (fls. 19) existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo; o original que pertenceu à extinta vila de Frechas é porém datado, como se vê do texto acima.

(1) Desta verba parece depreender-se que o foral só foi entregue à Câmara de Frechas oito anos depois da data, isto é, em 16 de Nov. de 1521.

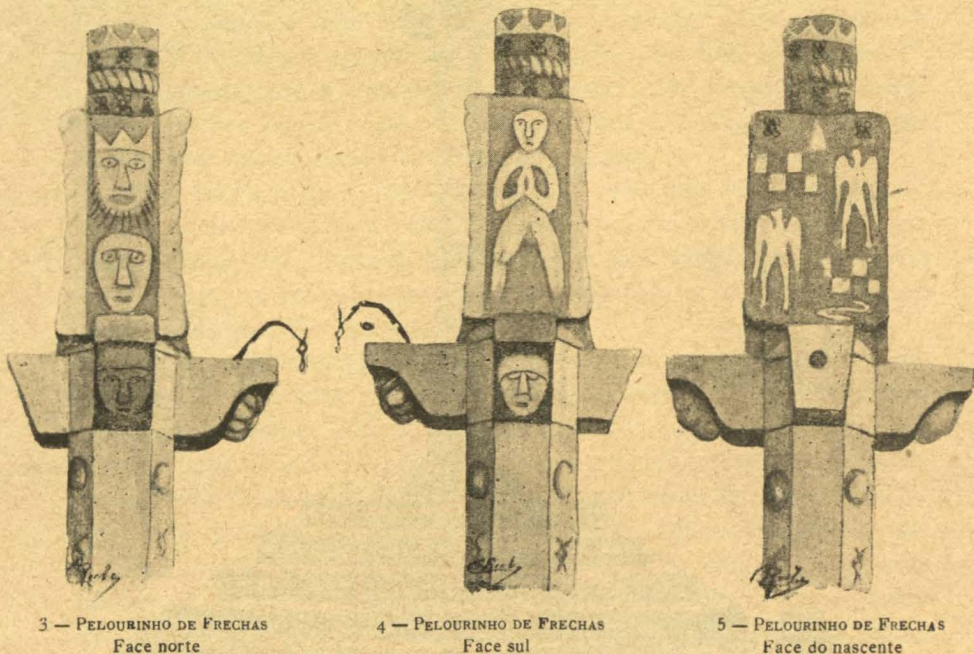
frente uma cara; a do poente tem um florão; e a do nascente é truncada obliquamente, apresentando um furo para destino ignorado. Da parte superior da misula que olha ao poente, sai uma haste de ferro, recurvada, com uma argola pendente.



2 — PELOURIHNO DE FRECHAS VISTO DO POENTE

Sôbre o capitel assenta uma peça prismática, oitavada na parte inferior, e apresentando superiormente quatro faces todas ornamentadas: na face norte vêem se duas caras, sendo a superior ornada de barbas e corôa ou diadema (gravura n.º 3); a face voltada ao sul ostenta uma figura humana, de pé, com as mãos unidas em atitude

de súplica (gravura n.º 4); a face poente tem o escudo das armas nacionais, sem corôa, vendo-se as quinas orladas de cinco castelos apenas, e no escudo vários florões em disposição simétrica; a face nascente apresenta um outro escudo com as armas dos Sampaio, outrora senhores de Frechas (gravura n.º 5). As armas desta família são em escudo esquartelado, tendo no I e IV de oiro uma águia de púrpura linguada de vermelho; no II e III, enxequetado de oiro e ne-



gro, de sete peças em faixa e oito em pala; bordadura do escudo a vermelho carregado de oito SS de prata. Timbre, a águia do escudo com um S de prata no peito. No pelourinho, porém, está alterada a disposição dos quartéis, vendo-se o enxaquetado no I e IV, e a águia nos contrários; dos SS da bordadura apenas aparece um.

E' rematado o pelourinho por um cilindro ornamentado com quatro faixas emolduradas e com diversos motivos ornamentais, parecendo querer representar uma corôa ou diadema.

A base da coluna assenta sobre cinco degraus de projecção quadrangular.

O estilo geral do monumento é o da renascença manuelina, mostrando-se todo o seu lavor bastante grosseiro. Este vetusto padrão, apesar do abandono em que jaz, está belamente conservado, o que faz honra à velha povoação de Frechas, e poderá afrontar altivo a vida de muitas gerações, se alguns «civilizados» não o demolirem, como sucedeu ao antigo, e também manuelino, pelourinho de Mirandela. (1)

Lisboa, 1921.

*E. Sales*

---

(1) A' obsequiosidade do meu ex.<sup>mo</sup> amigo Sr. Simão Marques Pinheiro devo o ter podido ilustrar estas linhas com a representação gráfica do pelourinho de Frechas; aqui lhe deixo o testemunho do meu reconhecimento para êle e para o prestimoso desenhista ex.<sup>mo</sup> sr. Casimiro Rocha.

# A POLÍTICA DOS MONUMENTOS

PARTE DA MEMORIA LIDA NA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEOLOGOS PORTUGUESES,  
EM SESSÃO DE 30 DE JUNHO DE 1921, PELO SOCIO LUIS CHAVES

---

## CLASSIFICAÇÃO DOS MONUMENTOS

A primeira coisa a assentar na politica dos monumentos é a classificação d'elles.

Ter em mira classificar como monumento nacional o que é bello, não basta. Mesmo essa noção era fallivel, quando applicada principalmente a uma obra de arte, em que a relatividade fosse affastada e longinqua. Tem de se ligar ao criterio da classificação o conceito da relatividade historica.

Quanto signifique para a nação uma prova da sua existencia por padrões, que a balisem na sua historia, na sua indole, e quanto lhe indique a ancestralidade geradora do que, por facilidade de nomenclatura, se chama a raça portugúesa, deve de ser considerado *monumento nacional*, pois á nação respeita.

O trabalho inicial não pode ser outro senão enunciar a lista ou serie geral dos monumentos a classificar sob este aspecto, de forma que nos varios e successivos capitulos do cadastro sejam incluidos todos que da respectiva rubrica se conheçam, e de futuro se acrescentem quantos vão posteriormente apparecendo.

Não podem ficar de fóra da resenha do inventario as *cavernas* e *grutas* estudadas e reconhecidas, as *antas*, *sepulturas* e *signaes* em rochas, os *castros*, todos os restos romanos de *villas*, *thermas*, *templos*, *pontes* e *estradas*, os restos *barbaricos*, e *arabicos*, até á época portugúesa.

Nesta *secção anteportugúesa* hão de figurar todas as civilizações, que passaram no solo portugúes e contribuíram anthropologica e psychologicamente para a capacidade da raça.

Na secção propriamente e já *portuguêsa*, entrará o que indique na sociedade portugueza a acção do tempo, da gente, do meio, e documento, na successão dos seculos, os factos historicos de ordem geral e a contribuição particular para a obra do todo. Sejam monumentos de arte militar: em *castellos, torres, torreões, muralhas* com seus cubellos e portas militares; de ordem politica: como *pelourinhos municipaes, cruzeiros parochiaes*; de character religioso: em *templos* de toda a architectura suggestiva e characteristic, desde as rudes capellinhas ás cathedraes; de ordem civil: como os *edificios* antigos, que revelem o estylo velho em *palacios, portaes, janellas historiadas*.

Não se podem esquecer os simples edificios, embora sem arte alguma, que mereçam conservação por memoria de algum facto historico ou de alguma personagem illustre da nossa historia, a quem a nação muito deva ou a que esteja ligada alguma lenda characteristic e regional, — como seria para o primeiro caso, se outro valor não tivesse, a demolida *Camara Municipal de Evora*, de cuja varanda foi proclamada a nossa separação de Castella, e o *pavilhão* do parque do palacio ducal de Villa Viçosa, de onde sahiu o primeiro grito, que acclamou D. João IV; para o segundo, a casa de *Frei Gonçalo Velho* em Vianna do Castello; para o terceiro, por exemplo, a lendaria *Torre de D. Chama*, etc.

O monumento submettido á classificação nem sempre obedece ás regras da esthetica ou se impõe á admiração pelos seus labores e pela sua traça. Não o podemos classificar exclusivamente por esse conceito de arte. Muitas vezes, o monumento nacional não é monumento artistico; mesmo restrictas vezes o será, se a classificação se fizer como venho expondo.

Outros monumentos tem apenas um character historico, mais ou menos limitado a determinados factos de importancia local ou mais pessoal. Nem todos serão obras de arte, e só certamente o serão os que como taes forem tambem classificados.

Emfim, ninguem classificará de artisticos os monumentos prè-historicos, proto-historicos ou mesmo as obras dos Barbaros, que nos restam, nem até os vestigios da engenharia romana de pontes e calçadas, os proprios edificios em ruina, embora tivessem sido magnificentes obras de arte; nem tampouco a arte militar das muralhas e defesas de todo o tempo, só artisticas na arte da construcção em algum

pormenor decorativo. Estes são propriamente os monumentos archeologicos.

Monumento archeologico é propriamente todo que representa o passado, isto é, civilização passada. Todos os monumentos são archeologicos. O monumento historico é em verdade todo o monumento do periodo historico, em opposição ao archeologico que, restrictamente, será o anterior a esse periodo; no sentido restricto desta classificação, será monumento historico todo aquelle que, com valor artistico ou sem elle, mas especialmente neste caso, tenha valor na memoria do facto e exija por isso conservação.

De forma que, sendo todos estes considerados *monumentos nacionaes*, todos elles são archeologicos; e parte destes são historicos, e, nem todos sendo artisticos, ha archeologicos que são artisticos e que o não são; tem character historico ligado a cunho artistico ou não. A classificação geral mais larga é pois a de *monumentos nacionaes*, visto que a de *monumentos archeologicos*, embora abranja os historicos, os anteriores e os artisticos, tem tambem a restricção de designar os antecedentes ao periodo historico, convindo além disso a segunda designação para estes, na serie de capitulos do inventario.

A expressão «nacional» é a que convém para o rótulo do monumento, pois este constitue o thesouro da nação.

Assim classifieam-se os *monumentos nacionaes* em:

«Monumentos nacionaes»	{	a) —	<i>monumentos archeologicos</i>
		b) —	» <i>historicos</i>
		c) —	» <i>artisticos</i>

#### INVENTARIAÇÃO

Marcado o plano de classificação dos monumentos, é necessario formar o catalogo, cadastro ou inventario, onde elles se registem.

Este inventario não deve de se reduzir á designação, local, epoca e estylo. A resenha tem de ser completa, como na noticia bibliographica de uma bibliotheca e na descripção de cada especie num museu.

Compulsado o inventario, elle indicar-nos-ha todos os elementos de caracterização, num eschema de synthese perfeita.

A lista dos monumentos nacionaes está irregular e incompleta. A classificação é que ha de marcar a ordem do inventario. Quanto aos

que estão inscriptos, ha que integrá-los immediatamente nesse inventario. Os que não o estão, só o podem ser por uma campanha de archeologia e arte, que percorra, em conjuncto ou por partidas provinciaes, districtaes, como se estabeleça, todo o país.

O inventario, a preceito, incluirá para cada edificio monumental as obras de arte, que lhe pertençam, por nelle ou para elle terem sido feitas, e que nelle devam de se considerar incorporadas. Os quadros de um templo, os azulejos de um palacio ou simples casa, são para a inventariação parte integrante do monumento. Onde quer que uma obra de arte decorativa, — como por exemplo os azulejos um portal perdido, uma janella geminada, — appareça, merece o mesmo tratamento e inventariação.

De partida, o inventario terá, pois, duas partes :

- 1) — monumentos já conhecidos e declarados nacionaes ;
- 2) — monumentos ainda não classificados.

A primeira ingressará immediatamente no inventario e nas suas rubricas preestabelecidas. A segunda será assumpto e trabalho de investigações posteriores.

#### PROTECÇÃO

Classificar os monumentos e inventarial-os não basta para os preservar dos attentados do homem e dos estragos do tempo. Continuariam expostos aos mesmos vandalismos. E' necessario conserval-os no lemma de Constantino nas suas moedas — *CONSERVATOR URBIS SVAE*.

Sem a devida protecção, verenos repetirem-se os casos dos arcos de Santo André, em Lisboa, e Almedina, em Coimbra, da igreja de S. João de Beja, do abandono da gloriosa reliquia dos cavalleiros da navegação e da conquista, que é o Convento de Christo em Tomar, e do curioso exemplar setecentista do Palacio de Queluz. E um outro espirito de Herculano repetiria para casos eguaes aquella diatribe das *Lendas e Narrativas*, no «Parocho da Aldeia» :

«Uma irmandade, ou não sei quem, que entendia na «fabrica (dizia elle a pag. 117 do II volume da 6.<sup>a</sup> edição «das *Lendas e Narrativas*) havia pintado de ochre tudo o

«que era pedra, de vermelhão tudo o que era azulejo. As  
 «camaras municipaes das grandes cidades, os conegos das  
 «collegiadas e sés ainda não passaram do ochre, e uma  
 «pobre irmandade da aldeia já tinha, ha vinte annos, vencido  
 «a meta a que apenas hoje chegam o municipio e a cathedral.  
 ... «Na febre a narella, que grassa tão furiosa pelo senso  
 «esthetico dos nossos magistrados populares e das nossas  
 «dignidades ecclesiasticas, admira que tenha esquecido  
 «estender o beneficio da caiadura gemada aos troncos rugo-  
 «sos e carrancudos das velhas arvores que rodeiam os  
 «edificios ou as praças».

A protecção a conceder aos monumentos faz-se por dois modos diferentes: — pela competente legislação, — e pela conservação dos monumentos classificados e inventariados.

#### LEGISLAÇÃO

Por varias vezes se tem feito a tentativa de legislar para a protecção dos monumentos, e um projecto de lei houve já, que se orientou pormenorizadamente na lei francêsa, onde ha principios para nós violentos e se exige uma competencia de juizos, que as nossas autoridades estão longe de ter.

A lei a fazer deve de se adaptar á maneira de ser da nossa gente. A difficuldade não está em fazer leis. Dfficil é orientar as necessidades juridicas no espirito do tempo e do meio, respeitando susceptibilidades justas e attendendo aos factores creados, como variantes de uma função mathematica a estudar.

Os monumentos de arte são bens da collectividade nacional. E' justo, é mesmo necessario que o Estado os proteja em nome da nação, que juridicamente representa. Para isso, ha normas a assentar em que se defendam e garantam os direitos moraes da gente portugêsa, sem offender quanto de justo haja no direito de propriedade, mas garantindo todavia o direito espiritual e juridico da nação.

O ideal seria que o Estado adquirisse para propriedade nacional quanto fosse classificado de monumento. Mas isso, logo ao primeiro exame, se vê irrealizavel. Ha o justo receio dos exageros do Estado politico. Ha o agravamento das finanças pelas despêsas de aquisição

e de conservação; as primeiras eram justas, não se exigindo em nome da collectividade a expropriação violenta; justas eram as segundas, pois não se comprehendia que o Estado adquirisse os monumentos, afim de os preservar de todo o damno, e os fosse deixar damnificar, depois de estarem em seu poder.

Não quero dizer que se adiem ou subalternizem os interesses nacionaes, perante a resistencia e má vontade dos possuidores de monumentos classificados.

Ha que harmonizar os direitos do Estado e os dos particulares, quer estes sejam entidades pessoaes ou collectivas, como irmandades, confrarias, collegiadas, etc.

Sem que o Estado abdique e sem offensa dos direitos de propriedade, tudo é conciliavel, desde que se faça com lhanêsa e habilitade, garantindo o Estado a posse e garantindo o possuidor a conservação e guarda, levando aquelle a sua acção até o ponto de favorecer as obras necessarias, mesmo ajudá-las e participar nellas, mas fatalmente ha de no entanto fiscaliza-las com rigor.

#### CONSERVAÇÃO

A conservação comprehende a guarda, concerto e restauro dos monumentos.

Ha-os em ruinas, e estão-no em maioria dos casos. Guardá-los em ruina ou bom estado, é a primeira medida a adoptar, evitando que continuem a desfazer-se, ou se damnifiquem os que ainda estão em relativo bom estado. Sabe-se que a maior parte das sevícias, de que soffrem os monumentos, foi devida ao desprêso em que estiveram, o qual animou toda a gente a fazer delles logradouro commum. Quando se tomar este assumpto a serio, as autoridades do Estado haverão de os guardar como reliquias preciosas e nacionaes, que são.

Quanto ao concerto a orientação é mais melindrosa.

Muita gente pensa que o monumento arruinado se deve restaurar e renovar. A verdade é que na quasi totalidade das ruinas se ignora se não em todas, como era em toda a estructura e pormenor o edificio ou, em geral, o monumento. O resultado da restauração, que pode ser grandiosa, é uma phantasia, e o monumento será pseudo nacional, nada tendo de primitivo senão o que fique das ruinas. Temos um exemplo curioso na restauração do Castello de Leiria,

com projecto de Korodi; ficaria uma obra de arte, mas não era o Castello de Leiria, que hoje nos enche de poesia e de verdade comovente nas suas ruinas minadas pelas silvas. Será no mesmo caso a restauração, reconstrução ou renovação, como queiram, do Paço dos Condes-Duques de Barcellos, nesta villa, com plano do mesmo habil architecto, Korodi. E' o mesmo caso dos planos da reconstituição do Parthenon em Athenas, do Capitolio de Roma.

Que despesas loucas se não iam fazer com esse luxo inutil das reconstrucções! E que inutilidades nesses castellos restaurados, tantos são! Nesses alcaceres, fóra do conforto e necessidades modernas!

Necessario é acudir aos monumentos. Evite-se que as ruinas continuem. Quanto esteja informe, conserve-se com o respeito de um cemiterio. O que pode salvar-se, salve-se. Obra pratica e immediata é essa. Façam-se todos os trabalhos, para que, nos monumentos em derrocada, ella se evite, conservando e estabilizando o que está de pé, mais ou menos mal ferido. Aos monumentos que estão integros, mas necessitem de reparações, acuda-se já, adeantado-se o homem ás ameaças do tempo, como se vae fazendo no Convento de Christo em Tomar, ou no modesto Palacio de D. Denis, em Odivellas.

Conservar o que está e como está, — é o problema.

Restaurações comprehendem-se as de pormenor ou de monumentos menores, como pelourinhos, cruzeiros, porticos isolados, etc. A historia das restaurações é pavorosa, desde o incrustante de estylos divergentes, como no tempo do «manuelino» e no seculo XVIII das magnificencias, até os remendos sem estylo algum, e as caiaduras e pinturas dos nossos tempos, que só nisso marcam periodo e estylo.

Viollet-Le-Duc fez do Castello de Pierrefonds o typo classico da restauração romantica por excellencia, que é uma bellissima falsificação, enganadora para tanto espirito.

#### CONCLUSÃO

E' isto quanto precisamos para defender, como nos cumpre e os espiritos protectores desta casa nos impõem, os monumentos nationaes, para que a defesa seja salutar.

Tendo-se feito sempre um trabalho de oportunidade, sem methodo nem cohesão, urge que estudemos o problema desde principio. Primeiro: o plano de classificação dos monumentos; depois a inven-

tariação, entrando com os já classificados e estudando todo o país, á procura dos muitos, que não o estão, e merecem estar incluídos no catalogo geral; a seguir: resenhar todos esses monumentos inventariados, legislar em sua defesa, guarda los, preservando-os de mais danos, e conserva-los no estado, em que estão hoje.

E, feito isto, poderemos descansar que serão defendidos na sua valorização espiritual de bens do patrimonio da Nação, tendo nós cumprido o nosso dever, para que os outros, que vierem depois de nós, o continuem como dever de familia, a familia nacional, que nos une, quer precisêmos quer não, e está acima de nós.

---

## A SIGLA DE LOURENÇO AFONSO

---

E' evidente que estes simples apontamentos, reunidos sem a intenção de virem a publico, não têm a menor pretensão de formar um estudo, ainda que superficial, sobre um assunto para que me falta em absoluto a competencia e ainda para ser publicado no Boletim da Associação dos Arqueólogos Portugueses, facto que por si representa uma grave responsabilidade.

A ideia de que não serão absolutamente inuteis, como contribuição para futuros trabalhos e o amavel incitamento dalguns dos nossos consócios, levaram-me a fazê-los abandonar a obscuridade a que os destinára.

\*

Em 1868 publicou o sr. Joaquim Possidonio Narciso da Silva, um trabalho, que intitulou *Memoire de l'Archeologie sur la veritable signification des signes qu'on voit gravés sur les anciens monuments du Portugal, appartenant a l'Architecture du Moyen Age*, em que, seguindo Viollet-le-Duc, (1) pretendia demonstrar não terem as siglas, que se encontram profusamente esculpidas nas pedras dos diversos monumentos da meia idade, outra significação que a de simples sinais marcando o trabalho que devia ser pago a cada canteiro. Isto contra a opinião, até aí geralmente seguida, que lhes attribuia uma significação bem diversa, indo até procurar-lhes a origem na instituição das sociedades maçónicas no norte da Europa. Sociedades maçónicas — Bauhütten — quando, é claro, ainda muito distante o seculo XVIII, a maçonaria era apenas uma associação de corporações com origem e tendencias puramente artisticas.

---

(1) Dictionaire d'Architecture.

A leitura desse trabalho suggeriu-me a ideia de procurar nas pedras destas venerandas ruínas, algumas que pudessem corresponder aos nomes dos raros canteiros que se sabe terem aqui trabalhado no XIV seculo, verificando assim, até certo ponto, a exactidão das investigações daquêlê distinto arqueólogo.

Com este fim tentei colijir o maior numero desses ainda um tanto misteriosos sinais, no que resta das paredes primitivas do interior desta Igreja de Santa Maria do Carmo. O estado verdadeiramente lastimoso em que o incendio, que se seguiu ao terramoto grande, deixou a maior parte das pedras, apenas consentiu que recolhesse algumas siglas da porta principal, das colunas que a ladeiam e outrora sustentavam os dois primeiros arcos, um pequeno numero das paredes do cruzeiro e algumas da antiga capela de Nossa Senhora da Bôa Morte.

No entanto, é esta ultima parte, por ventura, a mais interessante.

As obras da edificação da Igreja começaram justamente pela construção das capelas e do cruzeiro, que em 1397 estavam de pé (1).

Devem portanto sêr as siglas que colhi, dos canteiros que primeiro trabalharam na edificação do monumento.

Na chronica dos Carmelitas, de fr. Joseph Pereira de Sant'Ana, mencionam-se os nomes de quatro desses operarios, *os melhores que se acharão em Lisboa* :

Lourenço Gonçalves  
 Estevam Vasques  
 Lourenço Afonso  
 João Lourenço

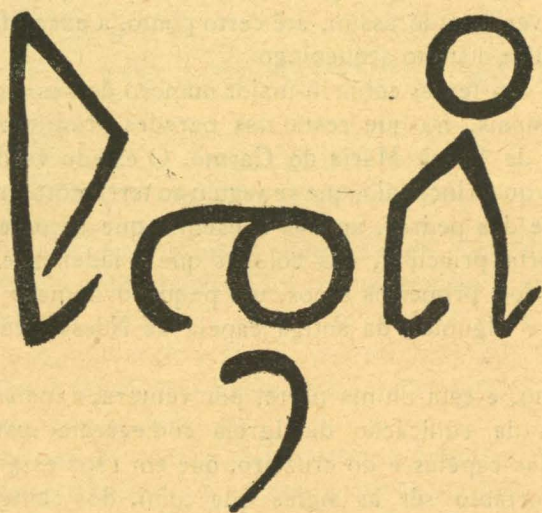
Como seria curioso encontrarmos hoje, passados mais de quinhentos ânos, nestas pedras denegridas pelo fogo e muitas delas aferroadas depois pela inconsciencia ou pela estupidez dos restauradores, as siglas desses obscuros auxiliares do Santo Fundador da Casa.

Na pequena porta ogival que, da Capela de Nossa Senhora da Bôa Morte, dava passagem para o interior do mosteiro, encontra-se

---

(1) Brandão, As ruínas do Carmo.

mais de uma vez gravada uma abreviatura que bem pode ser a de um desses artistas.



Que é de um Lourenço Afonso, não me resta duvida.

O ser esta parte do edificio a que primeiro foi começada, o existir a rubrica numa porta, que decerto é trabalho de maior importancia do que as simples pedras duma parede lisa, o estar ali a pár da de um *Gomes*, que evidentemente era operario de certa categoria, como o atesta o ter sido encarregado da construção de quasi toda a porta lateral da Igreja, trabalho esse que *assinou*, são, a meu vêr, razões que, justificando o apreço em que era tido Lourenço Afonso, levam a crer que não andarà muito longe da verdade quem suposér aquella rubrica aberta pela sua mão.

O facto de gravar nas pedras a sua sigla, o seu nome, quando na referida Chronica claramente se diz que *com todos se ajustou que trabalhariam de jornal*, pôde ter justificação. E' possivel que ao principio recebessem os canteiros diariamente o seu salário, mas como o trabalho fosse vagaroso, comessem a pagar-lhes por pequenas empreitadas. Isto, mesmo supondo que, em certos casos, a sigla não servia já para firmar trabalhos de maior valia, como parece succeder com êsse *Gomes* a que ha pouco me referi e que autenticou com o seu nome todo o trabalho de escultura da porta lateral da Igreja.

Dos outros tres mencionados officiais, só por uma atenta comparação das diversas siglas dêste com as doutros monumentos da mesma época, seria, talvez, possível chegar a qualquer conclusão, se bem que nas estampas, que acompanham o referido estudo do sr. Possidónio da Silva, se vejam sinais perfeitamente identicos, colhidos em monumentos de épocas distantes, o que aliás é justificavel, pois sendo na sua quasi totalidade formados por desenhos pouco complicados, como triangulos, estrêlas, cruzeiros de formas variadas, ou simples letras, ainda que com frequencia indicando abreviaturas, ou até, algumas vezes, o desenho, em geral imperfeito, das proprias ferramentas, comprehende-se que possamos encontrar o mesmo sinal repetido em varias construções sem que no entanto tenha sido gravado pelo mesmo homem. E, quem sabe até se no mesmo edificio isso succede, a não ser que o canteiro mudasse de marca sempre que na mesma obra trabalhasse outro que já tivesse adotado sinal semelhante.

Diversas outras suposições me suggeriu o exame destas parêdes. Entre ellas algumas ha que me parece não virem aqui muito fóra de proposito.

Dois grupos de operarios devem ter trabalhado separadamente, um de cada lado da Igreja, pois as siglas que vemos no Cruzeiro do lado do Evangelho e se encontram tambem na já mencionada capela de Nossa Senhora da Bôa Morte, a ultima dêsse lado, não se repetem, ou muito exceccionalmente se repetem do lado da Epistola.

Ha porém a de um *Gonçalo*, que de diversas dimensões, mas sempre de forma semelhante, aparece por toda a parte, mesmo no exterior. Devia ter trabalhado como um moiro esse *Gonçalo*!

E' curioso tambem que as pedras sigladas vão rareando para a parte superior das paredes. Teriam em certa altura terminado as empreitadas?

Tambem o encontrarmos indistintamente numa parede pedras com e sem marca, supponho que não será por ali terem trabalhado juntos canteiros a quem se pagasse por empreitada e por jornal (1). Julgo mais razoavel que o canteiro-empreiteiro, conforme fosse tallhando as pedras, as collocasse em pequenas pilhas, marcando só as necessarias para não haver confusão com as dos que lhe estavam

---

(1) Brutails. L'Archeologie du Mayon Age et des methodes.

proximos, até que o encarregado da obra, verificado o trabalho, lhes dêsse o devido destino.

Que a sigla era feita antes da pedra colocada na parede é evidente e assim se explica o vêr-se depois com frequencia em posições várias.

\*

Ao pôr um pouco em ordem estes ligeirissimos apontamentos, agrupei um não pequeno numero de siglas que colhêra em :

- simples sinais ou marcas ;
- desenhos representando objetos ;
- letras ;
- abreviaturas ;
- nomes.

Dificuldades que não foi possivel resolver, impediram que aqui as reproduzisse. Eram a parte que poderia ter algum interesse. No entanto aqui deixo a que supponho ser a desse Lourenço Afonso, de quem não alcancei outra noticia.

Associação dos Arqueólogos Portugêses, Setembro de 1922.

J.-M. CORDEIRO DE SOUSA.

# DISCURSO

PRONUNCIADO PELO SOCIO GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

NA

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

POR OCASIÃO DA SESSÃO INAUGURAL DO MUSEU DA CIDADE

Tendo-se realizado, em 10 de Junho do anno corrente, sob a presidencia do Chefe do Estado e com a assistencia da Camara Municipal de Lisboa e de varios representantes dos municipios da provincia, então na capital para assistirem ao Congresso Municipalista, uma sessão solemne para inauguração do Museu da Cidade, que provisoriamente ficou instalado no Edificio Historico do Carmo, o Sr. Gustavo de Mattos Sequeira, pedindo a palavra, pronunciou o seguinte discurso :

SR. PRESIDENTE, MINHAS SENHORAS, MEUS SENHORES :

A Associação dos Arqueólogos Portugueses, que ha mais de 50 anos — instalada nestas veneraveis ruinas da fundação do grande Condestavel — trabalha devotadamente em prol da defeza do nosso património artistico e arqueológico, sem outro interesse que não seja o da satisfação moral que de uma ou outra conquista lhe advem, honra-se e envaidece-se hoje de receber na sua séde os ilustres representantes dos municípios de todo o país, e sente — colectivamente — que é esta uma das suas conquistas de maior alcance, uma das suas empresas mais praticamente coroadas de êxito, um dos seus trabalhos mais proficuos.

Quis o acaso que fosse eu — antigo associado, mas de todos o mais humilde — quem, como representante do Museu do Carmo junto da Camara Municipal de Lisboa, viésse aqui dar as boas vindas a V. Ex.<sup>as</sup>, fazendo votos pelos prósperos resultados deste Congresso, significar-lhes o intenso prazer que esta cerimonia nos traz, e pronunciar estas desluzidas palavras que vão preceder a inauguração do Museu da Cidade.

Tenho a impressão de que falando perante V. Ex.<sup>as</sup> — delegados legítimos do braço popular, representantes directos da vontade do povo, como os antigos procuradores dos concelhos, como os antigos «homens boos» — o faço, propriamente, perante essa *formidável alma popular* de que falava o poeta, e que consubstancia na sua força magnífica (tanta vez desconhecida), nos seus ímpetos generosos de liberdade, na sua inata consciencia justiceira e simples, na sua tendencia para o maravilhoso e para o ignorado (que é o espirito de aventura), no seu fatalismo resignado, na sua confiança inabalavel no proprio destino, este esplêndido país de energias ressuscitadas, esta ditosa patria que, ainda neste momento, reatando tradições e mostrando que não é apenas um organismo que se alimenta do passado na contemplação dos seus nervos petrificados, impõe ao mundo inteiro o seu nome e a sua razão indestrutivel de existir.

Tenho por isso a certeza de que V. Ex.<sup>as</sup> me saberão ouvir, e cabe-me, assim, a honra — repito — de ter as minhas palavras escutadas por quem saberá e poderá repetir a essencia delas em todos os recantos de Portugal, desde as veigas floridas do alto Minho, aos montados imensos dos Alentejo e aos amendoais do poético Algarve e desde as alpestres cumieiras da Beira e de Tras-os-Montes, às terras feracissimas do Douro e da Extremadura. Neste momento histórico da vida municipal — inicio talvez de uma nova era — pensou o Municipio de Lisboa — distinguindo esta colectividade — em aproveitá-lo, tambem, para (n'um exemplo de amavel espirito de conservação que não é incompativel com o espirito de progresso, antes, pelo contrario, estabelece o justo equilibrio entre a acção e a lição) inaugurar o Museu da Cidade, ideia que, de ha muito, trazia em mente.

Dentro da Associação dos Arqueólogos Portugueses, tambem, de ha anos, se mantinha o mesmo propósito, e já em 1914 a *Exposição Olisiponense* em que — com o saudoso José Queiroz — trabalhei afinadamente cinco meses, manifestamente o evidenciava. Esse certame, embora levado a cabo com grandes dificuldades, constituiu — lembrem-se todos! — um êxito brilhante, conseguindo-se reunir nestas salas um núcleo notavel de objectos que interessavam particularmente à vida da cidade. A pré-história e a história da capital documentaram-se aqui exuberantemente. A ceramica, a bibliografia e a iconografia da cidade, como uma amálgama de objectos diversissimos, catalogados sob a epígrafe de *Variedades*, atraíram a este Museu,

durante largos dias, o público de Lisboa. E toda a Imprensa, elogiando o cometimento, lamentou que a exposição se não tornasse permanente e que esse núcleo, variado e pitoresco, de objetos se tivesse de desmembrar de novo. O catálogo publicado — e cuja venda foi importante — documenta bem o que foi esse certame onde a vida da capital se exteriorizou, onde os seus usos e costumes se patentearam facilmente aos olhos dos curiosos, onde os seus monumentos e os seus aspectos perdidos se puderam observar de novo, onde o Passado falou, emfim, pelas mil vozes expressivas e eloquentes das coisas inanimadas.

O pensamento do illustre Municipio de Lisboa em instalar o projectado Museu na Casa de S.<sup>to</sup> António teve de ser posto de parte por se tornar praticamente impossivel neste momento, e foi então que ao encontro viemos para a sua realização.

Por seu turno, dentro desta colectividade, a ideia da fundação do Museu era, como disse, de génese antiga. O nosso consócio Jesuino Artur Ganhado, já em 1914 a esboçara, alvitando que todos os objectos que o Museu possuia respeitantes á história de Lisboa, se juntassem em sala propria. Mais recentemente, outro nosso consócio, o sr. Afonso de Dornelas, intensificou, dentro da secção de *Arqueologia Lisbonense* e na Imprensa, a sua propaganda e o seu esforço nesse sentido. E tão bem encaminhado foi o assunto, tantas boas vontades encontrou, tão inteligentemente a Camara Municipal o soube ver, que o velho pensamento da organização do *Museu* é hoje uma realidade.

A proposta do nosso consocio, sr. Afonso de Dornelas, feita na secção de *Arqueologia Lisbonense*, de 24 de Fevereiro deste anno, foi a seguinte:

#### PROPOSTA

Proponho:

1.º — Que emquanto o Museu Olisiponense não tiver instalações proprias, se destine uma das salas e parte de uma das naves da séde da Associação dos Arqueólogos Portuguezes para provisoriamente se instalar o mesmo Museu, dispondo-se ali todos os objectos que para esse fim foram oferecidos ou depositados;

2.º — Que seja nomeada uma comissão composta dos Ex.<sup>mos</sup> Conservadores do nosso Museu, para imediatamente iniciarem os trabalhos da instalação provisoria;

3.º — Que a Secção de Arqueologia Olisiponense se conserve em actividade permanente para o bom éxito deste fim, procurando todos os seus membros obter o maior número de objectos de qualquer especie que tenham relação com a historia e a vida da cidade de Lisboa;

4.º — Que imediatamente seja organizado um registo onde fiquem registados detalhadamente os objectos destinados ao museu, com indicação da pessoa que os ofereceu e de todas as referencias possiveis sobre a historia do objecto, sendo a primeira data a figurar nesse registo a da inauguração do mesmo museu, considerando-se entrados nesse dia todos os objectos que se obtiverem até lá ;

5.º — Que o Museu Olisiponense seja inaugurado no proximo dia 10 de Junho, o dia da Cidade, para o que se deverá convidar desde já a Vereação Municipal e os representantes de todos os Municipios do paiz, que nesse dia se devem encontrar em Lisboa para efectuarem o Congresso Municipalista ;

6.º — Que desde já se solicite da Camara Municipal de Lisboa, que inclua a fundação do Museu Olisiponense no programa do Congresso ;

7.º — Que nesse dia se lavre um auto do facto, devendo o original ficar no proprio Museu, servindo de abertura ao 1.º Volume do livro dos seus visitantes ;

8.º — Que no proximo dia 10 de Junho não se efectue a costumada excursão de estudo a qualquer ponto do paiz, que a Associação dos Arqueólogos Portuguezes tem levado a efeito nos anos anteriores em identico dia, destinando-o este ano á fundação do Museu Olisiponense ;

9.º — Que a Secção de Archeologia Olisiponense da Associação dos Archeólogos Portuguezes seja considerada a fundadora do Museu da cidade de Lisboa.

Lisboa, 25 de Março de 1922.

Tal proposta era precedida de uma série de considerações tendentes a justifica-la e nas quais se preconizavam as diligencias a efectuar para a obtenção de elementos constituitivos do futuro museu, sob a forma de propostas complementares.

Era assim que se alvitrava que se solicitasse dos engenheiros, arquitetos, condutores de obras, mestres e simples artifices, pelas suas respectivas Associações, a entrega ao Museu de todos os achados do sub-solo da cidade, e o aviso do descobrimento de construções ou vestigios de construções antigas, afim de poderem ser convenientemente estudadas e reproduzidas pelo desenho ou pela fotografia.

Remate de todo esse trabalho, feito em conjunto pelo Municipio e por esta Associação, é a abertura neste dia — sob todos os pontos de vista eminentemente festivo — do projetado Museu de que em breves momentos vai ser lavrado o auto inaugural.

Longe está, por ora, de corresponder ao desejo e á ambição de todos os lisboetas. Resume-se tão somente no deposito ordenado de todos os objetos que já aqui existiam e daqueles que a Camara Municipal, por sua vez, tinha arrecadados para o mesmo fim, tornando-se, por isso, desde já impossivel a sua organização em secções e

a sua catalogação perfeita. Creio firmemente, porem, que ele se enriqueça em pouco tempo e que os cidadãos de Lisboa acorram com a sua visita, as suas dádivas e a sua colaboração, a torna-lo, dia a dia, mais interessante, concorrendo para que a história deste glorioso burgo, onde um grande pedaço do coração de Portugal tem sãbido palpar, se patenteie dentro das ruínas do velho templo Carmelita, que Nuno Alvares consagrou, simbolicamente, a N. S.<sup>a</sup> do Vencimento.

Cada terra — da maior cidade à mais recondita vila da provincia, da mais aguerrida povoação fortalezada à mais bucólica povoação de agricultores, — tem um passado, uma tradição e uma história. E é aos Municipios, melhor do que a ninguém, que cumpre promover que esse passado, essa tradição e essa história, se escreva e se codifique, organizando museus- que liguem os periodos truncados pelos anos e pelo esquecimento, e reunam os vestigios arqueológicos e etenográficos dispersos e ilegíveis, preservando-os da destruição irremediavel. O exemplo dado agora pelo Municipio de Lisboa, acarinhando amovavelmente esta ideia, deve frutificar por todo o país. Os resquícios das velhas gerações que habitaram o solo português, os restos arquitetónicos monumentais como as minúcias e os pormenores de arquiteturas passadas, as industrias populares e eruditas, os templos e os cruzeiros, a decoração presa dos edificios, a pintura e a escultura, a arte no ferro e a arte na madeira, os desenhos e as gravuras, os livros e os documentos soltos, os selos e os brazões, as bandeiras e as insígnias, todas as mostras documentais da vida que passou, os usos e costumes dos nossos maiores, tudo, emfim, o que interessa e respeita a cada terra, a cada Municipio, tem cabimento nesses museus regionais, museus que não são mais do que a reconstituição da fisionomia e do caracter de cada povoação e que virão a ser — a par das escolas — um dos essenciais elementos educativos do povo português.

A Associação dos Arqueólogos Portugueses, fazendo este apelo em tão favoraveis circunstancias aos representantes dos Municipios, aos procuradores dos concelhos, fica convicta de que desta sua aliança com a Camara de Lisboa, na inauguração do Museu da Cidade, resultará uma reviviscencia do culto pelo Passado e um interesse novo pela organização de certames congêneres em que esse passado se venere, não como idolo de jaculatórias estereis, nem como simples

matéria contemplativa, o que é deletério e doentio e significa retrocesso, mas como fonte de energias condensadas e como manancial inexgotavel de civismo, de amor patrio, e de intensissima confiança em nós mesmos, donde nos virá, cada vez mais arreigada e mais funda, a ideia da nacionalidade e o pensamento da integridade, do progresso e da glória da patria portuguesa.

# ANTONIO DE ALBUQUERQUE COELHO

(NOTAS GENEALOGICO-BIOGRAFICAS)

DESENVOLVIMENTO DA COMUNICAÇÃO FEITA NA SESSÃO DE 13-V-1921  
DA «SECÇÃO DE HERALDICA E GENEALOGIA»

Em 1718, ou pouco depois, foi impresso em Macau, em papel dobrado, segundo o costume da China, um livro intitulado *Jornada que o sr. Antonio de Albuquerque Coelho, governador e capitão geral da cidade do Nome de Deus de Macau na China fez de Goa até chegar á dita cidade*. Foi seu autor João Tavares de Vellez Guerreiro, de quem Inocencio diz que unicamente consta que servira como capitão de mar e guerra na India Oriental e acompanhara, nessa qualidade, em 1718, o governador de Macau, quando este ia entrar na investidura do seu cargo.

Em 1732, foi impressa 2.<sup>a</sup> edição da *Jornada*, na Oficina da Musica, Lisboa Ocidental, sendo editor D. Jaime de la Te y Sagau, que a dedicou ao Duque de Cadaval.

Em 1905, a *Bibliotheca de Classicos Portuguezes* fez 3.<sup>a</sup> edição desta obra, acompanhando-a de uma interessante carta-prefacio de João Feliciano Marques Pereira, filho do notavel orientalista Antonio Feliciano Marques Pereira e tambem orientalista distincto, ambos falecidos. Nesta carta-prefacio, que preenche as paginas 5 a 24, occupa-se Marques Pereira do autor, Vellez Guerreiro, ainda que sucintamente, e do heroi da *Jornada*, Antonio de Albuquerque Coelho. E' deste, agora, que escrevemos. (1)

Antonio de Albuquerque Coelho foi um português illustre e um dos ultimos que alguma cousa fizeram pelo prestígio do nome de Portugal no Oriente, nessa longa agonia do antigo poderio, no ocaso da grande gloria da Navegação e da Conquista.

Rui Freire no seculo XVII e Antonio de Albuquerque Coelho no seculo XVIII foram ainda dignos continuadores dos Homens da Epo-

---

(1) Sobre Vellez Guerreiro temos já alguns elementos, que brevemente publicaremos.

peia! Mas, cousa curiosa, de Antonio de Albuquerque Coelho, não rezavam as chronicas, não falavam os livros! Exceptuando a *Jornada*, que descreve, sem a menor noticia de antecedentes biograficos, um curto periodo da sua vida, de Albuquerque Coelho nada mais constava antes dos trabalhos de Marques Pereira, pae e filho, salvo uma ou outra ligeira citação.

Estes escritores é que trouxeram a publico alguns pormenores que merecem ser lidos.

E' romanesca a historia dos amores de Albuquerque, em Macau, com Maria de Moura, *muito rica e muito formosa*, tambem pretendida por um D. Henrique de Noronha. Lá vem, reproduzido de papeis coevos, todo o drama: a cilada deste D. Henrique, que fez perder a Albuquerque o braço direito; o casamento de Albuquerque com Maria de Moura (que o aceitou dizendo-lhe *que ainda que lhe faltassem ambas as pernas, ficando ele com vida, queria casar com ele*); a morte de uma filha de sete dias, e, mais tarde, pouco mais de dois anos, o falecimento da mulher amada, pelo nascimento de um filho. Repetimos, merece lêr-se o pouco que se sabe deste Albuquerque, crédor das nossas simpatias pelo muito que sofreu e pelo seu patriotismo, valor e desinteresse, numa epoca de dissolvencia, intrigas e peculatos.

«Releiam olhos patriotas, diz Marques Pereira, aquela emocionante narrativa da entrada de Albuquerque na fortaleza de Velur, acompanhado de minguados companheiros, ao som das musicas indianas, de bandeiras soltas ao vento e tratando de igual a igual o poderoso nababo indiano, até então testemunha da nossa decadencia e abatimento.»

.....

«Para quem lêr com atenção a narrativa, a extraordinaria viagem de Albuquerque Coelho representa a ultima scintilla desse rutilante foco de luz com que iluminámos o Oriente pelas nossas glorias e heroicidades».

\*

Mais felizes que o autor da carta-prefacio, encontrámos na Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional de Lisboa muitos documentos referentes a Albuquerque Coelho, podendo assim preencher, com infôrmes de vária ordem, a biografia de tão insigne varão, de quem tambem possuímos dois valiosos manuscritos com a sua assinatura autógrafa.

Começaremos pela filiação de Albuquerque, até agora desconhecida. Era filho bastardo. A sua infortunada vida logo infortunada lhe começou no berço.

Falemos primeiro do pae, que se chamava Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho. Depois diremos quem era sua mãe, embora na Ordem de Cristo o não averiguassem nas provanças, quando corria o ano de 1700 e Antonio de Albuquerque Coelho, por se embarcar para a India, em praça de soldado, tivera o habito de Cristo, 500000 de tença efectiva e ainda 600000 para seu apresto, tudo por mercê do Senhor Rei D. Pedro II, que tambem lhe deu moradia na sua Real Casa, no fôro de cavaleiro fidalgo.

Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho era natural de Lisboa e foi baptisado na freguezia de Santa Engracia, em 14 de setembro de 1655. Consta do respectivo assento que foi celebrante o Padre Fr. João Cavalcanti e que foram padrinhos D. Maria Manoela e João Velho Barreto, todos da familia do neófito, segundo no-lo diz o linhagista Bernardo Pimenta do Avelar Portocarrero e o apuraram os inquisidores do Santo Officio, quando, sessenta e tantos anos depois desta cerimonia religiosa, se instruiam na ascendencia de Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, para o admitirem como familiar, o que efectivamente succedeu por carta de 7 de setembro de 1717.

Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho foi pessoa importante por si, pelos altos cargos e honras que disfrutou e pela nobreza herdada de avós, que se distinguiram em serviços ao país. Foi fidalgo da Casa Real, por sucessão a seus maiores, do conselho del Rei, comendador da Ordem de Cristo e da comenda de Santo Ildefonso, na Ordem Aviz, alcaide-mór de Sines, senhor do Couto de Outil, junto á vila de Tentugal, com o padroado da igreja de Santa Maria Madalena, que rendia 500 mil réis, sargento-mór de batalha, governador de Olivença e da Beira Baixa, governador e capitão general do Maranhão, Angola, etc. Era filho de outro Antonio de Albuquerque Coelho, natural de Gouveia e de D. Inês Francisca Coelho, natural do Porto, que esteve recolhida no convento de Lorvão, onde casou. Neto paterno de Francisco Coelho de Carvalho, natural de Gouveia, familiar do Santo Officio, governador do Maranhão, Pará e Paraíba, e de D. Brites de Albuquerque, natural de Olinda, Pernambuco. Neto materno de Antonio Coelho de Carvalho, natural de Gouveia, deputado do Santo Officio e embaixador a França, (irmão de Francisco

Coelho de Carvalho, atraz referido) e de D. Brites de Barros, natural de Pernambuco.

O Padre Carvalho, na sua *Corografia*, diz que a mãe de Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, se chamava Inês Maria Coelho, mas os documentos do Santo Officio é que devem estar certos. Tambem, certamente por lapso, diz que D. Brites de Barros era filha de Arnau de Holanda.

Aquela D. Brites de Albuquerque, que vem a ser bisavó do heroi da *Jornada*, era filha de Antonio Cavalcanti de Albuquerque e de D. Isabel de Goes, ele filho de Filipe Cavalcanti, natural de Florença e de D. Catarina de Albuquerque, e ela filha de Arnau de Holanda e de Brites Mendes de Vasconcelos. Arnau de Holanda era filho de Henrique de Holanda, barão de Rhenoburgo e de Margarida Florença, irmã do Papa Adriano VI. Isto segundo o Padre Carvalho.

Os Cavalcanti passaram a Portugal naquele Filipe Cavalcanti e em seu pae Antonio Cavalcanti, pelos anos de 1558. Eram de uma das familias consulares de Florença e emigraram por estarem implicados numa conspiração contra o Gran-Duque Cosme de Médicis.

Os Coelhos de que tratamos, ligados com Albuquerques, não pertencem, como poderia supôr-se, á geração dos *Coelhos de Albuquerque*, de Pernambuco, oriundos de Duarte Coelho, notavel capitão a quem el Rei D. João III deu aquella capitania para a povoar.

Estes Coelhos são outros. Os irmãos Antonio e Francisco Coelho de Carvalho eram filhos de Feliciano Coelho de Carvalho, comendador de Ceia, governador de S. Tomé, Paraiba, etc., e de D. Maria Monteiro e netos de Francisco Coelho Soares de Freitas, bisnetos de Francisco Coelho, que foi anadel-mór dos espingardeiros e esteve na tomada de Azamor com o Duque D. Jaime, terceiros netos de João Coelho, cavaleiro da Ordem de S. João de Rhodes e bailio de Leça, e quartos netos de Pedro Coelho, senhor de Felgueiras, que vem a ser, portanto, setimo avô, por varonia, do heroi da *Jornada*.

Esta linha genealogica vem assim referida na *Corografia* do Padre Carvalho.

Isabel de Goes, trisavó do heroi da *Jornada*, era filha, como dissemos, de Arnau de Holanda e de Brites Mendes de Vasconcelos e irmã de um Agostinho de Holanda que casou com uma Branca Dias, cristã nova. Deste casamento nasceu uma filha chamada Brites Mendes, que, para ser diferenciada da avó, era chamada a *Má*, a *Moça* ou a

*Direita*, esta ultima designação por não ter defeito nos olhos, como tinha a avó, Brites Mendes de Vasconcelos, a quem chamavam a *Velha* ou a *Bôa*. Como Branca Dias tivesse sido penitenciada pela Inquisição não custou pouco provar que a *infecção* não podia atingir a linha dos Albuquerque Coelhos.

Ainda por outra linha houve que demover escrupulos: a dos Cavalcanti e Albuquerque. Damos a palavra ao qualificador e comissario do Santo Officio, Fr. Bartolomeu do Pilar:

«Só devo advertir a Vossa Senhoria, se é que a advertencia é necessaria, que o dito habilitando (*Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, pae do heroi da «Jornada»*) procede por seu bisavô Antonio Cavalcanti do Gentio da Terra por quanto Hieronymo de Albuquerque, um dos primeiros povoadores da terra (*Pernambuco*) teve de uma India a D. Catarina de Albuquerque, e esta é May de Antonio Cavalcanti Bisavô do habilitando e quando medeace mais alguma geração entre a D. Catarina de Albuquerque e Antonio Cavalcanti Bisavô do habilitando, fica a dita India em 6.º grau de consanguinidade com o habilitando. Esta noticia me deram as 1.ª e 2.ª testemunhas das que depuzeram e em que tem sangue da dita India, ainda que não distinguirão os graus, concordarão outras que mo disserão e é fama constante, de que os parentes se não desprezão, nem o teem por defeito, nem eu o tenho, pois os que somos cristãos velhos todos descedemos de gentios, mais ou menos remotos.»

Este familiar do Santo Officio da Inquisição era de Pernambuco...

Brites de Albuquerque e Brites de Barros, bisavós do heroe da *Jornada*, eram primas co-irmãs, porque Brites de Barros era filha de Luis do Rego e de Inês de Gois, e esta era irmã da referida Isabel de Goes. Donde se conclue que os dois irmãos Francisco e Antonio Coelho de Carvalho, naturais de Gouveia, casaram, respectivamente, com as duas primas co-irmãs, Brites de Albuquerque e Brites de Barros, naturais de Pernambuco, dando origem aos *Albuquerque Coelhos de Carvalho*.

Na arvore de costados, que inserimos no fim deste estudo, se vê simplificada a descrição desta genealogia.

As diligencias para a admissão de Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, como familiar do Santo Officio, duraram de 27 de julho de 1703, data do requerimento inicial, a 7 de setembro de 1717, data da respectiva carta de nomeação.

Quem haja manuseado o precioso arquivo da Inquisição não se admirará deste facto. Eram frequentes estas demoras. No decorrer das inquirições constou que Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho tinha um filho *que foi para o Estado da India cujos pais se ignorão* (queria dizer cujos ascendentes maternos) *ao certo pela diligencia a folhas 144, que ha noticia ser morto, etc.*

Constava em Lisboa a morte de Albuquerque Coelho quando ele estava em Goa, talvez tratando da nomeação para Macau, que alguns meses depois originou a aventureira jornada.

Em virtude do rumor da existencia de um filho bastardo do habilitando Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, filho que se dizia ter nascido no Maranhão, o Santo Officio expediu para aquela capitania as ordens necessarias para lá se proceder a averiguações. Estas iniciaram-se em 22 de julho de 1716. Apurou-se que a mãe do heroi da *Jornada* se chamava Angela de Azevedo, ou de Bairos, que era filha de Manoel da Matta e Bairos e de Maria de Azevedo. Ouçamos alguns dos depoentes. O sargento-mór Baltasar Furtado de Mendonça, que servia de juiz na vila de Santa Cruz do Camutá, onde o heroi da *Jornada* nascera e onde se estava procedendo á inquirição, disse «que conhecera de creança o dito Antonio de Albuquerque nesta mesma vila, mas que não sabia de certo donde hoje servia e que só ouvira dizer seus parentes o embarcaram para a India, que não estava certo quanto tempo a esta parte e que a razão que tinha de conhecer aqui o dito Antonio de Albuquerque Coelho era por ela dita testemunha ser natural da mesma vila». Disse mais que se lembrava ser Antonio de Albuquerque Coelho filho de Angela de Barros, já defunta, e que esta era a mulher que ele conhecera ter vindo do Gurupá.

Outra testemunha, o padre José de Sousa Mexia, vigario colado da dita vila, convidado a apresentar os livros de baptismos e casamentos da sua Igreja, respondeu «que os não tinha porque os do bautismo lhos comera o cupim em huma caixa ha trez anos, ou quatro, e que os dos casamentos nunca os tivera porque tudo sabia de cór e podia dar noticia» (1). Disse mais que «conhecera realmente Antonio de Albuquerque Coelho e que sabia ser natural e morador nesta vila do Camutá aonde cuida lhe deu algumas lições na escola

(1) Que ingenuidade a deste bom padre !

em que ensinou mais dois primos seus». Perguntado se conheceu ou tinha noticia de outro Antonio de Albuquerque Coelho, governador que foi do Maranhão e Pará, respondeu que «conhecera muito bem pelo ter visto muitas vezes e acompanhara ao Cabo do Norte sendo ainda capitão mór da praça do Pará». E perguntado se conhecera Maria de Azevedo, mãe de Antonio de Albuquerque Coelho, respondeu que esta Maria de Azevedo, era avó, mãe da mãe do dito habilitando e que a mãe se chamava por alguns Angela de Azevedo e outros lhe chamavam Angela de Bairros, o que lhe vinha pelo pai, e que ouvira dizer a todo este povo era natural a dita Angela de Azevedo, ou Bairros, do Presidio de Gurupá donde veio com seus pais para esta Vila donde ainda hoje vivem seus irmãos, e que ele alcançara ainda aqui Maria de Azevedo, Avó do habilitando, e que não alcançara o Avô, marido primeiro de Maria de Azevedo, Manoel da Matta e Bairros, Avô do habilitando, por ter morrido no sertão». Devemos esclarecer que se chama aqui *habilitando* ao heroi da *Jornada*, o que não era exacto, pois quem se habilitava para familiar era o pai.

Foi tambem ouvido Henrique Nunes, «homem viuvo, de idade, que disse ser de oitenta anos, pouco mais ou menos, por ser já de idade de 12 anos em que foi para a guerra na aclamação de El Rei D. João o 4.<sup>o</sup>, natural da terra da Feira, bispado de Coimbra, e neste Estado para onde veio com o Governador Ruy Vaz de Sequeira ha mais de quarenta anos...». Disse que «conhecera muito bem a Antonio de Albuquerque Coelho, cavaleiro do habito de Cristo que se diz natural desta vila e morador na cidade de Goa, Estado da India, e que sabia ser daqui natural e moradora sua mãe e avó e que a razão de seu conhecimento e noticia era por viver ha muito tempo nesta terra mas que lhe não lembrava certamente o tempo porque havia já muitos anos que Antonio de Albuquerque Coelho, filho de outro Antonio de Albuquerque Coelho, nesta vila em que assistia com o governo dela, antes de ser capitão-mór da praça e governador do Estado, tivera o dito rapaz.»

O depoimento desta testemunha é curioso. Conheceu Antonio de Albuquerque Coelho, heroe da *Jornada*, o pae e o avô. Disse que o avô era natural de junto a Aveiro e que tinha sucedido no governo a Rui Vaz de Sequeira. Conheceu tambem a mãe e a avó materna do heroi da *Jornada* «por estar já assistente nesta vila onde viu mui-

tas vezes a Maria de Azevedo, avó do habilitado, trazer nos braços ao menino e muito contente»...

Foram ouvidas muitas outras testemunhas, que omitimos, com excepção de Luís da Gama Trajano, natural da vila de Campo Maior, de idade que disse ser de 67 anos, casado e morador na cidade de Belém do Gran Pará e que havia 46 anos passára ao Brasil, onde foi soldado, alferes de infantaria e tenente da fortaleza do Gurupá. O seu depoimento foi identico aos das outras testemunhas, mas deu mais esta informação interessante: «que sabia muito bem ser natural do Camutá por ahi ser moradora sua mãe e ele ahi nascer e que ao presente sabia ser morador na cidade de Gôa por noticias que tinha que para ahi se embarcara e que a razão de seu conhecimento e noticia era por ser alma e vida com o menino em respeito da amisade que com seu pae tinha, haverá 33 ou 34 anos de idade que o dito Antonio de Albuquerque Coelho podia ter.»

Podemos, pois, estabelecer o nascimento do heroi da *Jornada* pelos anos de 1682, quando o pae contava uns vinte e sete anos e o avô governava o Maranhão.

\*

Referimo-nos á ascendencia paterna e á mãe e avós maternos de Antonio de Albuquerque Coelho, deduzindo-se tambem dos documentos a que aludimos que o seu nascimento foi pelos anos de 1682, na Vila de Santa Cruz de Camutá, no Maranhão. Vamos agora mencionar, por ordem cronologica, os apontamentos que coligimos, que lhe dizem respeito.

A primeira noticia que temos, a seguir ao seu nascimento, é do ano de 1700, em que por alvará de 10 de março — Livro XIII das Mercês de D Pedro II, fol. 210 e verso — foi concedido a Antonio de Albuquerque Coelho o fôro de fidalgo escudeiro da Casa Real com 604 réis e trez ceitis de moradia por mez, que era o que lhe cabia, descontada a terça parte de filho natural, sendo logo acrescentado a fidalgo cavaleiro com mais 300 réis de moradia por mez e um alqueire de cevada por dia, devendo partir no mesmo ano para a India, para a mercê ter efeito.

Tambem em 1700, em abril, lhe foi feita mercê, por uma vez sómente, de 60000 de ajuda de custo para seu apresto, e de uma tença efectiva de 38000 cada ano, em sua vida, além de 12000 a

titulo de Habito da Ordem de Cristo, que el Rei lhe mandou lançar, tudo em atenção a ser filho de Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, *que está sendo actualmente governador do Maranhão*, e por ir servir na India em praça de soldado. Tudo isto consta do Livro das Mercês de D. Pedro II, atraz referido, e da Chancelaria do mesmo Rei, Livro LXII, fol. 27, verso.

Marques Pereira, guiando-se por um officio do Vice-Rei da India, Conde de Sandomil, diz que Albuquerque Coelho chegou áquele Estado em 1703, o que não é exacto, pois consta de uma certidão do Provedor e Officiaes da Casa da India e Mina, junta ao seu processo da Ordem de Cristo, que ele com efeito se embarcou para a India na Nau São Pedro Gonçalves, no ano de mil e setecentos.

O Conde de Sandomil, no seu officio a el Rei, datado de 23 de janeiro de 1735, publicado no *Bosquejo das Possessões Portuguezas*, por Celestino Soares, e reproduzido, em parte, por Marques Pereira, infôrma o seguinte, de Antonio de Albuquerque Coelho:

«Veyu do Reyno **ha trinta e dois anos**, ocupou os postos de Tenente de mar e guerra, Capitão de Infantaria do Terço deste Estado, e Capitão General da Cidade de Macau, e Governador das Ilhas de Solor e Timor, e Governador e Capitão General do Reyno de Pate; tem grande capacidade, e muito bom juizo e de excelente modo com as gentes. Nos governos de Macau e Timor me consta pelas informações que tenho que procedeu com distinção e acerto, e no governo de Pate não creio que obrou mal, pois V. M. sendo-lhe presentes as Devassas que contra ele se tiraram, o deu por livre por carta sua expedida este ano pelo Conselho Ultramarino; tenho-o por capas de de todos os empregos, e particularmente para o de Macau, que hoje necessita mais de industria e capacidade do que das mais circumstancias que nele não faltam».

Adeante nos referiremos ao seu governo de Pate, esclarecendo esta passagem do officio do Vice-Rei.

\*

Como vimos, em 1700, foi feita mercê do Habito de Cristo a Albuquerque Coelho. Para o poder receber se mandaram fazer as prouvanças da sua habilitação, das quais constou que em sua pessoa

concorriam «a qualidade e limpeza pela via paterna, porém que é ilegítimo, e por também não constar das naturalidades de sua Mãe e Avós maternos suposto foram conhecidos no Maranhão tidos e havidos por limpos e nobres se lhe ordenou as declarasse para se fazer mais deligencia».

Não estando capaz de entrar na Ordem, não foi então admitido, sendo-o só em 1719, depois de recorrer a el Rei por intermedio do seu Procurador e Tio, o Padre Feliciano Coelho, monge de S. Bernardo, dizendo-se na respectiva consulta costumar Sua Majestade «dispensar em semelhantes impedimentos e ser o suplicante um fidalgo de conhecida qualidade, que serve no dito Estado com grande reputação do seu nome e actualmente ocupar o posto de General de Macau, em que tem inteiramente acreditado as obrigações do dito posto».

(Habilitações da Ordem de Cristo, Maço 47, n.º 14).

A noticia que a seguir temos é do ano de 1707. E' nos dada por Dom Rodrigo da Costa, que num atestado passado em Lisboa, em 7 de novembro de 1718, diz que indo para a India por Vice-Rei e Capitão General daquele Estado em o ano de 1707, chegou á cidade de Gôa em 14 de Outubro do referido ano e nela achou servindo de capitão do Terço do mesmo Estado a Antonio de Albuquerque Coelho, e no mesmo posto continuou dois outros anos mais «e em todo o tempo que serviu a Sua Majestade o fez com grande zelo e satisfação como se esperava da sua pessoa e qualidade».

Em 23 de Agosto de 1708, chegou Antonio de Albuquerque Coelho, pela primeira vez, a Macau, na fragata *Nossa Senhora das Neves*, proveniente de Gôa. Ia como capitão de infantaria.

Na mesma fragata ia também com destino a Macau o tenente D. Henrique de Noronha, a quem já nos referimos, rival de Albuquerque Coelho, como pretendente á mão de Maria de Moura. Foi este D. Henrique que armou a cilada de que resultou a Albuquerque a perda do braço direito.

Este facto passou-se em 1709, a 2 de agosto, e é relatado pelo auctor de uma *Collecção de varios factos que ão acontecidos* (sic) *nesta cidade de Macao*, escrita nos principios do seculo XVIII e da qual Marques Pereira transcreveu alguns capitulos que o leitor pôde vêr na citada 3.ª edição da «*Jornada*».

O referente a este episodio é o seguinte :

Indo Antonio de Albuquerque Coelho, a cavallo para S. Francisco, «lhe atirarão no campo de S.<sup>m</sup> Fran.<sup>co</sup> com um bacamarte, mas lhe não acertarão p.<sup>r</sup> ser disparado p.<sup>r</sup> hum Cafre, foi o Albuquerque sobre o Cafre que lhe havia atirado. até a rua fermosa, e na volta que fez pelo não poder apanhar, lhe atirarão outro tiro da janella da caza que tinha sido de Bernardo da Silva (\*), e vivia nella hũa mulher por nome Fran.<sup>ca</sup> Espinhosa, a qual tinha seu marido auzente. O que lhe atirou o tiro da janella desta caza foi D. Henrique de Noronha, e lhe deo no braço direito por cima do cotuvelo, elle assim mesmo ferido foi a recolher-se a S.<sup>m</sup> Fran.<sup>co</sup> e q.<sup>do</sup> chegou ao pé da escada deste convento lhe atirarão com outro bacamarte; porem não lhe acertarão por ser disparado por outro Cafre. Chegando elle a portaria assim mesmo a cavallo, já se não pôde apear, e foi preciso ajudarem-n'ó; recolheu-se neste Conv.<sup>to</sup> aonde o Cirurgião da Cid.<sup>e</sup> Ant.<sup>o</sup> da S.<sup>a</sup> e hum Cafre cirurgião da fragata de Goa o curarão, e disserão q.' não era nada; porem depois de 16 dias de cura, se não apparecesse hum navio Inglez, que hia para Cantão, o q.<sup>l</sup> mandou o seu Cirurgião, q.' vendo o braço logo disse q.' estava podre, e q.' se queria escapar a vida, hera necessario o cortar-se. Com esta resolução se poz p.<sup>r</sup> obra a operação q.' se fez com m.<sup>ta</sup> brev.<sup>e</sup> e logo em breves dias se achou melhor, ficou no Conv.<sup>to</sup> até se acabar a cura. He de advertir q.' logo que este facto succedeu acodio o G.<sup>or</sup> Diogo de Pinho Teixeira, mandando buscar a outra banda (\*\*) o Ouvidor que lá se estava divertindo, mandou p.<sup>r</sup> elle prender a D. Henrique de Nor.<sup>a</sup> o qual já se achava omiziado em S.<sup>m</sup> Domingos, cujo Conv.<sup>to</sup> emediatamnte foi cercado, porem chegando o dia da festa do Patriarca, ordenou o G.<sup>or</sup> que fosse buscar a todo o Conv.<sup>to</sup> p.<sup>a</sup> ver se achavão a D. Henrique, mas nesse tempo elle já se tinha passado de noite p.<sup>a</sup> as cazas, e Comp.<sup>a</sup> do Patriarca de Antioquia, aonde o hião visitar os seus amigos e todos os da sua parcialidade. He sem duvida q.' a cauza porq' lhe atirarão os tiros, foi p.<sup>r</sup> q.' estava ajustado e contratado p.<sup>a</sup> cazar com hũa menina por nome Maria de Moura, com quem o mesmo D. Henrique de Nor.<sup>a</sup> pertendia cazar, p.<sup>r</sup> ser m.<sup>to</sup> rica e m.<sup>to</sup> formosa, a qual já não tinha Pay, cujo se chamava Vicente de Moura. Na occasião em que o Cirurgião Inglez lhe deo a noticia de que se queria escapar a vida deixasse cortar o braço, mandou elle Albuquerque saber da sua futura noiva se queria casar com elle, tendo de menos hum braço, esta menina lhe mandou dizer, q.' ainda q.' lhe faltassem ambas as pernas, ficando elle com vida queria cazar com elle. He onde pode chegar o extremoso amor de huma mulher de capacid.<sup>e</sup> que considerando ser a falta do braço de Albuquerque por sua causa, o não quiz recuzar.»

Em 22 d'agosto de 1710 efectuou-se o casamento de Antonio de Albuquerque Coelho com Maria de Moura, estando este *de seguro* por ordem do governador Diogo de Pinho Teixeira.

(\*) Hoje é a caza onde ficarão os Dinamarquezes q' tem communição com a da praia grande. (Nota do ms.)

(\*\*) Isto é, á ilha da Lapa ou dos Padres, fronteira a Macau, e sempre considerada dependencia da nossa colonia. (Nota de M. P.).

A cerimonia realizou-se no Convento de S. Francisco, onde assistia a infantaria de Gôa com o seu capitão. Um Francisco Leite, certamente sequaz de D. Henrique de Noronha, julgando que o casamento se realizaria em Santo Antonio, *foi esperar o noivo bem acompanhado, porém ficou logrado.*

Assim se viu salvo miracolosamente pela segunda vez, diz Marques Pereira, e acrescenta :

«Mas a felicidade pouco lhe havia de durar. A nuvem negra da desgraça que lhe pairava sobre a cabeça ia desabar e fulminal-o quando ele menos esperava o golpe da fatalidade. Depois de têr perdido uma filha de sete dias, que foi enterrada em S. Francisco, em 6 de março de 1712, viveu socegado com a mulher amada, até que, em 20 de julho de 1714, a desgraça o feriu desapiadamente no meio da mais fervente alegria pelo nascimento de um filho.»

Leiamos a citada *Collecção*:

«1714—Julho 20, neste dia á noite pario a mulher de Antonio de Albuquerque hum filho, e no dia 23 mandou fazer comedia á sua porta, em 26 se correrão alcanzias a cavallo, com outros m.tos divertim.tos, a 27 se baptisou a criança na Freg.<sup>a</sup> de S.<sup>to</sup> Ant.<sup>o</sup> sendo seus Padrinhos M.<sup>e</sup> Favacho e Catharina Soares, foi este acto acompanhado pelo G.<sup>or</sup> desta Cid.<sup>e</sup> Antonio de Sequeira Noronha com 2 comp.<sup>as</sup> de Sold.<sup>os</sup>: a fortaleza do Monte se não descuidou em obsequiar tanta festa salvando com 7 tiros a entrada, e com 11 a sahida; mas a 31 do mez, falleceu a parida, aqui se vê q. depois de tantas festas, e gostos, tudo acabou em choros, se vê o quanto são futeis os gostos desta vida; foi enterrada em S.<sup>m</sup> Fran.<sup>co</sup> com grd.<sup>e</sup> pompa de acompanhamento, officio, e sinos.»

Marques Pereira diz não saber do destino deste filho de Albuquerque Coelho.

Em 1729 era vivo, tendo acompanhado o pae na sua viagem para Pate, em janeiro daquele ano. Ignoramos, porém, o seu nome e o fim que teve. Acabrunhado pela dôr, diz Marques Pereira, regressou Albuquerque Coelho a Gôa, não se sabendo, porém, quando esse regresso se realizou.

1715 — 23 de Dezembro. No catalogo da Livraria Nepomuceno é mencionado sobre o n.<sup>o</sup> 2395 um certificado de Antonio de Albuquerque Coelho, passado em Macau, na data acima referida, sobre a venda de meninos e meninas chinas.

A seguir a esta verba temos nos nossos apontamentos a partida de Albuquerque Coelho de Gôa, em 2 de junho de 1717, com destino a Macau. Aqui começou a *Jornada* descrita por Vellez Guerreiro. Ouçamo-lo no primeiro capitulo do seu trabalho, contando a partida:

«Intentando o Illustrissimo, e Reverendissimo D. Sebastião de Andrade e Pessanha, Arcebispo Primaz, e Governador dos Estados da India, dar Governador á Cidade de Macao, poz os olhos no Senhor Antonio de Albuquerque Coelho; e attendendo, que assim o bem temporal daquella Cidade, como o espirital das dilatadas Missões, dependentes da mesma Cidade, e nestes calamitosos tempos tão perturbados, necessitavam da assistencia de tal Governador, como assaz experimantado daquelles Paizes, pois tinha por bastante tempo habitado nelles, determinou fizesse logo sua viagem para aquella Cidade. Estavam no porto de Goa dous navios que naquelle anno tinham vindo de Macao, um deles não tinha a necessaria expedição para voltar: no outro se assentou embarcasse o dito Governador; e estando as cousas preparadas, na noite dos 22 de Maio levantou véla o capitão daquelle navio, por causa do vento, que de repente começou fortemente a assoprar, e se fez ao mar sem esperar pelo Governador, que havia de ir para Macao, ou porque julgou devia aproveitar-se logo do vento, quando qualquer tardança em tempo, que já começava a invernada, podia ser nociva á sua viagem, ou porque temeo corresse risco o navio ancorado, sendo mais conveniente o affastar-se de terra, ou fosse outro qualquer o motivo expediente ás suas conveniencias. (1)

Com este successo parece ficava frustado o intento do Illustrissimo Senhor Primaz Governador, que era que o Senhor Antonio de Albuquerque Coelho partisse naquelle anno para Macao; mas a actividade de um, e outro Senhor remediou este accidente não esperado, com a resolução de que aquella jornada se emprendesse por terra até Madastra, aonde por todo o Julho poderia achar embarcação para alguma das partes confinantes com a China, por ser aquella emporio dos Ingleses um dos mais bem providos de toda a Asia, e expedito em despachar navios em qualquer tempo para varios portos Assentada esta resolução, expedio o Illustrissimo Senhor Primaz Governador suas ordens, e recomendações ás Feitorias do Estado, como ás outras dos Estrangeiros; (2) e aos 30 de Maio o destinado Governador de Macao, no cais do Desembargador Agostinho de Azevedo Monteiro, se embarcou na Manchua de D. Cristovam de Mello, Vedor da Fazenda, levando em sua companhia o Capitão João Tavares de Vellez Guerreiro, que estava nomeado para a guarnição da Fortaleza da Barra de Macao. e o seu Ajudante Ignacio Lobo de Menezes, e no seu Balão a João Nunes, e Pascoal Ribeiro, Portuguezes, e cinco Cafres seus cativos, e juntamente dous clarins; e fazendo sua digressão ao Convento dos Religiosos Capuchos da Madre de Deos, rendeo devota oração áquella

(1) Vêr-se ha ajeante que nesta subita largada se procedeu com má fé. — (F. DE V.)

(2) Na preciosa revista «O Oriente Portuguez», Vol. III (Nova Gôa, 1906), pag. 260 — 263, foram publicadas 10 cartas recomendando Antonio de Albuquerque Coelho, assigna das pelo Arcebispo D. Sebastião de Andrade, e outras duas de que adeante faremos inensão. — (F. DE V.)

Senhora, que é amorosa companheira, e fiel guia dos viandantes; recebendo em sua companhia a Fr. Angelo de Santo Antonio, e o Irmão Benedicto, que ambos estavam destinados para o acompanhar no sobredito navio até a China, se partio daquelle observantissimo Convento pelas 6 horas da noite, para a Fortaleza de Rachol, aonde chegou pelas 10 recolhendo-se em casa do Senhor D. Luiz da Costa, General da Provincia de Salsete, e foi hospedado com aquelle carinho, e agrado, que pedia a grande amizade entre elles contrahida. Foi necessario deter-se ali um dia a mais; porque faltando os Deçais de Pondá á palavra, com que tinham promettido cavallos para aquella jornada, por intelligencias que havia eutre elles, e o Rei de Sunda, o Sr. D. Luiz da Costa applicou sua dilligencia, e cuidado a supprir o com que faltaram aquelles Deçais.

«Fac simile» da assinatura de Antonio de Albuquerque Coelho, heroi da *Jornada*. Esta assinatura é do anno de 1729 e feita com a mão esquerda, pois havia perdido ha 20 anos o braço direito

Deo-se principio á jornada aos 2 de Junho com uma devota assistencia, que os dous Generaes fizeram ao sacrosanto Sacrificio da Missa, acção propria da fidalguia Portugueza, que costuma começar suas emprezas pela piedade. Partio o governador levado no andor do General daquela Provincia, com toda a comitiva acima referida, recusando uma tropa de 20 cavallos, que o General D. Luiz da Costa lhe offerecera para o acompanhar até Cocolim, aceitando sómente um cabo de esquadra e outro soldado com ordem do dito General para que obedecessem em tudo o que o Governador lhes mandasse.»

Depois da aventureosa viagem, tão bem descrita por Vellez Guerreiro e na qual Albuquerque «só pensou em levantar-nos no conceito dos povos asiaticos por onde pãssou», recusando ofertas de dinheiro e exigindo honras que lhe eram devidas, chegou finalmente a Macau em 29 de maio de 1718, tomando posse do seu cargo no dia seguinte.

«Teve muito que fazer para, sem crear inimizades nos moradores da colonia, divididos em parcialidades desde o tempo do governador Pinho Teixeira, metter tudo no sãe e no direito. Alem disso, nas negociações com as autoridades chinezas, soube andar com a indispensavel energia, mas com tino e prudencia; e, quando os moradores conseguiram, por fim, que não fossem tornadas extensivas a Macau as medidas contra o commercio estrangeiro, Albuquerque dirigiu directamente ao Imperador da China, a sua carta de 1 de março de 1719, acompanhada de alguns presentes — carta respeitosa, mas sem o tom humilhante com que antes e depois alguns governadores de Macau, seus antecessores e sucessores, se dirigiam ao vice-rei de Cantão e até aos mandarinetes de Hian-chan e da Casa Branca! (1)

Mas pouco tempo se demorou Albuquerque na colonia. Brioso como era, não poudo tolerar as consequencias que para si resultariam do facto relatado nos seguintes trechos da *Collecção*.

Desistiu de governar, ele, que não poderia governar com força e prestigio».

«1718-Junho-27. Neste dia desembarcou Francisco Xavier Doutel, vindo de Goa no seu navio, o qual querendo ir a Betavia q.<sup>do</sup> sahiu de Goa ficou de inverno na Lavantuca, p.<sup>r</sup> já ser tarde, e lhe haver faltado o mastro gr.<sup>e</sup> com o tempo. Este Francisco X.<sup>er</sup> Doutel se achava o anno passado em Goa q.<sup>do</sup> sabio p.<sup>r</sup> G.<sup>r</sup> de Macao Ant.<sup>o</sup> de Albuquerque, com q.<sup>m</sup> havia tido suas differenças, e querendo o g.<sup>or</sup> que elle o trouxesse lhe disse que sim, mas fingindo um temporal, se fez á vella de noite da barra d'aguada, e fugio não trazendo nem as vias do Estado p.<sup>a</sup> esta Cid.<sup>e</sup>, p.<sup>r</sup> cujo motivo logo que chegou se foi *omiziãr em S. Paulo, temendo q.' o Albuquerque lhe fizesse alguma desfeita, p.<sup>r</sup> q.<sup>to</sup> se achava no governo, porem com a chegada de Luiz Xances em o navio de vias deste anno se acabou tudo p.<sup>r</sup> q.' este trouxe ordem do V. Rey a favor do mesmo Doutel.*

«1719 — Setembro 9. Neste dia tomou posse do governo desta Cid.<sup>e</sup> Ant.<sup>o</sup> da Silva Telles de Menezes que lho entregou Ant.<sup>o</sup> de Albuquerque Coelho cujo governou 1 anno 4 mezes e *deziſtio de G.<sup>ar</sup>.*»

(1) Varios escritores se referem a esta carta, entre os quaes Montgoniery, que a publicou na integra, juntamente com a lista dos presentes oferecidos por Albuquerque ao Imperador da China. (F. de V.).

Albuquerque ainda se demorou em Macau até 18 de janeiro de 1720, em que se embarcou para Goa «com bastantes saudades dos moradores desta cidade (Macau) por ser m.<sup>to</sup> bom homem», diz a *Collecção*.

Foi na fragata N. S. das Brotas «que tinha dado a commercio, da qual hera capitam de mar e guerra D. Thomaz de Menezes».

\*

Tanto o autor da *Collecção* como Marques Pereira dizem, como vimos, que Albuquerque Coelho *desistiu* do governo de Macau.

Que não foi assim provam-no as duas cartas insertas no *Oriente Portuguez*, a que nos referimos na nota de paginas 107. São ambas do Vice-Rei Conde da Ericeira, uma dirigida ao Padre João Mourão, da Companhia de Jesus, que estava em Pekim e que se interessava pela permanencia de Albuquerque Coelho em Macau; outra dirigida em 25 d'abril de 1720 a Antonio da Silva Tello de Menezes, sucessor de Albuquerque Coelho no governo de Macau.

Vê-se por estes documentos que Antonio da Silva Tello de Menezes estava já nomeado por el Rei para governar Macau, quando Albuquerque para lá partiu provido pelo vice-Rei D. Sebastião de Andrade Pessanha. Portanto, Albuquerque não foi *deposto* nem *desistiu*. Foi simplesmente substituído quando o vice-Rei tomou conhecimento de um anterior alvará del Rei.

\*

E' ainda a *Collecção*, no seguinte trecho, que nos dá a noticia da nova estada de Albuquerque em Macau :

1721 — Dezembro, 21. Ant.<sup>o</sup> de Albuquerque, como houvesse *desistido* de G.<sup>or</sup> desta Cid.<sup>e</sup> e o V. R. de Goa houvesse nomeado em G.<sup>or</sup> de Timor, havendo chegado a esta Cid.<sup>e</sup> em hum pequeno navio seu, aos 10 de agosto proximo passado, partio p.<sup>a</sup> o seu governo, no mez e dia acima indicado.»

\*

Sobre o governo de Albuquerque em Timor trata Affonso de Castro, na sua obra «As possessões portuguezas na Oceania».

Depois de relatar o estado anarchico em que se encontrava o governo de Timor, diz :

«Acudiu Goa a este desgraçado estado de coisas, nomeando novo governador Antonio de Albuquerque Coelho, o qual (chegado a Timor), desapossou o bispo, tomando conta da direcção dos negocios.

«Pretendeu ainda Fr. Manuel de Santo Antonio ingerir-se na administração, mas não lh'o soffreu o governador, *homem de riço character e de firme vontade. Severo no cumprimento dos seus deveres, e rigoroso para com as faltas dos seus subordinados*, não devia ser bemquisto dos moradores de Lifáo, costumados ao desleixo e relaxação, e não foi difficil ao bispo indispo-los contra o governador, conseguindo ao mesmo tempo, por suas intrigas, que alguns dos reis de Sorvião lhe negassem obediencia.

«Não se acobardou Albuquerque, e, longe de imitar o exemplo do antecessor, tratou de conjurar a tormenta.

«Corria o anno de 1722, e julgando varios reinos a occasião opportuna para realisarem os planos concertados em 1719, declararam-se em rebellião contra o governo portuguez. Foi o rei de Luca o primeiro a romper hostilidades, atacando com o seu gentio o capitão-mór Joaquim de Matos, que, com um troço de moradores de Lifáo, havia ido a Cailaco cobrar fintas.

«Camenace, como cabeça da rebellião, poz-se logo em campo seguido de Lamakito, e mais doze reinos visinhos, e esta gente, havendo ás mãos os padres Manuel Rodrigues e Manuel Vieira, barbaramente os assassinou. As egrejas dos reinos revoltados foram queimadas, ultrajadas as imagens e profanados os vasos sagrados.

«Prolongou-se este estado de desordem e de inquietação, por muito tempo, apesar dos esforços do governador, o qual pôde ainda assim conservar fieis os moradores de Lifáo e alguns reinos vassallos, até que, chegado a Larentuca novo governador, Antonio Moniz de Macedo, as cousas tomaram outro aspecto.»

Na volta de Timor, ao deixar o governo desta provincia, esteve ainda Albuquerque em Macau, como refere a «Collecção» :

«1725 — Setembro 29. Neste dia desembarcou nesta cidade Antonio de Albuquerque Coelho, vindo de Timor por haver acabado o seu governo. Foi assistir em S. Fran.<sup>co</sup> onde no dia 23 de g.<sup>bro</sup> fez um officio solemne pela alma de sua mulher M.<sup>a</sup> de Moura; houve salva na fort.<sup>za</sup> do Monte no fim do officio e dobrarão todas as Igrejas: ella havia fallecido de parto em 20 de Julho de 1714, como consta do d.<sup>o</sup> anno »

Depois deste ano de 1725 só tornamos a ter noticia de Albuquerque Coelho no de 1729, investido no cargo de capitão general do Reino de Pate.

Pate, ou Paté, é uma ilha situada na costa septentrional de Zambeubar. Diversas vezes a perdemos e conquistámos aos arabes, abandonando-a definitivamente em 1729, juntamente com Mombaça.

Da perda de Pate culpavam Antonio de Albuquerque Coelho,

como já vimos na transcrição que fizemos, a pag. 103, do officio do Vice-Rei da Índia, Conde de Sandomil.

No «Ensaio estatístico sobre a provincia de Moçambique, etc.», por Francisco Maria Bordalo, ha uma referencia a este ponto, tambem transcrita por Marques Pereira, a qual é como segue :

«Perde-se novamente e para sempre Mombaça (1729). Antonio de Albuquerque Coelho abandona tambem a ilha de Paté sem fazer a fortaleza que lhe fora recomendada.»

Ao que Marques Pereira acrescenta :

«Ora d'essa culpa, que lhe attribuiram, ficou elle livre, depois de devidamente apreciadas pelo Conselho Ultramarino as devações a que se refere o conde de Sandomil.

Seria curiosa a publicação dessas devações, que devem existir nos archivos do antigo Conselho Ultramarino, hoje bem guardados na Bibliotheca Nacional de Lisboa, depois do abandono em que estiveram durante tanto tempo.»

No Arquivo do antigo Conselho Ultramarino não encontrámos a devassa a que alude o Conde de Sandomil, apesar de termos folheado muitos milhares de documentos, que infelizmente (com excepção dos de algumas capitánias do Brasil) se encontram por catalogar. Mas, alguma cousa se nos deparou respeitante a este assunto, que destinámos ao *Oriente Portuguez*, de Nova Gôa.

Na livraria do sr. Manuel Santos, adquirimos, ha anos, dois cader-nos manuscritos, ambos com a assinatura autógrafa de Albuquerque Coelho, alusivos á sua acção na reconquista, em 1727, e perda, em 1729, de Paté e Mombaça. São duas exposições circunstanciadas dirigidas ao Vice-Rei João de Saldanha da Gama, respectivamente, em 7 e 14 de novembro de 1729.

Não as publicamos aqui, não só pela sua extensão, mas tambem por termos enviado copia delas ao nosso illustre consocio sr. José F. Ferreira Martins, que as deseja inserir na valiosissima revista *O Oriente Portuguez*, de que é director.

São dois documentos de grande valor historico e que completamente ilibam Antonio de Albuquerque Coelho das responsabilidades

que lhe assacaram. *Saiu livre*, como diz o Conde de Sandomil, dessas responsabilidades, mas nestes documentos se verifica que se assim não houvesse sucedido se teria cometido uma injustiça que bradaria aos Ceus.

Não só como documentos historicos são apreciaveis, são-no também literariamente considerados. Albuquerque Coelho deveria têr sido homem ilustrado. HABIL diplomata e chefe expedito, zeloso do bom nome português, disciplinador e valente, tudo ele era e tudo ressalta dos seus relatos, como notas auto-biograficas, escritas desprendidamente.

Terminamos com a transcrição, na integra, de dois documentos que são o seu maior elogio.

Um homem que desempenhou cargos dos mais elevados da governança e da milicia, no Oriente e naquele tempo, termina os seus dias amparado por uma mercê regia, que mal lhe assegura os rendimentos de escrivão do Paço de S. Lourenço da ilha de Gôa, mercê que lhe foi feita em atenção «a se achar pobre e sem outros meios de se alimentar»!

Quando e onde morreu? Não o pudemos averiguar.

Seguem os documentos :

«Eu El Rey Faço saber aos que este meu Alvará virem que tendo respeito a me representar Antonio de Albuquerque Coelho estante na India haveremlhe feito mercê os governadores daquelle Estado em remuneração de parte de seus serviços do officio de Escrivão do Paço de S. Lourenço da Ilha de Goa em dias de sua vida de que se lhe passará Carta d'elle tendo ocupado o cargo de Cappitam geral de Macáo das Ilhas de sobre Timor, do Reyno de Pate, Provedor da Junta do Comercio de Mossambique, rios do Senna e actualmente de cappitam geral da Provincia de Bardes com muita satisfação e dezejava que eu lhe comcedece Alvará para renunciar em vida ou testar por morte o dito officio de Escrivão do Passo de São Lourenço da Ilha de Goa sem embargo do regimento e Alvará que defende os providos de postos e cargos da India poderemnos renunciar salvo a favor de filho ou genro e este Alvará se cumprirá inteiramente como nelle se contin sem duvida alguma o qual valerá como Carta sem embargo da ordenação do livro 2.<sup>o</sup> titulo 40 em contrario pondo-se primeiro verba nos registos da Carta que se lhe passou como tam-

bem nos da Portaria em virtude da qual este se obrou e pagou de novo direito cento e vinte reis que se carregarão ao thezoureiro Manoel Antonio Bottelho de Ferreira a folhas 137 do Livro 2.º de sua receita como constou de seu conhecimento em forma Registada no Livro 9.º do Registo geral a folhas 366. Lisboa 24 de Março de 1745 = Rey = Por resolução de Sua Magestade de 27 de Fevereiro de 1745 em conqulta do Conselho Ultramarino de 13 de Janeiro do dito anno e por quinze de Março de 1745 = Alexandre Matello de Souza e Menezes = Thomé Gomes Moreyra e Pedro Jose Correa o fes = o Secretario Manoel Caetano Lopes de Lavre o fes escrever = Joze Vaz de Carvalho = Pagou sessenta reis e aos officiaes trezentos e dés reis. Lixboa 24 de Março de 1745 = D. Sebastiao Maldonado. Chanc. de D. João 5.º — Liv. 109, fol. 207 v

\*

Eu El Rey Faço saber aos que este Meu Alvará virem que tendo respeito a me representar Antonio de Albuquerque Coelho que em remuneração dos muitos serviços que me tem feito no Estado da India com os postos militares, e nos cargos de cappitam General da cidade de Macao, das ilhas de Solor e Timor, do Reyno de Paté, no cargo de Provedor da junta do Comercio de Mozambique e Rios de Sena, e ultimamente no de cappitam General da Provincia de Bardez lhe fizera eu mercê, como se via do Alvará que juntava, do officio de Escrivão do Paço de S. Lourenço da Ilha de Goa, e porque o supplicante se (*não*) achava actualmente no dito Estado, e não podendo pelos refferidos respeitos servir por sy o dito officio sussedia o não lhe pagarem os serventuarios delle o que são obrigados tornandose lhe por esta forma innutil a merce que heu lhe fis em atençaõ a se achar pobre, e sem outros meios de se allimentar, sendo hum Fidalgo benemerito, e que no meu serviço tem gasto a maior parte de sua fazenda: me pedia lhe fizesse mercê conceder facultade para poder nomear no dito officio servintuario que lhe haja de pagar sem a continua precizão de uzar o supplicante dos meios de direito; e atendendo ao seu requerimento: em que foi ouvido o Procurador de minha Corõa. Hey porbem fazerlhe mercê de lha conceder facultade para poder nomear no dito officio de Escrivão do Paço de S. Lourenço da Ilha de Goa servintuario que lhe haja de pagar sem a continua precizão de uzar o supplicante dos meios de direito Pello que mando

ao meu Vice Rey e Cappitam General do Estado da India, mais ministros, e pessoas a quem thocar cumpram e guardem este Alvará e o fação cumprir inteiramente como nelle se contem sem duvida alguma o qual valerá como carta, sem embargo da ordenação do livro 2º titulo 40 em contrario, e se passou por duas vias, e pagou de novo direito 540 reis que se carregarão ao Thezoureiro Manoel de Faria e Souza a folhas 115 do livro 3º de sua receipta como constou do seu conhecimento em forma registado no livro 3º do registo geral a folhas 6.ª Lixboa 12 de março de 1746 = Raynha = Por resolução de Sua Magestade de 10 de fevereiro de 1748. em consulta do Conselho Ultramarino de 8 do dito mes e anno = Alexandre Metello de Souza e Menezes = Thomé Gomes Moreira = o secretario Manoel Caetano Lopes de Lavre a fes escrever = Pedro José Corrêa o fes = José Vaz de Carvalho = Pagou 540 reis, e aos officiaes 414 reis. Lixboa 21 de novembro de 1748 = D. Sebastião Maldonado. Chanc. de D. João 5.º Liv. 117 fol, 180 v.

ARVORE DE COSTADOS DE :

Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, pae do heroe da <i>Jornada</i> . — ( <i>Vidé Nota 1</i> )	Antonio de Albuquerque Coelho, natural de Gouveia. Casou, pelos anos de 1646, com:	Francisco Coelho de Carvalho, natural de Gouveia	Feliciano Coelho de Carvalho. — ( <i>Vidé Nota 3</i> )
		Brites de Albuquerque, natural de Olin-da, Pernambuco	Maria Monteiro. Antonio Cavalcanti de Albuquerque. — ( <i>Vidé Nota 4</i> ) Isabel de Goes. — ( <i>Vidé Nota 5</i> )
	Ignês Francisca Coelho, natural do Porto, que estava recolhida no Convento do Lorrvão, onde uma sua tia era abadessa.	Antonio Coelho de Carvalho, irmão de Francisco Coelho de Carvalho, acima	Feliciano Coelho de Carvalho, acima. Maria Monteiro.
		Brites de Barros, natural de Pernambuco. — ( <i>Vidé Nota 2</i> )	Luis do Rego de Barros. Ignês de Goes, irmã de Isabel de Goes, acima.

## NOTAS À ARVORE DE COSTADOS

1. — Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, pae do heroi da *Jornada*, falecido em 1725, quando governava Angola, foi casado com D. Luiza de Mendonça, que nasceu em 17 de julho de 1686, filha de D. Francisco de Mello, cavaleiro da Ordem de Malta, e de D. Joana de Abreu e Mello. Tiveram um unico filho, chamado Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho, familiar do Santo officio em 1737, que nasceu e morreu em Lisboa, na freguesia de Santos-o-Velho, na casa que foi de seu pae, á Pampulha, á qual se refere o P.<sup>e</sup> Carvalho, na sua *Corografia*. Este Francisco de Albuquerque foi casado com D. Tereza de Lencastre, filha de Diogo Correia de Sá, Visconde de Asseca, familiar do Santo Officio, e de D. Inez Isabel de Lencastre, neta paterna de Martim Correia de Sá e de D. Joana de Mello, e materna de Luiz Cesar de Menezes e de D. Maria de Lencastre.

Na «Revista de Ex-libris Portuguezes», vol. III, pag. 3, vem reproduzido um *ex libris* exterior, com os dizeres *Morgado du Cadaval*, que é attribuido a Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho, e que o auctor do artigo, sr. Armando Tavares, diz ter adquirido na residencia do sr. Domingos de Albuquerque, ha pouco falecido.

Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho teve varios irmãos, entre os quaes o Padre Feliciano Coelho, monge de S. Bernardo, prior da igreja de S. Martinho de Salreu, comarca de Esgueira, que lhe fez doação de umas casas que possuia em Lisboa, á Pampulha, avaliadas em seis mil cruzados, foreiras ao Convento de Santos. Esta doação foi confirmada em 1709, confôrme consta da Chancelaria de D. João V, Liv. 3o, fl. 319.

Este mesmo Padre Feliciano serviu varias vezes de procurador a seu sobrinho o heroi da *Jornada*, como se vê no processo de habilitação deste para a Ordem de Christo.

No museu da Associação dos Arqueólogos, por oferta do nosso illustre consocio sr. Conde de Castro e Solla, existe um sinete que foi de Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, no qual se vê o seu brazão d'armas: escudo esquartelado: 1, as armas de Portugal, erradamente com a orla dos castelos; 2, de vermelho com cinco flores de liz de ouro, em sautor (que são os 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> quartéis das armas de um dos ramos dos Albuquerque); 3, de oiro, com um leão faxado de sete peças, quatro de purpura e três xadrezadas de oiro e azul, de duas tiras, armado de vermelho; bordadura azul carregada de sete coelhos de prata manchados de negro (que é o brazão dos Coelho, de João Vasques); e 4, de azul, com uma estrela de oito raios, encerrada numa quaderna de crescentes de prata (que é o brazão dos Carvalhos). Corôa de marquez.

2. — Brites de Barros casou em terceiras nupcias com Antonio Coelho de Carvalho, deputado do Santo Officio, desembargador do Paço e embaixador a França. Os seus outros maridos foram Francisco Aranha e Mendo de Goes de Vasconcellos, este seu primo, certamente. Depois de enviuar é que veiu de Pernambuco, donde era natural, em companhia de seu irmão o Dr. João Velho Barreto. No continente,

casou com Antonio Coelho de Carvalho. A filha D. Inez nasceu acidentalmente no Porto.

3. — A ascendencia deste Feliciano Coelho de Carvalho, pela linha masculina já a referimos. Devemos, porém, advertir que nos guiámos, neste ponto, pelo Padre, Carvalho da Costa, parecendo-nos duvidosa a filiação de João Coelho, Bailio de Leça.

4. — Era filho, como dissemos, de Filipe Cavalcanti e de D. Catarina de Albuquerque, sendo esta senhora filha de Jeronimo de Albuquerque, que «a teve de uma india». Este Jeronimo de Albuquerque foi com os primeiros povoadores para Pernambuco.

Os Cavalcanti eram abastados, senhores de engenhos e cavaleiros do Habito de Christo. Viviam na capitania de Goiana.

5. — Os paes de Isabel de Goes, Arnau de Holanda e Brites Mendes de Vasconcellos, foram para Pernambuco com Duarte Coelho e os primeiros povoadores.

*Fração de Vasconcell's.*

## ESTUDOS DE HERALDICA

---

# A PURPURA

COMUNICAÇÃO FEITA À SECÇÃO DE HERALDICA DA ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

POR

ANTONIO PEDRO DE SÃO PAYO MELLO E CASTRO

EM 24 DE NOVEMBRO DE 1922

SNR. PRESIDENTE — MEUS SENHORES :

Muitas vezes aqui se tem falado, a proposito dos brazões de alguns concelhos, do esmalte de purpura que n'alguns aparece, e outros se tem feito aparecer, em projectos de brazões entre nós aprovados, e ainda na ultima sessão se deliberou que a vela da barca do brazão de Ilhavo fosse deste esmalte.

Já aqui tive ocasião, a proposito do brazão d'armas da cidade de Setubal, de pedir que nele se frizasse bem a côr das cruces da ordem de Sant'Iago, a que esta cidade, então vila, pertencia, porque eu bem sei as confusões que até alguns heraldistas fazem com este esmalte, confusões de que resultam lamentaveis erros, e — isto sem desprimor para ninguem — a observação tem feito que eu trema quando se trata com os illustres edis dos nossos municipios, que costumam ser senhores de exuberante e larga fantazia.

Foi este o motivo, direi melhor, o a proposito que me levou a apresentar esta memoria sobre a côr purpura em heraldica, elaborada ha já algum tempo, e que ficaria, como até agora muito bem ficara, a um canto da gaveta, se não fôra o pensar que a coordenação d'estes dados talvez interessasse V. Ex.<sup>as</sup> por uns minutos, ainda que esteja certo que para V. Ex.<sup>as</sup> não venho dizer novidades.

Ninguém põe grandes duvidas sobre as côres de azul, vermelho, negro, ou verde, e se bem que muito haveria a dizer sobre a sua exacta tonalidade, os erros não bradam tanto á arte, como acontece com os cometidos com a purpura.

A purpura tem sido um dos componentes do brazão mais victimados pela decadencia.

Bastante rara na heraldica estrangeira, é muito frequente na portugueza, o que constitui até um dos seus caracteristicos.

Os tratadistas não concordam sobre o que a purpura seja. Uns dizem que será um esmalte, outros um metal, outros ora uma ora outra cousa. Pensam alguns que é a fusão do azul e do vermelho, dizem outros que é a reunião de todos os esmaltes, outros ainda a consideram a oxidação de prata, e o heraldista francez Mr. Jouffroy d'Eschavannes, no seu tratado, confessa que esta côr nunca foi bem determinada, chegando alguns auctores a não admitir tal côr. Estes ultimos evidentemente não teem razão porque nós vamos encontrar esta côr em armoreaes e cartas de brazão do seculo XV e até XIV, como adiante terei occasião de citar, e o grande heraldista belga Emile Gevaert, tão puritano e escrupuloso, não deixa no seu notabilissimo livro «Heraldique des Provinces Belges» de incluir esta côr entre os mais esmaltes e metais.

Foram os fenicios que descobriram o processo, hoje perdido, de extrahir de um molusco das suas costas, chamado murex, uma tinta de linda coloração, com que tingiram os linhos mais finos e as sedas mais preciosas, que do oriente lhe vinhão parar ás mãos. Fizeram d'esta industria o seu principal commercio, e até envolveram a descoberta da preciosa tinta na poesia da lenda. Havia ao todo tres especies de purpura: o murex da Fenicia dava um vermelho arroxado, chamado purpura rosada, que era a mais apreciada, a mais preciosa; a Grecia dava uma purpura mais violacea, era que a purpura violeta; por ultimo, certas costas do atlantico, davam uma côr quasi negra, que era a purpura jacintia.

Em toda a antiguidade a purpura foi a tinta mais procurada. Tornou-se a côr privativa dos patricios senadores da velha Roma, tornou-se a côr dos Cezares d'aquelle grande imperio, e tornou-se a côr dos faustuosos reis da Asia menor. Tornou-se um simbolo, o emblema da soberania.

A Igreja cristã, procurando sempre a beleza no simbolismo, re-

vestiu de purpura os seus bispos, a sua mais alta hierarchia ecclesiastica (1). Hoje ainda é o emblema da soberania, e na coroação do actual rei d'Inglaterra, ele se revestiu de purpura, ostentando a sua consorte um manto egualmente roxo, onde se entrelaçavam, bordadas a ouro, as flores emblematicas do imperio: a rosa gotica pela Inglaterra, o trevo pela Irlanda, o cardo pela Escocia, e a flor de lotus pela India (2).

Foi n'esta acepção, n'este simbolismo, e n'aquella importação de orientalismo que as cruzadas fizeram, que a Edade Media introduziu a purpura nos escudos dos seus cavaleiros.

Cêdo, porém, se começou a desvirtuar o verdadeiro valor d'esta côr e começaram as confusões.

Talvez influenciados pela ideia de se chamar ao escarlate das vestes cardinalicias, purpura, começa-se a chamar á purpura vermelho, e ao vermelho purpura.

Rui de Pina, na sua chronica de D. Afonso V, por exemplo, diz que as armas de Portugal teem uma bordadura de purpura.

Nos armoriaes chamados do Armeiro-mor, e de Antonio Godinho, ou da Torre do Tombo, aparece uma cor entre negro desbotado e azul escuro, que representa a purpura; mas do tecto da sala de Cintra, talvez devido aos celebres e vandalicos restauros, a purpura desapareceu de todo e foi substituída pelo vermelho. Os reformadores do cartorio da nobreza e ultimamente Sanches de Baena, que d'elles não fez senão copiar, acabaram por banir a purpura em geral e substituiram-na pelo vermelho.

A quantos casos, a quantas trapalhadas, estas e outras ignorancias teem dado logar, V. Ex.<sup>as</sup> o sabem e aqui teem vindo varios exemplos.

Ponhamos as coisas todavia no seu devido pé. A purpura é indubitavelmente um dos cinco esmaltes heraldicos. Qual será a sua verdadeira côr? O dizer que a propria palavra o indica não é exacto. Tem-se chamado purpura a todos os tons, desde o vermelho vivo ao lilaz mais desmaiado.

De purpura, dizem, são os labios das mulheres e tanto mais se

(1) O simbolismo de luto e penitencia que a Igreja catolica tambem dá á côr *violacia*, não é ainda devido senão á recordação do manto ou vestimenta de *purpura* que revestiram a Christo em escarneo d'Ele se dizer Rei. (Evang. de S. Marcos. Cap. XV — S. João. — Cap. XIX).

(2) Tambem o manto real dos reis de França era de veludo *violeta*, semeado de flores de liz d'ouro. (A. Malet — l'époque Contemporaine. pag. 3).

afirma quanto mais carmim elas põem; purpureas chamam ás rosas, ainda que sejam do vermelho mais vivo; purpura chamam ás vestes cardinalicias, ainda que sejam do escarlata mais brilhante...

São dois os documentos que para aqui trazemos para nos dizerem qual seja a verdadeira côr.

No celebre manuscripto espanhol dos meados do seculo XIV, intitulado «Libro del conocimiento de todos los Reynos y tierras y señorios que son por el mundo», etc., attribuido a um frade franciscano, que é um dos mais antigos monumentos onde encontramos referencias escritas sobre heraldica, publicado em 1877, por Marcos Jimenez de la Espada, em Madrid, e sobre o qual o nosso illustre presidente escreveu um brilhante artigo no seu II volume de «Historia e Genealogía» ao qual eu me reporto, lá encontramos referencias a uma côr chamada *cárdena*. Ora *cárdena* em portuguez é cárdeo ou cardão, que significa a propriedade de uma coisa ter a côr da flor do cardo, isto é a côr violacea. No seculo XV, porem, encontramos um documento melhor. Se o primeiro é digno de nota pela sua maior antiguidade o segundo é de maior pezo pela sua auctoridade.

E' uma carta de brazão d'armas, não deixando para Portugal de ser tambem muito antiga, porque, como V. Ex.<sup>aa</sup> sabem, cartas anteriores a D. Manuel são muito raras, passada por D. Afonso V, em Cintra, a 8 de novembro de 1471, a Lopo Esteves. A carta tem de muito curioso o serem os esmaltes indicados pelas suas côres correspondentes nas pedras preciosas. Não é isto caso sem precedentes; no estrangeiro uzou-se bastante de este modo de dizer; chegou-se mesmo a brazonar pelos planetas, conforme a sciencia d'aquele tempo fazia influenciar cada gema por cada planeta, e assim dizia-se, por exemplo, em campo de saturno uma estrela de marte, conforme refere Lady Helen Forbes nos seus artigos «How to read a coat of arms no Every Woman's Encyclopoedia», mas é muito raro, todavia, este modo de dizer em Portugal; não conheço senão outra carta, passada na mesma data a Alvaro Afonso Frade e registada na chancelaria de D. Afonso V. Livro XVI, fl. 14, e misticos, Livro III, fls. 12, v.<sup>o</sup>.

Diz a carta assim, e transcrevo conforme vem registado no livro 21. folhas 14, da referida chancelaria: «Um escudo collar de purpura ou d'amatista e huñ aguia estendida branca ou de prata cõ o bico e pernas pretas».

Esta carta vem aclarar a questão por completo. Fica bem determinada, portanto, a cor verdadeira e propria da purpura

Deverá ser ser da cõr das amatistas da India, Persia e Ceilão, que são uma variedade de coridone, e na realidade safiras de purpura, das que na antiguidade eram o simbolo da prudencia e temperança, e que na Edade Media valiam mais que os proprios diamantes.

Deverá ser a purpura um rôxo-violeta retinto, profundo e brilhante. Um dos melhores heraldistas francezes, Mr. Paulo Delacroix, no seu belo livro «Sciences et Lettres au Moyen Age», fundando-se, segundo me parece, num nome não menos illustre, o de Mr. Emile de la Bédollière, chama muito claramente á purpura, *violeta*.

Assim deverá ser. Procure-se o melhor tom — a heraldica dentro das suas formulas dá largá margem ás conveniências da arte — seja porém um roxo nitido, claro e brilhante, um roxo que se não confúnda com o azul ou com o vermelho.

# INSCRIÇÕES HEBRAICAS EM PORTUGAL

## PRÓLOGO

Já diversos sábios e historiógrafos portugueses têm publicado estudos sobre inscrições hebraicas de Portugal (1).

Todavia, como estes trabalhos se referem apenas a algumas inscrições hebraicas existentes em Portugal, tivemos a idea de, á semelhança da notavel obra de Moïse Schwab—*Rapport sur les Inscriptions Hebraïques de l'Espagne*, Paris, 1907 — agrupar, num só estudo, todas as inscrições hebraicas antigas descobertas até agora em Portugal, tanto mais que, no decorrer dos nos-os estudos sobre a história dos «Cristãos-Novos», tivemos o feliz acaso de encontrar algumas lápides antigas ainda inéditas.

Evidentemente, que, de nenhum modo, temos a pretensão de comparar este modesto estudo com a obra prima do insigne hebraista M. Schwab, tanto mais que, nem pela qualidade, nem pela quantidade, se podem comparar os escassos documentos hebraicos exis-

---

(1) Entre estes estudos ocorre-nos citar :

*Descoberta rara feita no Algarve*, por J. da Silva, publicada no *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, n.º 3 2.ª Série, 1874, pag. 44-45.

*Epigraphia Nacional*, idem, idem, idem, n.º 5, 2.ª Série, 1875, pag. 77-79.

*Inscrições de Synagogas dos Judeus Portuguezes*, por Esteves Pereira, publicado na *Revista Archeologica*, vol. III, 1889, pag. 115.

*Occorrencias da Vida Judaica*, por Sousa Viterbo, publicado no *Archivo Historico Portuguez*, vol. II, 1904, pag. 176-200.

*A Inscrição da Synagoga de Monchique*, idem, idem, idem, pag. 418-420.

*Uma lápide hebraica em Castelo Branco*, por Samuel Schwarz, publicado no jornal de Castelo Branco *A Provincia*, n.º 39, de 2 de Outubro de 1921.

tentés em Portugal com a riquíssima e valiosa colecção dos que se conhecem no país visinho.

Efectivamente, é de estranhar que tão pouco tenha ficado, em Portugal, que documentasse a grande civilização hebraica que aqui floresceu, principalmente no que diz respeito aos numerosos e valiosos incunábulos hebraico-portugueses que se publicaram nas primeiras imprensas existentes em Portugal, que foram as hebraicas de Faro, Lisboa e Leiria (1). De todo este abundante caudal de obras não existe, actualmente, em Portugal, senão: umas duas folhas soltas e esparsas na Biblioteca Nacional de Lisboa (2), um volume no Porto e outro na Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa, comquanto haja em museus e bibliotecas estrangeiras muitíssimos exemplares de incunábulos hebraico-portugueses.

E' que, durante os três séculos do domínio da Inquisição em Portugal, o *Santo-Ofício* não se contentou com queimar judeus e cristãos-novos, mas também destruiu implacavelmente livros e documentos hebraicos e ainda em 1800, pouco antes de exalar o seu último suspiro, mandou apreender na Alfândega de Lisboa muitos livros hebraicos antigos, penosamente recolhidos por qualquer colleccionador, que foram queimados numa fogueira memorável...

---

(1) *Bibliografia dos Incunábulos Portugueses*, nos *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, vol. 1, n.º 3, pag. 186.

(2) Recentemente a Biblioteca Nacional de Lisboa adquiriu na Alemanha dois destes incunábulos, impressos pelo Rabi Eliezer Toledano, cujos nomes e autores são:

*Comentário sobre o Pentateuco*, pelo Rabi Moshe ben Nahman (Nahmanides), Lisboa, 1489.

*Pentateuco*, Livros 1.º e 2.º, com a versão aramaica de Onkelos e o comentário de Rashi, Lisboa, 1491.

## I

## AS LÁPIDES HEBRAICAS DO MUSEU ARQUEOLÓGICO DO CARMO EM LISBOA

É neste Museu que se encontra a maior colecção de lápides hebraicas e por elas encetaremos o nosso estudo.

Apraz-nos, todavia, antes de mais nada, registrar aqui os nossos fervorosos agradecimentos ao nosso bom amigo, o distintissimo Director deste Museu, Sr. Coronel Francisco A. Garcez Teixeira, pela extrema amabilidade e valioso concurso que sempre nos dispensou no decorrer dos nossos estudos.

A colecção hebraica do Museu do Carmo consiste em quatro lápides, sendo três funerárias — das quais uma relativamente moderna — e uma bellissima inscrição da antiga sinagoga do Porto.

## LÁPIDES FUNERARIAS

A mais moderna (fig. 1) é uma lousa sepulcral de calcário, muitíssimo bem conservada, de 1<sup>m</sup>,80 × 0<sup>m</sup>,66, cujas letras têm 0<sup>m</sup>,04 de comprimento. Foi encontrada no Depósito de Marinha de Azinhaira (freguesia do Seixal) e transferida, em 1902, para o Museu do Carmo, onde está catalogada com o n.º 3792.



Fig. 1

Transcrição :

מצבת

קבורת הבחור יהודה

בן רימוך נלבֵע יום ה'

כ"ט תשרי ש' התקע"ה

I. B.

Tradução :

1.<sup>a</sup> linha : Lápide

2.<sup>a</sup> linha : sepulcral do moço Iahudah

3.<sup>a</sup> linha : Ben-Rimoh, que faleceu na 5.<sup>a</sup> feira.

4.<sup>a</sup> linha : 29 de Tishri do ano de 5575.

5.<sup>a</sup> linha : I (ahudah) B (en Rimoh)

Observações :

A data hebraica indicada de 29 de Tishri de 5575, corresponde a 13 de Outubro de 1814 da era cristã, e a família Ben-Rimoh ainda hoje existe em Gibraltar.

A abreviatura נלבֵע — 3.<sup>a</sup> palavra, da 3.<sup>a</sup> linha — corresponde a : נפטר לבית עלמו, que significa literalmente : *libertou-se para a casa da eternidade*, maneira metafórica de dizer — faleceu —.

A abreviatura ש' — 3.<sup>a</sup> palavra, da 4.<sup>a</sup> linha — corresponde a שנת, que significa *ano*.

Conquanto esta lápide seja relativamente moderna, não deixa de ter um certo interesse histórico, visto que documenta a data aproximada da volta dos Judeus a Portugal depois da expulsão de 1497.

Este regresso devia ter começado nos fins do século XVIII, pois que a primeira lápide funerária hebraica, depois da expulsão, que se conhece em Lisboa, (cemitério dos ingleses), é de José Amzalak, que faleceu em 26 de Fevereiro de 1804.

A volta dos Judeus a Portugal, ainda antes de terminada a Inquisição, demonstra bem o amor dos Judeus portugueses pela sua antiga Pátria, pois só assim se explica que, voluntariamente, se viessem expôr ás perseguições do terrível tribunal que, conquanto já na

decadência <sup>(1)</sup>, era ainda bastante de temer, como se prova com a proclamação da Inquisição, datada de 10 de Fevereiro de 1815, cujo original devidamente autenticado com as respectivas assinaturas e selo branco, nos foi gentilmente oferecido pelo nosso bom amigo, o erudito major, Sr. G. L. Santos Ferreira.

A título de curiosidade transcrevemos aqui este importante documento :

«OS INQUISIDORES APOSTOLICOS CONTRA A HERETICA PRAVIDADE, e apostasia nesta cidade de *Coimbra* e seu distrito, etc. Fazemos saber aos que a presente virem, ou della por qualquer via tiverem noticia, que considerando Nós a obrigação, que temos de procurar reprimir, e extirpar todo o delicto, e crime de heresia e Apostasia para maior conservação dos bons costumes, e pureza da nossa Santa Fé Catholica; e sendo informados, que algumas pessoas, por não terem perfeito conhecimento dos casos, que pertencem ao Santo Officio, deixão de vir denunciar de alguns delles; e desejando achar meio, para que os Fieis Christãos não fiquem com as suas consciencias encarregadas, ao mesmo passo que se facilita a propagação dos erros, e dos crimes, Nos pareceo mandar publicar de novo todos os ditos casos com esta nossa Carta monitoria: Pela qual, *Auctoritate Apostolica*, mandamos a todas, e quaesquer pessoas Ecclesiasticas, Seculares, e Regulares, de qualquer gráo, estado, preeminencia, ordem, e condição que sejão, isentas e não isentas, em virtude de santa obediencia, e sobpena de excommunhão maior *ipso facto incurrenda*, cuja absolvição a Nós reservamos, que em termo de trinta dias primeiros seguintes, que lhes assignamos pelas tres Canonicas admoestações, termo preciso, e peremptorio, dando-lhes repartidamente dez dias por cada admoestação, venhão denunciar, e manifestar ante Nós o que souberem dos casos abaixo declarados.»

«Se sabem, ou ouvirão que algum Christão baptizado haja dito, ou feito alguma cousa contra nossa Santa Fé Catholica: haja duvi-

---

(1) O decreto das Côrtes, abolindo o Tribunal da Inquisição, é de 31 de Março de 1821. O último auto-de-fé, celebrado em Lisboa, foi em Dezembro de 1768; mas em 1808, ainda houve perseguições e matanças de cristãos-novos em Bragança, Fozcoa, Moncorvo, etc., conforme relata o Sr. Lúcio de Azevedo, no seu livro *Historia dos Cristãos-Novos Portugueses*, Lisboa, 1922, pag. 358.

dado, ou sentido mal de algum dos Artigos della, e de tudo aquillo que tem, crê, e ensina a Santa Madre Igreja de Roma, ainda que o saibão em segredo natural, como seja fóra da Confissão.»

«Que alguma pessoa depois de baptizada, negue, ou escarneça com palavras, ou acções a verdadeira Religião, ou cubra a sua impiedade com o nome de filosofia ou de espirito forte, ou com outro qualquer, desprezando toda a revelação, e pretendendo governar-se só pelos dictames da razão natural, dizendo ou dando a entender, que não ha mais que nascer, e morrer, nem a esta vida segue outra eterna, em que ha Paraiso para os bons, e Inferno para os máos. Que profira ou haja proferido alguma blasfemia contra Deos nosso Senhor ou contra algum dos seus Mystérios, ou contra a pureza da Virgem Santissima Nossa Senhora, não crendo que foi Virgem antes do parto, no parto, e depois parto.»

«Que siga, ou haja seguido em algum tempo, a maldita seita de Mafamede, observando algum dos preceitos do seu Alcorão.»

«Que tenha, ou haja tido crença na Lei de Moysés, não reconhecendo a Christo JESUS nosso Redemptor por verdadeiro Deos, e Messias promettido aos Patriarcas, e profetizado pelos Profetas, praticando os ritos, e ceremonias Judaicas, abstendo-se das cousas prohibidas na Lei velha, observando os jejuns, que os Judeos costumam jejuar, solemnizando suas Pascoas, ou fazendo outro algum acto, que se conheça ser da dita Lei de Moysés.»

«Que tenha, ou haja tido por boas as seitas de Luthero, e Calvino, e de outro qualquer Heresiarca dos antigos e modernos condemnados pela Igreja »

«Dizendo, e affirmando que o homem não tem liberdade para livremente obrar, ou deixar de obrar o bem, e o mal; ou que a Fé sem obras basta para a salvação da alma; e que nenhum Christão baptizado, e que tenha Fé, póde ser condemnado; ou que não são peccados mortaes alguns dos que a Igreja declara por taes, como a onzena, e a fornicção simples.

«Sentindo mal de algum dos Sacramentos da Santa Madre Igreja, como negando, ou duvidando estar real, e verdadeiramente o Corpo de Nosso Senhor JESU Christo no Santissimo Sacramento da Eucharistia, e dever ser venerado, com a mesma adoração, que he devida a Deos.»

«Negando, ou duvidando serem as pessoas obrigadas por pre-

ceito Divino a confessarem seus peccados aos Sacerdotes, affirmando que basta confessarem-se a Deos.»

«Negando, ou duvidando que haja Purgatorio, em que as almas, que neste mundo não satisfazem inteiramente as culpas, são purgadas primeiro que vão gozar da Bemaventurança, ou que a estas almas aproveitem os suffragios da Igreja, como Missas, Orações e esmolas.»

«Negando ao Summo Pontifice a primazia aos outros Bispos; e á Igreja o poder de conceder Indulgencias; e a estas a efficacia de aproveitarem ás almas.»

«Negando haverem de ser venerados os Santos, e tomados por nossos intercessores diante de Deos, ou recusando a veneração ás suas Reliquias, e Imagens.»

«Negando a obrigação dos jejuns nos tempos ordenados pela Igreja, ou sentindo mal dos Votos, Religiões, e Cerimonias approvadas pela mesma Igreja.»

«Se sabem, ou ouvirão que alguma pessoa mostre nas acções sentir mal, ou escarnecer dos Sacramentos, assim como da Ordem, e do Matrimonio, celebrando Missa, ou confessando sacramentalmente sem ter a Ordem de Presbytero, ou casando-se publicamente em face da Igreja, depois de ter feito voto solemne de castidade, ou recebido Ordens Sacras, ou casando segunda vez, sendo vivo o primeiro marido, ou mulher.»

«Se sabem, ou ouvirão que algum Confessor Secular, ou Regular, de qualquer dignidade, ordem, condição, e preeminencia que seja, haja commettido, solicitado, ou de qualquer maneira provocado para si, ou para outrem actos illicitos, e deshonestos, assim homens como mulheres, no acto da Confissão sacramental, antes, ou depois della immediatamente, ou com occasião, ou pretexto de ouvir de Confissão, ou outro qualquer escolhido para este effeito, fingindo que ouvem de Confissão.»

«Se sabem, ou ouvirão, fora da Confissão, que algum Confessor Secular, ou Regular perguntasse no acto da Confissão Sacramental aos penitentes os nomes dos complices do seu peccado, e o lugar, onde assistem, negando a absolvição aos que assim não declararem, ou tenham por licita semelhante doutrina.»

«Se sabem de alguma pessoa, ou pessoas, que tiverem commettido, o nefando, e abominavel peccado de sodomia.»

«Se sabem, ou ouvirem que alguma pessoa exercite a Astrologia

Judiciaria, ou faça feiticerias, ou quaesquer superstições, usando mal a este fim de cousas sagradas, pretendendo ter pacto tacito, ou expresso com o diabo, invocando-o, ou venerando-o.»

«Se sabem, ou ouvirão que algumas pessoas fação, ou por qualquer modo concorrão para se fazerem ajuntamentos, aggregações, ou conventiculos intitulados *De Liberi Muratori*, ou *Francs Maçons*, vulgo *Pedreiros Livres*, ou com outro qualquer titulo, conforme a variedade dos idiomas.»

«Se sabem, ou ouvirão que alguma pessoa, sem legitima licença, comprasse, ou vendesse, tenha, ou leia Livros, ou escritos, que claramente continhão qualquer dos sobreditos erros, ou sejam prohibidos, ou embaraçados para correrem pelo Tribunal competente.»

«Se sabem, ou ouvirão que alguma pessoa penitenciada pelo Santo Officio por culpas, que nelle haja confessado, dissesse depois que confessara falsamente ou que não havia commettido, ou desco-brissee o segredo, que passára na Inquisição, ou detrahisse a authoridade, e recto ministerio do Santo Officio.»

«As quais cousas todas, e cada huma dellas, que souberem por qualquer via sejião commettidas, ou daqui em diante se commetterem, as virão denunciar na Meza do Santo Officio, por si, ou por interposta pessoa; e nos logares onde houver Commissario do Santo Officio, denunciarão diante delle; e onde os não houver, cada qual a seu Confessor, o qual dentro do mesmo termo será obrigado ao fazer saber ao Santo Officio; e passado o dito termo de trinta dias, não vindo fazer denunciação do que souberem (o que Deos não permita) por estes presentes escritos pomos em suas pessoas, cujos nomes e cognomes aqui havemos por expressos, e declarados, excommunhão maior, e os havemos por requeridos para os mais procedimentos que contra elles mandamos fazer, conforme a Bulla da Santa Inquisição, além de incorrerem na indignação do Omnipotente Deos, e dos Bemaventurados S. Pedro, S. Paulo, Principes dos Apostolos. E sob a mesma pena mandamos, que pessoa alguma não seja ousada a impedir, ou aconselhar que não denunciem, ameaçando, subornando, ou fazendo algum mal aos que quizerem denunciar, ou houverem denunciado, ainda com pretexto de ser necessaria a licença dos Prelados maiores, sejam Seculares, ou Regulares.»

«E com a mesma authoridade Apostolica mandamos com pena de excommunhão maior, e de sincoenta cruzados applicados para as

despezas do Santo Officio, a todos os Priores, Vigarios, Reitores, Curas, e mais pessoas Ecclesiasticas, Seculares, ou Regulares, a quem esta nossa Carta for apresentada, que no dia, e hora, que lhes for apontada a leião, ou fação ler em suas Igrejas em voz alta, e intelligivel, para que venha á noticia de todos, e não haja quem possa allegar ignorancia.»

«Esta mesma Carta mandarão pôr em huma taboa, e a guardarão cada hum em a Sacristia da Igreja, ou Convento, na qual estará sempre, e nos annos seguintes a lerão, e publicarão na primeira Dominga de cada Quaresma. E requeremos da parte da Santa Sé Apostolica aos Senhores Arcebispos, Bispos, e Reverendos Cabidos, Sede vacante, e Prelados maiores das Sagradas Religiões, que fação pôr com os mais Capitulos de visitações hum, para que os Senhores Visitadores perguntem nas occasiões de visita, se os Parocos, ou Prelados menores cumprem com as suas obrigações, publicando esta dita Carta na forma, que fica ordenada; e achando que alguns se descuidarão nesta parte, fação summario, que Nos será enviado, para procedermos contra elles, conforme seu descuido, ou culpa merecer.»

«Dada em *Coimbra* no Santo Officio sob nossos signaes e sello delle aos dez dias do mez de *Fevereiro de mil oito centos e quinze annos.*»

«*José de Jesus Pereira* a subscrevi.»

«*Luiç Rebello de Albergaria Monteiro* — *José Paes de Sá Menezes.*»

(Sêlo branco da Inquisição com a divisa:  
*IN HOC SIGNO VINCES*)

Esta proclamação provém da Igreja da Misericórdia de Coimbra.

As restantes duas lápides, que deram entrada no Museu do Carmo ainda no ano de 1874, têm estado inéditas até agora, por um acaso muito curioso, que achamos interessante relatar:

Diz o Sr. J. da Silva: <sup>(1)</sup> «Logo que vieram (as duas lápides) para o Museu do Largo do Carmo, tiramos cópias *feis* (sic) d'esses

(1) *Descoberta rara feita no Algarve*, já cit., pag. 44.

caracteres, para se consultar os principaes *epigraphistas* de Londres, Paris e Italia, afim de se conhecer a sua verdadeira significação. Por emquanto apenas se julga pertencer a um monumento funéreo; mas esperamos receber uma interpretação completa sobre esta singular inscrição; comtudo, não desejando privar por mais tempo os leitores d'este Boletim, do conhecimento de tão curiosa descoberta, damos esta succinta noticia.»

Porém, os leitores deste Boletim nunca receberam a prometida interpretação, visto que os epigrafistas estrangeiros não conseguiram decifrar nada das cópias «fieis» que lhes foram enviadas, apesar de que as inscrições originaes são bastante nítidas e legíveis

Foi-nos dado ver uma destas cópias litografadas em 1874, e constatámos que as ditas cópias eram, efectivamente, tão «fieis» que mesmo todos os traços e defeitos do corte das pedras figuravam misturados com as inscrições, numa confusão de tal ordem, que nada se podia decifrar, a não ser que se tratava dumas inscrições funerárias hebraicas.

Por esta razão nos cabe o grande prazer de poder trazê-las, pela primeira vez, após a sua descoberta em 1874, á luz do dia.

Estas lápides foram achadas no lugar de Espiche, próximo de Lagos, onde deviam ter servido de tronco de ferrar, a julgar pelos seis furos circulares, três em cada pedra, separados uns dos outros e correspondentes, na mesma altura, dois a dois, como se pode ver nas fig. 2 e 3.

Como dissemos, são elas lousas sepulcrais, provenientes, provavelmente, do antigo cemitério judaico de Espiche, e abertas em pedras calcárias, de forma prismática, sendo a parte externa formada, numa delas por três faces de  $c^m,20$  de largura cada uma, e na outra por duas faces de  $0^m,30$ , faces sobre as quais foram gravados os caracteres.

As inscrições, como veremos, não têm nenhuma indicação de data, mas basta examinar a forma primitiva dos caracteres, para ver que se trata dumas inscrições antiquíssimas, devendo ser as duas, ainda que gravadas por artistas diferentes, da mesma época, aproximadamente.

Como resultado das nossas investigações grafológicas, para poder determinar a época aproximada a que pertencem, encontramos na *Jewish Encyclopædia*, na palavra *Manuscripts*, e no desenho-tipo

n.º 2 uns caracteres quasi idênticos aos destas inscrições, e que vêm classificados como *square-writing, early oriental*, usados nos séculos VI e VII. Por esta referência fidedigna pode deduzir-se a grande

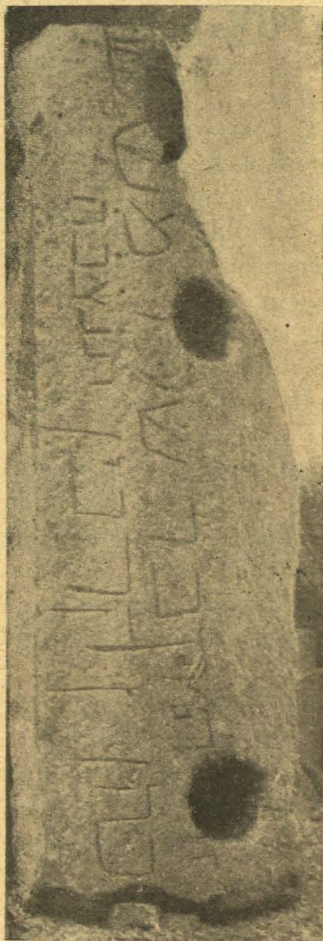


Fig. 2

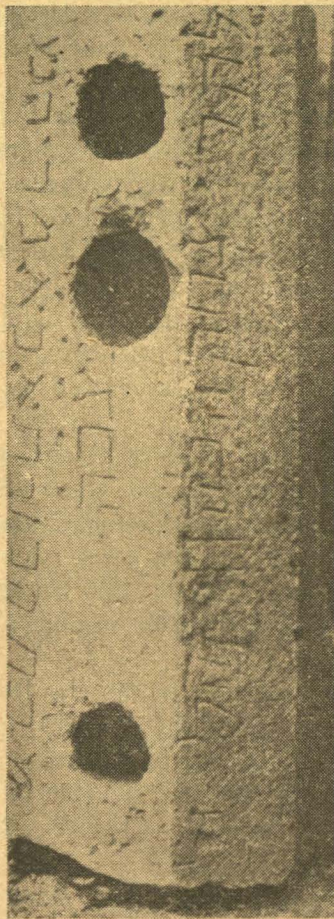


Fig. 3

antiguidade destas inscrições, que constituem com a lápide encontrada em Tortosa (provincia de Valencia, Espanha) (1), também atri-

(1) M. Schwab, obra já cit., pag. 235.

buida ao século vi, os documentos hebraicos mais antigos que se conhecem, até agora, na Península Ibérica.

Examinemo-las cada uma separadamente :

A de três faces (fig. 2) mede 1<sup>m</sup>,40 × 0<sup>m</sup>,60, sendo as letras de 0<sup>m</sup>,07 de comprido e está catalogada com o n.º 3877.

Transcrição :

מצבת קבורת אבא מריה נע

תנצבה

להר יצחק הכהן ן יקהל זל

Tradução :

1.<sup>a</sup> linha: Lápide sepulcral de Aba Marieh, que a sua alma esteja no paraíso.

2.<sup>a</sup> linha: Descansa em paz.

3.<sup>a</sup> linha: Do Rabino Isaac Hacohen, filho de Iakhal, bemdita seja a sua memória.

Observações :

Notam-se nesta lápide duas inscrições, abrangendo uma a primeira linha, e outra as duas linhas restantes. Cada inscrição refere-se a uma pessoa, o que demonstra a pobreza da comunidade judaica de Espiche, nesta época, visto que a mesma lápide serviu para duas pessoas.

Do exame das inscrições se conclui também, que não foram feitas ao mesmo tempo, mas sim em ocasiões diferentes e por artistas diferentes.

As diversas abreviaturas, que figuram nesta inscrição, que se distinguem pelos pontos colocados sobre as letras, são todas as que ainda, actualmente, se usam nas inscrições hebraicas, e correspondem ás palavras seguintes :

נע — no fim da 1.<sup>a</sup> linha — equivale a נשמרתו עדן e significa : *a sua alma (esteja) no paraíso.*

הַ נְצַבְהָ — da segunda linha, corresponde a :

תהי נשמתו צרורה בצרור החיים

o que, na tradução literal, significa : *seja a sua alma ligada ao feixe da vida*, correspondendo, esta fórmula hebraica, á fórmula — R. I. P. — dos latinos.

י — 3.<sup>a</sup> letra da 3.<sup>a</sup> linha, corresponde a רב (Rab ou Rabi), que é título vulgarmente usado entre os hebreus, como o *Don* dos hespanhois.

י — 12.<sup>a</sup> letra da 3.<sup>a</sup> linha, corresponde a בן, (Ben ou Ibn), que significa : *filho de*.

י — última palavra da 3.<sup>a</sup> linha, corresponde a זכרונו לברכה, e significa : *bem dita seja a sua memória*.

A segunda destas lápides (fig. 3), muito semelhante á primeira, mas um pouco mais deteriorada, tem, como já dissemos, duas faces, encontrando se as duas linhas da sua inscrição gravadas, apenas, numa delas.

Mede 1<sup>m</sup>,45 × 0<sup>m</sup>,60 e está catalogada com o n.º 3858.

Transcrição :

(?) זה הקבר של ר' מושנונה

כהן י קרבין תנצבה

Tradução :

1.<sup>a</sup> linha : Esta tumba é de Rab Moshnuna... (?)

2.<sup>a</sup> linha : Cohen, filho de Karbin, descansa em paz.

Observações :

Aqui encontramos tambem as abreviaturas : י, י e הַ נְצַבְהָ que já explicámos. Esta lápide acha se bastante mutilada pelos buracos que suprimiram algumas letras, mas que, felizmente, podem facilmente deduzir-se. Porê m, a última palavra da primeira linha está bastante deteriorada, podendo ler-se, apenas, do nome do defunto, as primeiras letras : *Mosh...* que, a julgar pelo espaço que fica, podia ser Moshe, Moshnuna ou cousa parecida.

INSCRIÇÃO DA SINAGOGA DE MONCHIQUE,  
NO PORTO

É, sem dúvida, esta lápide a mais interessante e a mais perfeita de todas as que se conhecem em Portugal, até agora.

Provém da antiga sinagoga de Monchique, no Porto, perto do sítio que, ainda hoje, se denomina *Monte dos Judeus*.

Sobre esta inscrição se têm feito vários estudos, sendo o mais importante o que vem publicado no *Archivo Histórico Portuguez*, vol. II, 1904, pags. 188 e 419, por Sousa Viterbo, com a colaboração do distinto professor hebraísta Sr. José Benoliel, e do qual, com a devida vénia, extraímos alguns dados históricos.

A primeira sinagoga, que parece ter sido edificada no Porto, foi a de Monchique, fora do recinto da cidade, por não ter sido, provavelmente, autorisada a sua construção dentro da cidade, como devia ter também sucedido com as outras sinagogas, como adiante veremos.

Só mais tarde é que a Câmara Municipal do Porto autorisou a edificação da nova e última judiaria dentro do recinto da cidade, no campo do Olival, onde existe, actualmente, o templo de S. Bento da Vitória.

No seu opúsculo — *A Synagoga do Porto* — o Sr. Cherubino Lagoa transcreve, resumidamente, do Arquivo Municipal do Porto, o contrato que, sobre este assunto, foi celebrado entre a Câmara e os judeus, com a autorisação de D. João I, a 2 de Julho de 1426, da era de Cesar, ano de Cristo 1388.

Quanto á sorte da antiga sinagoga de Monchique, não se sabe por que razão D. João I fez dela mercê, em 1410, a Gil Vaz da Cunha. (1)

Não é plausível admitir, como pensa o Dr. Sousa Viterbo, que, por um convénio especial com D. João I, abandonassem os judeus do Porto a sua antiga sinagoga a favor de el-rei, em troca da autorisação de construir uma nova judiaria dentro do recinto da cidade.

Somos mais inclinados a pensar que o Mestre de Aviz, tendo

---

(1) *História Seráfica*, por Fr. Fernando da Soledade, 4.<sup>a</sup> parte, cap. XIV, pag. 305.

adoptado como norma da sua politica o conselho que lhe dera o seu velho amigo Alvaro Paez: «dai aquillo que não é Vosso, prometei o que não tendes e perdoai a quem Vos errou» (1), tenha seguido o mesmo sistema para com a sinagoga de Monchique, doando a, sem mais forma de processo, a um dos seus fidalgos, em paga dos seus serviços.

Fóra de razões políticas, qualquer pretexto servia para desapossar os judeus dos seus bens. Assim, a simples denúncia de que um judeu tinha comprado ouro, prata ou moedas, o que lhes era proibido nesta época, bastava para que o denunciante fosse logo investido nos bens do judeu acusado. (2)

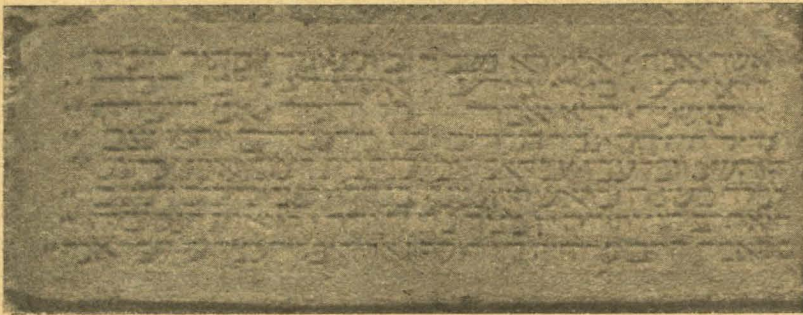


Fig. 4

Esta facilidade de procedimento e a cobiça das avultadas fortunas que os judeus possuíam, devia ter dado lugar a muitos abusos, a ponto de obrigar D. João I a atenuar esta lei de doações dos bens dos judeus, no sentido de reprimir os abusos.

Este texto da lei começa assim :

«Algũs da nossa Corte e outros algũs nos pedirom algũs bẽes d'algũs judeos, dizendo que os seus bẽes eram nossos e os podíamos dar de dereito, por quanto comprarom ouro, ou prata, ou mœedas contra nossa defeza.» (3)

(1) Mendes dos Remédios, obra já cit. pag. 198.

(2) Idem, idem, idem, pag. 218.

(3) *Historia Social, Politica y Religiosa de los Judios de España y Portugal*, por D. José Amador de los Rios, Madrid, 1876, tomo II, pag. 418.

São estas as razões que nos induzem a pensar que a sinagoga de Monchique também devia ter sido esbulhada aos judeus, á sombra de qualquer falsa denúncia ou da conveniência régia.

Os sucessores de Gil Vaz da Cunha adaptaram, em 1534, o edificio da antiga sinagoga para um convento de freiras da ordem observante de Santa Clara. Em 1875, foi este convento vendido em hasta pública ao industrial Joaquim Guimarães Messener e transformado num depósito industrial e mercantil. *Sic transit gloria mundi.*

Em 3 de Fevereiro de 1875, foi a referida lápide, que estava colocada no muro interior do extinto convento a «altura conveniente para poder ser lida» — o que parece provar que não foi deslocada da sua primitiva posição no edificio da antiga sinagoga — transferida para o Museu do Carmo, onde occupa um logar de honra no centro dum belo pórtico Renascença.

Esta lápide (fig. 4) é de granito, mede 1<sup>m</sup>,54 × 0<sup>m</sup>,63, sendo o comprimento das letras de 0<sup>m</sup>,04. A primeira linha da inscrição começa a uma distância de 0<sup>m</sup>,065 da aresta superior, terminando, a última linha, a 0<sup>m</sup>,08 da aresta inferior, deixando duas margens também de 0<sup>m</sup>,08.

Está catalogada com o n.º 2313.

Transcrição :

אשר יאמר איך לא נשמר בית נאמר בתוך חומה  
 הלא יודע כי לי מודע אשר יודע רמי קומה  
 אותי שומר הלא יאמר קל וחומר אני חומה  
 גדול היהודים גביר הגדודים בעמוד נגידים והנו נצב  
 דורש טוב לעמו עבד אל בתומו בנה בית לשמו אבני מחצב  
 למלך משנה בראש הוא נמנה בגדלו ולפני מלכים יתיצב  
 הוא הרב דון יהודה ן מניר נר יהודה ולו יאות הנסוכה  
 במאמר הרב שיחיה דון יהוסף ן אריה פקיד נגיד על המלאכה

## Tradução :

1.<sup>a</sup> linha : Que (se alguém) disser : ' Como não foi resguardado este edificio ' dentro dum recinto ? "

2.<sup>a</sup> linha : Que saiba ' que tenho um amigo ' que priva ' com altas personagens "

3.<sup>a</sup> linha : Que me guarda, ' e que dirá : ' Decerto, ' eu sou (o teu) muro (protector). "

4.<sup>a</sup> linha : (Ele é) o mais eminente dos judeus, ' forte entre os guerreiros, ' e poderoso entre os ricos. "

5.<sup>a</sup> linha : Benéfico protector do seu povo, ' serve Deus com zêlo; ' edificou um templo em honra de Ele, ' de pedra talhada. "

6.<sup>a</sup> linha : Ministro de El Rei, ' ocupa o primeiro lugar ' em grandeza, e na presença dos reis ele tem (o seu) assento. "

7.<sup>a</sup> linha : É o Rabino Don Yahudah ' ibn Maner, ' luz dos hebreus, ' e a ele compete a suprema autoridade. "

8.<sup>a</sup> linha . Por ordem do Rabino, que viva, ' Don Joseph ibn Arieh, ' intendente e encarregado da obra. "

## Observações :

Esta inscrição é uma poesia dum estilo especial, complicado e forçado, muito usado na Edade-Média, pelos poetas sacros hebreus. Os traços simples (') marcam os finais de cada verso e os duplos (") os finais de cada estrofe.

A respeito do valor poético e literário desta inscrição, obra dum poeta desconhecido, diz o Sr. José Benoliel no mencionado estudo do Dr. Sousa Viterbo :

«O estylo é fraco, forçado e pouco correcto; as rimas não primam pela variedade nem riqueza, e a medição offerece várias irregularidades. Em summa, não é obra de poeta nem de grammatico.»

Mas apesar do fraco valor literário desta inscrição, ella é, contudo, sob este ponto de vista, superior á da sinagoga de Lisboa, como adiante veremos.

Quanto á época da construção da sinagoga de Monchique, diz o Dr. Sousa Viterbo :

«Ignora-se, tambem, a época em que a synagoga foi erigida,

pois não dá indicação nenhuma a este respeito a sua inscrição comemorativa.»

Efectivamente, como vimos, a lápide não contém outra referência cronológica, senão a indicação dos nomes dos dois bemfeitores que pretendia perpetuar: o do ministro *Don Iahudah ibn Maner*, e o do rabino *Don Joseph ibn Arieh*.

Pelo estudo grafológico da inscrição, comparando-a com as das antigas sinagogas de Belmonte e de Lisboa, que, como adiante veremos, são do fim do século XIII e principio do século XIV, respectivamente, chegamos á conclusão, tanto pelo estilo da composição, como pela fórma mais perfeita e mais moderna das letras, que a inscrição da sinagoga de Monchique, é, sem dúvida, posterior á de Lisboa. Por outro lado, ela é, forçosamente, anterior a 1410, ano em que a sinagoga foi transformada em vivenda senhorial, por ordem de D. João I.

No reinado de D. Fernando I, encontramos como almoxarife-mór e arrendador-mór de Portugal, em 1375, a *D. Iahudah ben Moise Navarro*, tendo como representante no Porto o rabi *D. Joseph ben Abasis* (1).

Ainda que estes nomes não correspondam, pelo que respeita aos apelidos, aos da inscrição, a circunstância da coincidência da época em que viveram, com a era provável da lápide, leva-nos a crêr que se trate das mesmas pessoas. Não nos atrevemos, todavia, a affirmá-lo categoricamente, porquanto para isso teríamos de admitir que tenha havido erro nos apelidos por parte do historiador.

Um outro ponto debatido pelos diversos comentadores desta lápide, principalmente pelo Sr. Benoliel, é sobre se a sua inscrição é completa ou não.

Como verificámos no relato do Dr. Sousa Viterbo, (2) não lhe foi possível obter uma reprodução fotográfica da dita lápide e teve de recorrer a um decalque de gesso.

Deu-se o caso que o referido decalque, como se verifica na fotografia inserta no citado estudo, não abrange a lápide inteiramente, mas apenas se limita a reproduzir o texto na íntegra, faltando o espaço livre superior que tem na lápide 0<sup>m</sup>,065 de largura.

(1) Mendes dos Remédios, obr. cit. pag. 163.

(2) Pag. 191 da obra citada.

Este facto levou o Sr. Benoliel a supôr que a lápide estava incompleta porquanto diz ele: (1)

«Da inscrição que possuímos, e actualmente se conserva no Museu do Carmo, falta o principio, suprimido pelos que para tirar partido da pedra — grande de mais para o que a destinavam — tiveram de a desbastar, como se vê da irregularidade da parte superior da lápide e da falta de márgem nesta parte, onde estheticamente era mais precisa, desde que essa margem foi respeitada nos outros trez lados da inscrição.»

E nesta sugestão, baseou, o Sr. Benoliel, uma série de considerações, que cáem pela base, visto que a lápide está absolutamente completa.

## II

### INSCRIÇÃO DA SINAGOGA DE BELMONTE

Foi numa doce e quieta tarde de primavera, descendo do alto da colina que domina Castelo Branco, posta ainda mais em relevo pelas esbeltas ruínas da Torre de Menagem e de alguns fracos vestígios da antiga cidadela, que errámos tristes e pensativos através do labirinto das ruas estreitas e abruptas, onde antigamente se estendia a importante e industriosa judiaria de Castelo Branco.

Pouco ou nada deve ter ficado desses tempos antigos a não ser os descendentes de algumas familias judaicas, como são os: Paivas, Pêsoas, Silvas, Rodrigues, Morões, Campos, Tavares, Henriques, etc., que produziram uma importante geração de ilustres sábios, médicos eminentíssimos e importantes industriais.

O vulto judaico mais eminente, que teve o berço nesta cidade, foi o grande clínico, de fama mundial, João Rodrigues de Castelo Branco, universalmente conhecido pelo seu pseudónimo Amatus Lusitano.

Este grande sábio português, que chegou a ser uma eminência médica mundial, foi perseguido na sua Pátria pelo «crime» de pertencer a uma familia de cristãos novos, a ponto de ser obrigado, para escapar às torturas da Inquisição, a abandonar para sempre a sua Pátria-mãe.

(1) Pag. 420 da obra citada.

Chegando a terras estrangeiras, mais hospitaleiras, e retomando a sua antiga fé judaica, não hesitou em ligar ao seu antigo apelido hebraico de Habib (Amatus) o nome da sua terra de origem — Lusitano — honrando assim, com a sua glória universal, a Nação Judaica e a sua Pátria Portuguesa. Nasceu em Castelo Branco em 1511 e faleceu em Salónica em 1568.

Absortos por estas tristes e longinquoas reminiscências do glorioso



Fig. 5

passado de Castelo Branco, penetrámos no Museu Municipal, que tem o nome do seu fundador, Francisco Tavares Proença Júnior.

Qual não foi a nossa surpresa ao encontrar, logo à entrada do Museu, uma lápide com uma bela e nítida inscrição hebraica, que se conservava desconhecida entre diversos monumentos preistóricos.

Graças à gentileza e amabilidade do actual Director do Museu, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Manuel de Paiva Pessoa, pudemos tirar a lápide para fora da penumbra da sala e examiná-la à luz do dia.

Tem ela (fig. 5) 0<sup>m</sup>,58 × 0<sup>m</sup>,40 e letras de 0<sup>m</sup>,045 a 0<sup>m</sup>,04 de comprimento.

A sua inscrição é um versículo da Biblia: Liber Habakuk, cap. 2, vers. 20.

Transcrição :

וּיְבַחֵל

קְדוֹשׁ הוּא

מִפְנֵי כָל הָא

רְיָן

Tradução :

- 1.<sup>a</sup> linha : E Adonai (Deus) está no seu templo
- 2.<sup>a</sup> linha : sagrado, emudece
- 3.<sup>a</sup> linha : perante Ele toda a ter-
- 4.<sup>a</sup> linha : ra.

Observações :

Esta inscrição, que como se vê pertenceu a uma sinagoga, foi, segundo uma resumida indicação deixada pelo falecido fundador do Museu, achada em Belmonte (Beira-Baixa).

Da forma antiquada das letras, assim como da maneira abreviada como está escrita a primeira palavra — ADONAI — e também da divisão da última palavra, divisão que raras vezes se emprega nas inscrições hebraicas, deduz-se a grande antiguidade dêste documento.

Examinando mais atentamente a inscrição, tivemos o grande prazer de achar a sua data, pela indicação que tem na segunda palavra da primeira linha.

Efectivamente, sobre esta palavra distingue-se um ponto, estando ainda a última letra um pouco mais afastada, o que se emprega habitualmente nas inscrições hebraicas para chamar a atenção e indicar que, fóra da sua significação literal, a palavra tem ainda outra, neste caso numérica, que é a indicação de que a soma das suas letras representa o ano da inscrição, visto que, em hebraico, como em latim, as letras representam também números.

A soma das letras desta palavra prefaz 57, subentendendo-se, conforme o costume judaico, o algarismo dos milhares, que é de 5000, indicando assim o ano de 5057 da era hebraica, que corresponde a 1297 da era cristã.

A aludida palavra, representativa do ano, que significa — no templo — está escrita בַּחֵלֶל em vez de בַּחֵלֶל, como devia ser, isto é, falta a letra ם (iude) entre a segunda e terceira letras.

Esta letra, que é muda, não prejudicando por isso em nada a pronúncia da palavra com a sua supressão, devia ter sido intencionalmente suprimida para que a soma das letras prefizesse exactamente o número do ano.

A abreviatura da primeira palavra — ADONAI — (Deus), também é muito curiosa, aparecendo aqui escrita com três iudes, dispostos em forma de triângulo isósceles (׃).

Efectivamente, na escrita hebraica moderna, escreve-se a abreviatura de Adonai só com dois iudes (׃), mas na escrita antiga, tanto nos incunábulo hebraicos impressos em Portugal, desde 1485, como na inscrição da sinagoga de Lisboa, do princípio do século XIV, esta abreviatura aparece com três iudes, umas vezes ligados com um traço, outras sem êle, forma cabalística que, por si só, demonstra a antiguidade e a origem sefardita-ibérica da inscrição.

E' também digno de mencionar que a última letra da 3.<sup>a</sup> linha (ס) está escrita na sua fôrma chamada fenícia, como aparece nos incunábulo, na escrita cursiva dos comentadores Nahmánides e Rashi.

A divisão da última palavra אֶרֶץ (a terra), com as duas letras finais na 4.<sup>a</sup> linha, é muito rara e até imprópria para um hebraista, o que prova a inexperiência e mesmo a pouca cultura hebraica do gravador.

Restava-nos descobrir o sitio exacto donde provém esta lápide, para ver se por êste meio podíamos achar o edificio da antiga sinagoga de Belmonte.

E foi com não pouca difficuldade que conseguimos, afinal, averiguar, em Belmonte, a proveniência exacta da nossa lápide. O defunto coleccionador Sr. Francisco Tavares Proença Junior, achou-a, em 1910, numa casa particular antiga, pertencente agora ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. José Alves Padez, que gentilmente fez presente da lápide ao Museu de Castelo Branco, e também, com muita afabilidade, nos comunicou o que, por tradição de família, sabia sobre a sua exacta proveniência:

Esteve ela, há mais de 120 anos, aproximadamente, encimando a porta duma antiga capela, já toda em ruinas nessa época, chamada de S. Sebastião, que se encontrava num largo, fora do recinto da povoação, chamado ainda hoje Largo de S. Sebastião, onde actualmente se encontra a escola primária official.

Esta capela era, sem dúvida, a antiga sinagoga de Belmonte e devia ter sido incendiada, como se vê pelos traços de fogo que se observam na face traseira da lápide. Como a dita capela já estava em ruínas há 120 anos, os donos do terreno, atraídos pelo mistério da inscrição, que não sabiam decifrar, levaram-na para casa, onde se conservou mais dum século.

O resto do edificio da dita capela ficou completamente desmantelado, conservando-se, apenas, o seu nome dado ao Largo onde fôra edificada.

Investigando o dito Largo de S. Sebastião, achámos na parede dum olival próximo, muitas pedras dum feitio antigo característico de portas e janelas, que deviam ter pertencido à sinagoga que por completo desapareceu.

Porém, na mesma povoação de Belmonte, tivemos a grande honra e inexprimível satisfação de poder assistir, numa noite de sexta-feira, a uma reunião de, chamados, *cristãos-novos*, que, como antigamente, ainda continuam a celebrar a entrada de Sábado, bem como as diversas festas e jejuns judaicos, com resas, em lingua portugueza, e cerimónias conforme a tradição judaica.

A antiga sinagoga de Belmonte desapareceu, mas não o judaísmo dos descendentes dos antigos judeus chamados injustamente, a nosso vêr, **CRISTÃOS NOVOS** <sup>(1)</sup>, porquanto ficaram, na alma, no coração e na raça, tão **JUDEUS** como nós.



Fig 6

(1) A designação de *marranos*, que os judeus applicavam aos cristãos-novos, deriva do hebreu מראת-עין (*Mare-ain*), cuja tradução literal é *cristãos na aparência* (para a vista). Não tem, por consequência a significação depreciativa que se lhe

Na fig. 6 se pode observar quão puro se tem conservado, até hoje, o tipo judaico, nos cristãos-novos.

E' a fotografia do Sr. António Pereira de Sousa, um dos mais idosos cristãos-novos de Belmonte e tambem um dos que se orgulham com a sua origem judaica, que nos aparece como resuscitado das chamas da *Inquisição*.

Esta fotografia foi tirada no Largo de S. Sebastião onde, como se disse, existiu a sinagoga.

### III

#### LÁPIDE SEPULCRAL ANTIGA DO CEMITÉRIO JUDAICO DE FARO

Esta lápide (fig. 7), foi achada no logar de Espaldão, em Faro, tendo sido incorporada no muro do actual cemitério judaico desta cidade e encontrando-se decalques dela no Museu Arqueológico de Faro, no Museu Etnológico Português de Lisboa, e no Museu do Carmo.

Tem  $0^m,35 \times 0^m,27$  e os caracteres são do comprimento médio de  $0^m,03$ .

Tem  $0^m,35 \times 0^m,27$  e os caracteres são do comprimento médio de  $0^m,03$ .

Foi já publicada, em 1903, pelo eminente arqueólogo Sr. Cardoso de Bethencourt <sup>(1)</sup>, com alguns pequenos erros de transcrição e de interpretação das abreviaturas, que aqui rectificamos.

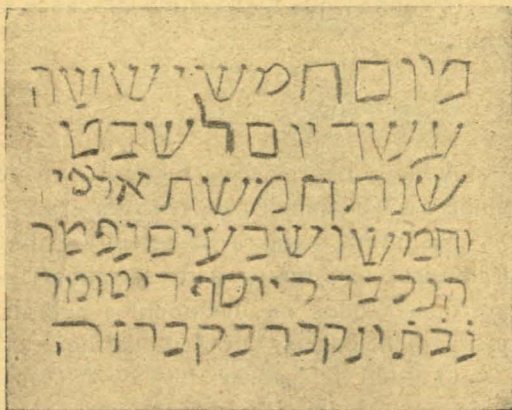


Fig. 7

atribui no extracto da obra «SENTINELA CONTRA JUDEUS» inserto no apêndice da HISTORIA DOS CRISTÃOS NOVOS PORTUGUESES por J. Lúcio d'Azevedo, Lisboa, 1922.

(1) INSCRIPTIONS HEBRAÏQUES DU PORTUGAL, por Cardoso Bethencourt, publicado no ARCHEÓLOGO PORTUGUÊS, vol. VIII, N.ºs 2 e 3, 1903, pag. 35.

## Transcrição :

ביום חמשי ששה

עשר יום לשבת

שנת חמשת אלפי

וחמש ושבעים נפטר

הנכבד ר' יוסף דיטומר

נבט ונקבר בקבר זה

## Tradução :

- 1.<sup>a</sup> linha : Na quinta-feira a de-
- 2.<sup>a</sup> linha : sasseis de Shebath
- 3.<sup>a</sup> linha : do ano cinco mil
- 4.<sup>a</sup> linha : e setenta e cinco faleceu
- 5.<sup>a</sup> linha : o respeitavel Rab Ioseph de Tomar ;
- 6.<sup>a</sup> linha : que a sua alma descance em paz, e foi sepultado neste sepulcro.

## Observações :

A data hebraica de 5.<sup>a</sup> feira, 16 de Shebath de 5075, corresponde a 23 de Janeiro de 1315 da era cristã.

Na última palavra da terceira linha falta a letra ם. É um erro gramatical não muito para estranhar, porquanto se notam sempre em quasi todos os documentos hebraicos antigos de Portugal pequenas deficiências, que demonstram a pouca cultura dos gravadores.

O titulo de ר, abreviatura de רב (rab), não implica que o defunto fosse um rabino, nem mesmo uma personagem judaica importante, e corresponde ao titulo espanhol *Don*. que se dá a toda a gente... tanto mais que o lacónico epíteto de «respeitavel», que precede o titulo de «rab», prova que não se tratava duma personalidade em destaque, porquanto em tais casos era uso empregarem-se titulos mais elogiosos. Foi, talvez, um negociante judeu, originário de Tomar, que faleceu em Faro.

Na transcrição dada pelo Sr. Cardoso Bethencourt, a última pa-

lavra da 2.<sup>a</sup> linha está transcrita erradamente שבת, em vez de שבט, como está escrita no texto. Conquanto a pronúncia destas duas palavras seja idêntica, a sua significação é, todavia, diferente, visto que a primeira se traduz por *Sábado* e a segunda significa o mês de *Shebath*.

A respeito da abreviatura ת בת ; também o Sr. Cardoso Bethencourt faz uma série de considerações, decifrando-a: נמצא בתוך תחום, que significa «foi encontrada dentro do recinto», mas esta interpretação é absolutamente errônea, porquanto a dita abreviatura se refere a: נפשו במב תלין, cuja tradução literal é: «que a sua alma descanse na bemaventurança» (1).

Em Tomar houve também uma importante comunidade judaica, como prova o facto de ter sido esta cidade uma das sédes da Inquisição, tendo havido dois autos de fé: um em 6 de Março de 1543 e outro em 20 de Junho de 1544.

Ainda hoje existe em Tomar o edificio da antiga sinagoga do século xv, na Rua Nova, então chamada Rua da Judiaria. (Fig. 8)

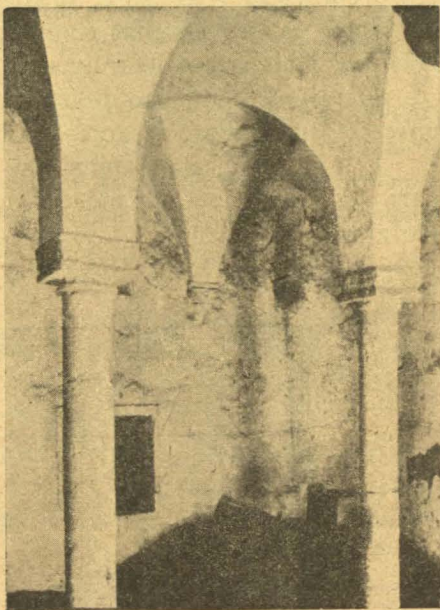


Fig. 8

Esta sinagoga, que parece nunca ter sido transformada em templo cristão, apresenta-se ainda no seu conjunto relativamente bem conservada, servindo actualmente de celeiro...

No entanto a fachada actual, que dá para a Rua Nova, com uma porta do lado Norte, devia ter sido feita posteriormente, sendo de crer que a antiga entrada principal fosse situada do lado Oeste, (conforme o costume judaico) obstruído, actualmente, por um pequeno edificio.

(1) *Salmo* 25, vers 13

Se não fosse a valiosa e oportuna intervenção do nosso presado amigo e erudito arqueólogo Coronel Francisco A. Garcez Teixeira, que conseguiu fazê-la classificar como monumento nacional, esta sinagoga teria sido destruída pelo seu actual proprietário para construção de uma vivenda.

O templo, ainda que relativamente pequeno, apresenta no conjunto um aspecto imponente e elegante.

Tem  $8^m,25 \times 9^m,50$  e, aproximadamente,  $7^m$  de altura. Possui no centro quatro esbeltas colunas, encimadas por capiteis floridos, dois dos quais apresentam uma pálida reminiscência oriental.

O tecto é composto de um conjunto de abóbadas ogivais, de linhas elegantes, mas, desgraçadamente, algum tanto arruinadas.

É a única sinagoga antiga que ainda existe em Portugal, e seria para desejar que a Comunidade Judaica de Lisboa a adquirisse e restaurasse.

## RUA NOVA

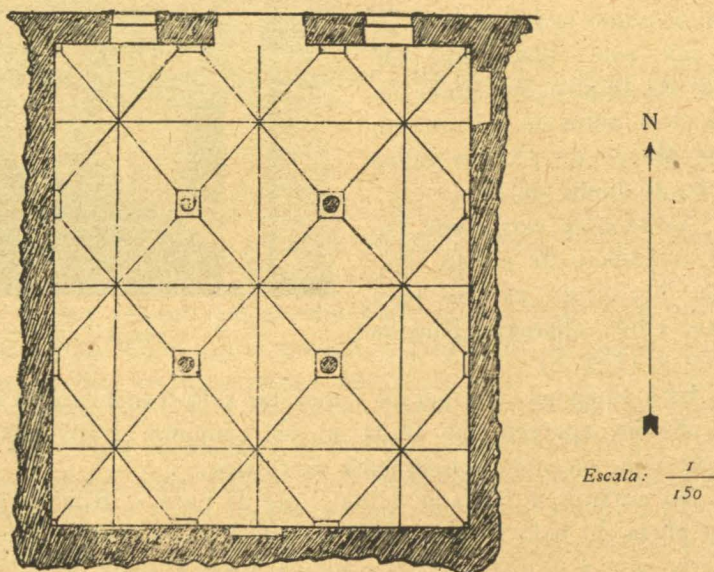


Fig. 9 (1)

(1) Devemos também esta planta á gentileza do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Coronel Garcez Teixeira.

## INSCRIÇÕES DAS ANTIGAS SINAGOGAS DE LISBOA

Não foi Lisboa o berço da organização comunal judaica em Portugal, porquanto já quando da conquista de Santarém, em 1140, D. Afonso Henriques encontrou, nesta cidade, uma comuna judaica organizada, com a sua sinagoga, a qual teve da parte do monarca conquistador uma generosa tolerância (1).

É também provável que, muito anteriormente á constituição da monarquia portuguesa, tivessem já existido comunidades judaicas organizadas, principalmente no Algarve, mas dessas não se conhece, até agora, nenhum outro documento senão as duas lápides funerárias do século vi, de Espiche, já descritas anteriormente.

Em Lisboa, só mais tarde, no reinado de D. Afonso III, foi autorizada a construção da primeira sinagoga, edificada em 1260, a expensas de Joseph Ibn Iahia, como mais adiante veremos.

A comunidade judaica de Lisboa tomou depois grande desenvolvimento, multiplicando-se as judiarias e as sinagogas.

Na notável obra do Sr. Augusto Vieira da Silva — *As Muralhas da Ribeira de Lisboa* — (2) estão minuciosamente estudadas as situações destas diversas judiarias de Lisboa, e dela extraímos os seguintes dados:

Os documentos mencionam a existência de quatro judiarias:

1.ª — A Judiaria Velha, ou Judiaria Grande (3), ocupando o Bairro de Santa Madalena, estendia-se, aproximadamente, entre as igrejas de Santa Madalena e de S. Nicolau, a antiga Rua dos Mercadores (situada entre as actuais ruas da Conceição e de S. Nicolau), a Rua da Princesa (actualmente Rua dos Fanqueiros) e a Rua Nova (situada aproximadamente na altura da Rua dos Bacalhoeiros).

A sua sinagoga, construída, como veremos, em 1307, encontra-

---

(1) *Geschichte der Juden in Portugal*, pelo Dr. M. Kayserling, Berlim, 1867, cap. 1.º.

(2) Publicada na *Revista de Engenharia Militar*, 5.º e 6.º vol., 1900 e 1901.

(3) Idem, idem, vol. 5.º, pag. 450-457.

va-se na Rua da Princesa (Rua dos Fanqueiros) á esquina da Rua dos Mercadores, aproximadamente a meia distância das actuaes ruas de S. Nicolau e da Conceição.

Esta judiaria, a mais importante de todas, remonta, pelo menos, ao reinado de D. Afonso III.

2.<sup>a</sup> — A Judiaria da Pedreira (1), occupava o recinto limitado entre o convento da Trindade e o sitio onde depois foi construido o do Carmo.

Como veremos, foi aqui construida a primeira sinagoga de Lisboa, em 1260, sendo esta judiaria depois extinta por D. Diniz, que, em 1317, desapossou dela os seus habitantes, doando-a ao Almirante Micer Manuel Peçanha.

3.<sup>a</sup> — A Judiaria Nova ou Judiaria Pequena :

Quando os judeus foram expulsos do seu bairro da Pedreira, foram estabelecer-se (entre 1317 e 1319) nas proximidades da actual igreja de S. Julião, onde fundaram a Judiaria Nova, tambem chamada das Tarracenas, ou Judiaria Pequena da Moeda (por ficar perto do antigo edificio da Moeda).

Esta judiaria, que era a mais pequena, parece que se reduzia a uma só rua, chamada Rua da Judiaria ou das Tarracenas, seguindo, aproximadamente, o eixo da actual igreja de S. Julião, desde a porta principal até á fachada do edificio do Banco de Portugal, na Rua Aurea.

Tambem esteve exposta a ter sorte idêntica á da Pedreira, visto que, em 1370, D. Fernando tinha ordenado «derribar a Rua das Tarracenas em que os judeus moravam», mas, felizmente, esta ordem não teve seguimento.

Esta Judiaria Pequena teve igualmente a sua sinagoga : «esnoga que partia por detraz com casas da rua de Mordaz, e junto dela havia uma casa de banhos dos Judeus.»

4.<sup>a</sup> — A Judiaria de Alfama, situada junto da torre de S. Pedro, tendo ficado ainda neste bairro o nome da Rua da Judiaria. Tinha tambem a sua sinagoga, construida em 1373, como consta de uma ordenação de D. Fernando : «... no ano da era de 1411 (1373) os

---

(1) Conforme a JEWISH ENCYCLOPÆDIA, palavra *Lisbon*, esta foi a mais antiga judiaria de Lisboa.

judeus desta cidade (Lisboa) fizeram synagoga nova sem nosso mandado...» eram obrigados a pagar 50 libras de ouro pelo «crime» de terem edificado a sinagoga sem licença do rei, do que êle, de resto, os absolveu sob certas condições (1).

Esta judiaria, ou pelo menos a sua sinagoga, foi fundada após a trágica destruição de toda a Judiaria Velha, barbaramente aniquilada pelas hostes selvagens de D. Henrique II de Castela em 1373, o que explica a urgência da comunidade judaica em fundar uma nova judiaria e uma nova sinagoga sem poder esperar a obtenção da licença régia.

Todas as judiarias citadas ficavam fora do recinto da cidade, tal como existia anteriormente a D. Fernando.

Depois passaram as judiarias a chamar-se «Vilas Novas».

Quantas sinagogas houve pois em Lisboa?

Provavelmente cada judiaria tinha pelo menos uma sinagoga, devendo haver, por isso, no fim do seculo XIV, três sinagogas correspondentes ás três judiarias existentes. E' tambem esta a opinião do sr. Vieira da Silva, baseada num documento (n.º 14) da Colegiada da Madalena, que diz assim :

«... em 1445 se passou sentença a favor desta igreja de Santa Magdalena contra a comuna dos judeus, que pagasse cada ano de cada sinagoga 50 reaes brancos, que faziam 150 reaes brancos que a Judiaria Grande pagava por todas as outras em dia de Paschoa.» (2)

Houve ainda uma outra sinagoga, a mais antiga, construida em 1260, da qual adiante falaremos, que devia ter pertencido á Judiaria da Pedreira, extinta em 1317.

Deste cálculo resulta que houve antigamente em Lisboa, pelo menos, quatro sinagogas e talvez ainda uma outra, mais moderna, na Rua Nova (3), construida, provavelmente, depois de 1445.

Das inscrições comemorativas destas sinagogas apenas se conhe-

(1) Chancelaria de D. Fernando, liv. II, fl. 53 v. era 1417.

(2) AS MURALHAS DA RIBEIRA DE LISBOA, obra já citada, REVISTA DE ENGENHARIA MILITAR, vol. 6º, 1901, pag. 42.

(3) JEWISH ENCYCLOPEDIA, palavra *Lisbon*.

cem duas, pertencendo uma á primeira sinagoga, construída em 1260, e a outra, provavelmente, á segunda, construída em 1307, inscrições que passamos a descrever.

#### INSCRIÇÃO DA PRIMEIRA SINAGOGA DE LISBOA

A primeira sinagoga de Lisboa, «de construcção bela e magnífica» (1), foi fundada em 1260 a expensas do almoxarife-mór do reino Ioseph ben Iahudah ibn Iahia (2), muito provavelmente no bairro da Pedreira, porquanto as sinagogas das outras judiarias (a Grande, a Nova e a da Alfama) foram construídas, respectivamente, em 1307, 1317-1319, e 1373, como anteriormente vimos.

Como se sabe, a Judiaria da Pedreira foi demolida e extinta ainda em 1317, e nada ficou da sua sinagoga nem da lápide comemorativa da sua fundação.

Mas, por um feliz acaso, conservou-se na tradição da familia Iahia o texto da inscrição da dita lápide, que foi publicado na *Historia da Familia Iahia* (3) pelo eminente Rabino de Bruxelas, Eliaquim Carmoli, e que reza assim:

ואני  
ברב הסדך אבוא ביתך  
אשתחוה אל היכל  
קדשך

(1) Os JUDEUS EM PORTUGAL, pag. 121.

(2) A familia Iahia era uma das mais importantes e nobres do antigo judaismo português. O pai do fundador da sinagoga (Iahudah ben Iahish ibn Iahia) foi recompensado por D. Afonso Henriques, em paga dos serviços que lhe prestou na conquista do seu território, com a doação de algumas aldeias e com o direito de usar brazão, que representava um campo, tendo no centro uma cabeça de mouro. Esta familia dizia-se tambem descendente da casa reinante de David. Ao filho do fundador da sinagoga, Salomon ben Ioseph ibn Iahia, se deve a obra hebraica שלשלת הקבלה (Shalshélet Hacabala) escrita em Lisboa em 1300.

(3) O título hebraico desta obra é דברי הימים לבני יהייה (Dibreí Haiamim Libnei Iahia) publicada em Francfort s/M. em 1850.

## Tradução :

- 1.<sup>a</sup> linha : E eu  
 2.<sup>a</sup> linha : pelo teu grande favor, entro em tua casa,  
 3.<sup>a</sup> linha : inclino-me diante do teu templo  
 4.<sup>a</sup> linha : sagrado.

## Observações :

Esta inscrição é parte duma estrofe de Salmos, cap. 5.<sup>o</sup> vers., 8.<sup>o</sup>, sendo encimadas por pontos as letras iniciais de cada palavra da 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> linhas, indicando que a soma destas letras, prefaz o ano da edificação da sinagoga, soma que equivale a 20, representando o ano de 5020 da era judaica, correspondente ao ano de 1260 da era cristã.

Não podia, pois, a autorisação para a construção desta primeira sinagoga de Lisboa ter sido dada por D. Sancho I, conforme a opinião do Dr. Mendes dos Remédios (1), porquanto este monarca faleceu em 1211, e, como vemos pela data da inscrição, a sinagoga foi construída em 1260, no reinado de D. Afonso III.

## INSCRIÇÃO DA SEGUNDA SINAGOGA DE LISBOA

Desta sinagoga conservou-se, felizmente, a lápide comemorativa original.

Foi achada, depois do terremoto de 1755, no sitio da Conceição Velha, em Lisboa. Adquirida pelo ilustre bispo de Beja, D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas, que a levou para Beja, seguiu, depois da morte deste eminente prelado e arqueólogo, para o Museu Arqueológico de Évora, anexo á Biblioteca da mesma cidade.

Para a determinação do verdadeiro lugar onde foi achada esta lápide, recorreremos, mais uma vez, á obra, já citada, do Sr. Vieira da Silva (2).

---

(1) Obra citada, pag. 121.

(2) Obra citada, vol 6.<sup>o</sup>, pag. 41

Conforme a sua autorisada opinião, a Sinagoga Grande, que se achava na Rua dos Fanqueiros (anteriormente Rua da Princesa), a meia distância entre as ruas de S. Nicolau e da Conceição, foi transformada, em 1502, na igreja da N. S.<sup>a</sup> da Conceição. D. Manuel fez dela doação ao Mestrado de Cristo, e para lá foram os freires duma ermida, que havia no sítio de Restelo, onde depois se construiu o mosteiro dos Jerónimos, e lá se conservou esta Ordem até ao terremoto de 1755. Como em 1698 se erigiu a igreja paroquial de N. S.<sup>a</sup> da Conceição, na Rua dos Ferros, a antiga sinagoga, depois igreja dos freires da Ordem de Cristo, passou a chamar-se Conceição-Velha, para a distinguir da nova igreja da Conceição. Quando do terremoto de 1755 foi ela completamente destruída pelo fogo. Em 1770 foram os freires da antiga igreja colegiada da Conceição-Velha transferidos para uma nova igreja da Rua da Alfandega, que, por esta razão, passou a chamar-se também — mas só depois de 1779 — *Conceição-Velha*.

Do que acabamos de expôr resulta que a nossa lápide hebraica encontrada depois do terremoto, não o foi no actual sítio da Conceição-Velha da Rua da Alfandega, mas sim **no sítio da antiga igreja da Conceição-Velha, que existiu, antes do terremoto, na Rua dos Fanqueiros.**

A actual igreja da Conceição-Velha nunca foi sinagoga, contra-riamente á opinião de alguns escritores, induzidos a este erro pela confusão de nomes.

Tendo fixado o sítio donde provém a lápide em questão, passamos a descrevê-la:

É uma lápide de mármore avermelhado (fig. 10) com uma inscrição hebraica em alto relevo, o que foi uma das causas da sua deterioração, faltando muitas letras e até palavras completas, principalmente na 3.<sup>a</sup>, 5.<sup>a</sup>, 6.<sup>a</sup>, 8.<sup>a</sup> e 9.<sup>a</sup> linhas, o que deu lugar a diversas interpretações da sua inscrição. A lápide apresenta também uma fractura inclinada na sua extremidade esquerda.

Como já vimos, esta lápide está actualmente no Museu de Evora, catalogada com o n.º 26, existindo um decalque de gêsso no Museu Arqueológico do Carmo.

Mede 0<sup>m</sup>,94 × 0<sup>m</sup>,54 e os seus caracteres têm 0<sup>m</sup>,02 de comprimento.

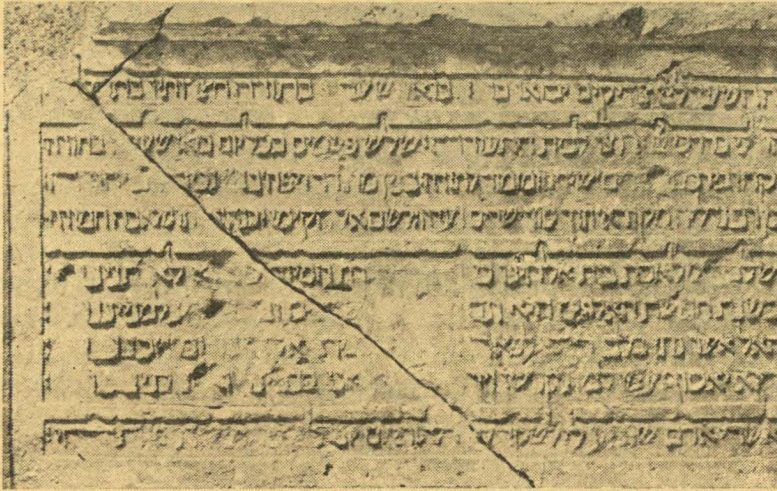


Fig. 10

## Transcrição :

זה השער לילי צדיקים יבואו בו : בואו שערינו בתודה הצרותיו בתהלה :

הולכי בדרכי יי' רוצו לבית התעודה : שלש פעמים בכל יום בואו שערינו בתודה :

וקחו בידכם כנורים ' שירים ומזמור לתודה : בנן מהודר ויפה ' בנה הנביר רב יהודה :

בן רב גדליה מקורא ' תוך סוד ישרים ועדה : לשם אל הקימו וכנה ' אותו מלאכת המורה :

שלם את מלאכת בית אלהינו כי רח המיוחד ביום א לאתנינו :

בשנת חמשת האלפים הוא וגם ששים וגם שבע למנינינו :

האל אשר נתן בלב הרב לפאר בית אלהינו ומשכנינו :

הוא יאסוף עמו לבית קדשו ויר אנו בבנינו ואת בנינו :

אשרי אדם שומע לי לשקד על דלתותי יום יום לשמר מזוזות פתחי :

## Tradução :

1.<sup>a</sup> linha : Esta é a porta do Senhor pela qual os justos entrarão (1). Entrai pelas suas portas com graças e em seus átrios com louvor (2).

2.<sup>a</sup> linha : Vós que ides no caminho do Senhor acorrei á casa do culto. Três vezes por dia, vinde a suas portas em acção de graças.

3.<sup>a</sup> linha : E tomai nas vossas mãos cítaras e cantai um cântico de graças. Edifício formoso e belo, construiu o opulento Rabi Iahudah.

4.<sup>a</sup> linha : filho de Guedaliah que tem o seu assento nas assembleias dos justos e da congregação (judaica) (3). Ao nome do Senhor levantou e construiu esta obra magnífica.

5.<sup>a</sup> linha : E acabou a obra do nosso Deus, no primeiro dia do nosso famoso mês de Atanim (4).

6.<sup>a</sup> linha : No ano cinco mil e sessenta e sete do nosso cômputo.

7.<sup>a</sup> linha : Deus que dispoz o coração do Rabino, para aformosear a casa do nosso Deus e o nosso templo.

8.<sup>a</sup> linha : Ele reunirá o seu povo no seu Santuário (em Jerusalém), e nos fará vêr a sua reconstrução em companhia dos nossos filhos.

9.<sup>a</sup> linha : Bemaventurado o homem que me obedece, velando ás minhas portas todos os dias, guardando as hobreiras dos meus pórticos (5).

## Observações :

Vários autores têm publicado traduções desta lápide com divergências bastante sensíveis, devido ao estado deteriorado e incompleto da inscrição, que dificulta a sua leitura.

A título de comparação reproduzimos aqui essas diversas traduções :

(1) Salmos, cap. 118, vers. 20.

(2) Idem, cap. 100, vers. 4.

(3) Idem, cap. III, vers. 1.

(4) I Reis, cap. 8, vers. 2 :

(5) Provérbios cap. 8, vers. 34.

Tradução latina feita em 25 de Agosto de 1770 pelo professor de hebreu da Universidade de Coimbra, Dr. Paulo Hodar (4):

«Haec porta (est) Domino, Justi introibunt in eam: Introite portas ejus in confessione, et atria ejus in laude. 2. Ambulate in semitas Domini concurrite ad Domum expectationis ejus: tribus vicibus quotidie introite portas ejus in confessione. 3. Et sumite manibus vestris... (?) praedicantes carmina, et psalmos gratiarum agendarum suarum: filii quam. . pulcherrime (est) restinare ad magnificandum legem. 4. Fili, magnifica, et exalta arcana ejus (Domini), et prudens recede a judiciis suis, quae inter pelagi (sunt) impenetrabilia: Ad latus dextrum instituite et decorate Apparatus gloriae suae. 2. Consumatus (est) Apparatus Domini Dei nostri, mense quinto, die undecimo feria secunda. 6. Anno 5068 nostrae computationis, i. e. anno R. O. 1308. 7. Deus qui dedit, et inspiravit in cor Regis nostri, ut nostram patrocigaretur gentem et habitationem, 8. Ipse. . (Deus) augeat sibi (Regi) cor rectum sanctitatis ejus (hoc est cor purum et sanctum) nobisque concedat visere successores illius usque ad tertiam generationem. 9. Beatus vir qui se parat...»

Esta tradução foi publicada na *Nova História Militar da Ordem de Malta*, por José Anastacio de Figueiredo, Lisboa, 1800, tomo I, pag. 175, nota.

Tradução da autoria do Rabino Isaac Ben Assaiag, feita em 1823 e publicada no *Catálogo do Museu Arqueológico da Cidade de Evora* por António Francisco Barata, Lisboa, 1908, pag. 14. :

«Esta é a porta do Senhor, pela qual os justos devem entrar. Venham ás suas portas com sacrificio de Todá, ás suas côrtes para o louvar e corram á casa da Manifestação. Tres vezes cada dia tragam ás suas portas sacrificios de Todá. Tomai em vossas mãos toiros sem mancha e cantai ao sacrificio de Todá. Fábrica boa e formosa que fabricou o nosso Rabino Senhor Iudá, filho do nosso Rabino Senhor Guedalia dos principais Senhores que dirigem a

---

(4) Esta tradução foi-nos gentilmente fornecida pelo Ex.<sup>mo</sup> Snr. Dr. Mendes dos Remedios.

Nação. Para nome do Senhor levantou e fabricou esta obra desejada. Acabou o nosso Rabino a obra do nosso Deus o qual só é nossa fortaleza. E foi acabada esta obra na era de 5000 da criação do Mundo. Deus que fez o coração do nosso Rabino para aformosear e levantar a casa do Santuario e nos encaminha com nossos filhos e nossos netos. Bem abençoado o homem que obedece a estar fixo ás minhas portas todos os dias e guarda as hobreiras das minhas portas.»

Tradução do eminente sábio orientalista Sr. F. M. Esteves Pereira, publicadã na *Revista Archeologica*, Lisboa, 1879, vol. 3.º, pag. 115 :

«1, Esta é a porta do Senhor, os justos entrarão por ella. Entraí as suas portas em acção de graças, os seus atrios para o louvar. 2, Os que andais pelos caminhos do Senhor, e os que correis ao Templo da Lei, trez vezes em cada dia vinde ás suas portas em acção de graças; 3, e tomai em vossas mãos fructos; e (cantai) canticos e psalmos em acção de graças. Este edificio decorado e formoso construiu o Rabbino Jehudah, 4, filho do Rabbino Gedalyah, nomeado entre os principes do conselho; ao nome de Deus levantou e construiu esta obra em reconhecimento. 5, Foi acabada a obra do Templo do nosso Deus no mez de Tamuz... da nossa vinda; 6, no anno cinco mil e sessenta e sete desde a nossa criação. 7, Deus que poz no coração do Rabbino, que embellezasse o Templo do nosso Senhor e a sua Morada; 8, elle ajuntará o seu povo no Templo do seu sanctuário, e nos escolherá com os nossos filhos, e com os filhos dos nossos filhos. 9, Bemaventurado o homem que me obedece, velando as minhas batentes todos os dias, e guardando as hobreiras da minha porta».

Como dissemos, as diferenças destas interpretações provêm da falta de diversas partes do texto, faltas que não são fáceis de adivinhar, porquanto o estilo é confuso e pouco correcto, gramatical e literariamente, como adiante veremos.

Por esta razão não podemos tambem pretender que seja verdadeira a nossa interpretação, no entanto esforçámo-nos de nos aproximar o mais possivel da verdade.

Notam-se nesta lápide, além da incorrecção e fraqueza do estilo, muitos erros de ortografia, que não são provavelmente só devidos ao gravador, mas também, nos parece, deverem ser atribuídos ao autor da inscrição, que demonstra não ter sido grande literato nem ter tido forte cultura hebraica.

Apesar da inscrição da sinagoga de Monchique, do Porto, pecar por insignificância de estilo e de rimas, como anteriormente vimos, a de Lisboa pode-se, todavia, considerar muito inferior, sob o ponto de vista literário.

A pobreza da cultura hebraica da comunidade judaica de Lisboa, no principio do século XIV, que esta inscrição comprova, é bastante de estranhar, porquanto um século depois florescia na mesma comunidade uma pleiade de sumidades judaicas, composta de grandes sábios hebraístas, de eminentísimos médicos, matemáticos, estadistas, etc. dos quais nos ocorre citar Isaac Abravanel, Jacob ibn Habib, Abraham Zacuto etc., bem como, os primeiros impressores e editores Lisbonenses Rabi Elezer Toleano e Rabi Elezer Alantansi.

Passemos agora a examinar mais detalhadamente a inscrição:

Nalgumas palavras das primeiras linhas tais como יבואו, בואו, חצרותיו, etc. escreveu-se a mais a letra ו, pois que, segundo os textos bíblicos de que derivam, elas se deviam escrever: באו, יבאו, חצרותיו, etc., mas esta irregularidade é de pouca importância porque não modifica, em nada, a pronúncia e a significação das palavras.

Também as últimas palavras da 6.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> linhas estão escritas erradamente למניינו ו משכנו, devendo ser למניינו ו משכנו, como já figuram na nossa transcrição. Isto, porém, parece ser mais erro do gravador, que do autor.

A quarta palavra da 4.<sup>a</sup> linha מקורא, tal como está, é incorrecta, a não ser que o autor tenha querido usá-la na significação que tem em Isaías cap. 48 vers. 12: וישראל מקראי, que significa: *e Israel a quem chamei*.

A segunda parte da 5.<sup>a</sup> linha (lado esquerdo) é completamente incompreensível, parecendo-nos, no entanto, poder-se decifrar: ביום: המיוחד ביום א' לאתנינו, cuja significação aproximada é: *no primeiro dia do nosso famoso mês de Atanim*.

Dissemos «significação aproximada» porque a tradução da última palavra da linha em questão é muito difícil, devendo talvez tratar-se do nome: אתנים que os primeiros hebreus deram ao sétimo mês, como

se vê em I Reis cap. 8 vers. 2 : בִּירַח הָאֲתָנִים בַּחַג הוּא הַחֹדֶשׁ הַשְּׁבִיעִי, significando : *na festa da lua de Atanim que é o sétimo mês.*

Admitida esta hipótese, podemos considerar a expressão לְאֲתָנִינוּ (leataneinu) derivada de אֲתָנִים, traduzindo-a por : *do nosso Atanim.*

Este mês de Atanim foi, posteriormente, designado por Tishri, e corresponde, aproximadamente, a Setembro ou Outubro.

A etimologia da palavra אֲתָנִים (Atanim) é ainda incerta e foi bastante debatida entre os filólogos hebraístas.

Jonatan, na sua versão aramaica da Biblia, traduz a frase יָרַח הָאֲתָנִים por יָרַח דְּעֵתִיקָא (iarha de Antica), que significa : *lua do Antigo, ou lua de Deus.*

Ben-Tsvi, no seu dicionário de raízes hebraicas אוֹצֵר הַשְּׂרָשִׁים atribui, ao vocábulo em questão, a raiz אָתָא (ata), que significa : *trazer*, visto que é neste mês que se trazem as colheitas.

E, finalmente, o eminente hebraista Gesenius, atribui-lhe a origem de אֵיתָן (etan), que significa : *forte, torrencial*, por ser, segundo diz, neste mês, que as ribeiras da Palestina produzem cheias e levam mais agua.

Porém, aceitando a opinião de Gesenius no tocante á raiz da palavra אֵיתָן (forte), afigura-se-nos que essa palavra será talvez uma alusão ás grandes festas judaicas que se celebram neste mês e que são : Rosh-Hashana, Kipur, e Sucoth.

Na impossibilidade de, como acabamos de ver, darmos a significação exacta da palavra Atanim, adoptámos na nossa interpretação o processo seguido pelos modernos tradutores da Biblia, reproduzindo-a textualmente.

Só mais tarde, como dissemos, este mês foi chamado Tishri, como ainda actualmente se denomina.

Pelo que diz respeito á nomenclatura dos meses, em geral, os judeus, no principio, designavam-nos apenas de maneira idêntica á dos dias da semana, isto é, segundo a ordem por que se seguiam (1.º mês, 2.º mês etc.).

Depois, applicaram a alguns deles designações especiais, como por exemplo : ao 1.º mês (correspondente a Março-Abril) chamaram יָרֵדֵשׁ הָאֲבִיב, que significa : *mês da primavera* <sup>(1)</sup>, ao 2.º. (Abril-Maio) de-

(1) Exodo, cap. 13, vers. 4.

signaram-no também com o nome de חרש יו, que significa : *mês da florescência* (1), e ao 8.º (Outubro-Novembro) foi dado o nome de ירח בול que significa : *lua das chuvas* (2). Dum modo análogo, o 7.º mês foi também designado por ירח האתנים, que significa : *lua de Atanim*, como já vimos.

Posteriormente, por ocasião da volta dos judeus do cativeiro da Babilónia, foram designados os meses com nomes especiais, que conservaram até hoje, segundo resa o Talmude de Jerusalém, tomo Rosh-Ashana, onde se diz : שמות החדשים העלו מבבל, que significa : *os nomes dos meses foram trazidos da Babilónia*.

Mas terminemos estas considerações, já um pouco extensas e dalgum modo, também, um pouco afastadas do assunto do nosso estudo, do que pedimos desculpa aos nossos leitores e voltemos ao exame da nossa inscrição.

A última linha, apesar de muito deteriorada, pode-se reconstituir completamente por ser uma frase inteira da Biblia (Provérbios, cap. 8, vers. 34).

As linhas 5.<sup>a</sup>, 6.<sup>a</sup>, 7.<sup>a</sup> e 8.<sup>a</sup> estão interrompidas no meio por um espaço vazio de  $0^m,15 \times 0^m,11$ . Esta disposição, que foi feita, provavelmente, no intuito de dar a estas linhas, mais curtas do que as restantes, uma aparência simétrica com o conjunto da inscrição, não depõe também muito em favor do talento do seu autor.

O ano hebraico de 5067, indicado na lápide, corresponde ao de 1307 da era christã, e é provável que o edificador da sinagoga, Rabi Iahuda Ben Guedalia, tivesse sido o arrabi-mór Don Iahuda, que foi ao mesmo tempo ministro da fazenda de D. Diniz e ao qual sucedeu, como arrabi-mór, seu filho Guedalia, assim chamado como o avô paterno, o que é frequente entre os judeus.

Resta-nos observar que o ilustre autor de *Os Judeus em Portugal* indica (na pag. 139) que o arrabi-mór Iahuda devia ter morrido em 1303, o que não está de acordo com a data de 1307 indicada nesta inscrição, como ano em que o referido Rabbi acabou a construção da sinagoga.

Das restantes sinagogas de Lisboa, bem como do importante

(1) I Reis, cap. 6, vers. 1.

(2) Id. id., vers. 3. A palavra בול deriva de מבויל que significa «o dilúvio».

cemitério judaico que aqui devia ter existido, é de crer que nada mais reste, senão as duas lápides que acabamos de descrever.

D. Manuel I, após a expulsão, confiscadas e convertidas em igrejas as sinagogas, aproveitou as lápides do cemitério judaico de Lisboa para construir a Misericórdia do Rocio, que ocupava, pouco mais ou menos, o quarteirão compreendido hoje entre a Rua da Betesga e a Rua do Amparo.

O terremoto de 1755 derrubou a Misericórdia, sendo muito provável que nas edificações, que se fizeram depois naquele local, se aproveitassem os materiais que escaparam da derrocada; e assim talvez que dalgumas das citadas edificações façam parte, por consequência, lápides do antigo cemitério judaico de Lisboa.

## V

### LÁPIDE FUNERÁRIA DO MUSEU ARQUEOLÓGICO DE EVORA

Além da lápide da segunda sinagoga de Lisboa, que descrevemos no capítulo anterior, existe também, no Museu Arqueológico de Evora, um fragmento duma lápide sepulcral.

Antes, porém, de encetarmos a sua descrição, é-nos grato patentear aqui os nossos calorosos agradecimentos ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Coronel J. M. Aguiar, que gentilmente se prestou a facilitar a nossa tarefa, enviando-nos o decalque desta lápide, como já tinha feito a respeito da anterior.

A antiqüíssima cidade de Évora, verdadeiro museu de monumentos arqueológicos e históricos, tinha para nós ainda o particular interesse de ter sido outrora a séde duma importantíssima comunidade judaica, sendo nesta cidade que, em 22 de Outubro de 1536, foi promulgada e instituída, pela primeira vez em Portugal, a Inquisição.

O Museu é um anexo da Biblioteca, uma das mais importantes de Portugal, na qual existem também valiosos manuscritos hebraicos, que publicaremos num estudo especial sobre Manuscritos e Incunábulo Luso-Hebraico existentes em Portugal. Ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. António Joaquim Lopes da Silva, ilustre Director da Biblioteca e

do Museu Eborenses, apresentamos também os nossos fervorosos agradecimentos pela lhaneza com que nos facilitou as nossas investigações.

Voltando ao objecto do nosso estudo, trata-se, como dissemos, dum fragmento duma lápide sepulcral, cilíndrica, de marmore escuro

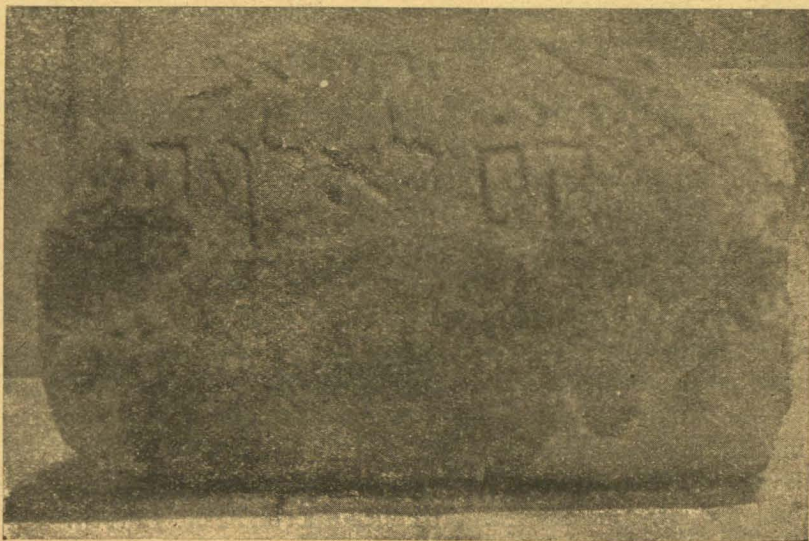


Fig. 11

(fig. 11), que tem  $0^m,61$  de comprimento e  $0^m,37$  de diâmetro, com parte duma inscrição hebraica, cujas letras têm aproximadamente  $0^m,05$  de comprimento.

Esta lápide, cujo texto hebraico é ainda inédito, conquanto venha mencionada na pag. 81 do *Catálogo do Museu Arqueológico da Cidade de Evora*, coligido por António Francisco Barata, foi encontrada em Beja, nos fins do século XVIII, na casa de Manuel de Gois, situada na R. da Fábrica, indo para o Museu de Evora em 1868, onde está catalogada com o n.º 215. No Museu do Carmo se pode ver o seu decalque, devido, como já referimos, á amabilidade do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Coronel Aguiar.

## Transcrição :

... ל הרופא נ...

... לקח לאלה הש...

## Observações :

O referido catálogo do Museu de Evora, indica, para esta inscrição, as seguintes leitura e tradução, feitas em 1883, pelo Rabino Iacob Toledano da Comunidade Judaica de Lisboa :

... HAROFÉ NEEMAN LECÁH LEELEF HASSI/SSI...

que significa «o fiel médico no cento e trinta e oito de sexto século» (*sic*) (1).

Da segunda palavra, que o Sr. Iacob Toledano julga ser נאמן (*neeman*), que significa «fiel» existe apenas a primeira letra נ.

Divergimos da opinião do Sr. Toledano neste ponto, porquanto ela não está de acordo com as regras gramaticais, visto que a construção hebraica exige que se escreva הרופא הנאמן e não הרופא נאמן, isto é, para que a palavra נאמן se siga a הרופא é necessário que comece por ה e não simplesmente por נ, como está na inscrição. A nosso ver, a palavra em questão só poderá ser נפטר (*niftar*) ou נ ב ז ב ז abreviatura de נפטר לבית עלמו, que tem como tradução portuguesa : *faleceu*.

A última palavra também é incompleta, existindo apenas as duas primeiras letras הש, mas aqui não há dúvida nenhuma que se trata da palavra הששי, que significa : *sexto*.

A única palavra completa da 1.<sup>a</sup> linha, é הרופא, que significa o *médico*. Das palavras que deviam anteceder esta, indicando o nome do defunto, resta apenas um ל (*l*), que pode ser a última letra de qualquer nome, como שמואל (*Samuel*) יהואל (*Iahiel*), etc.

A data é indicada na segunda linha, pelas letras da primeira palavra, encimadas por pontos ה ק ל, o que representa 138. As palavras seguintes לאלה הששי significam : *do sexto milhar*, para o que tem de se admitir que a última palavra seja como dissemos הששי. Deste

(1) Aqui há um erro evidente visto que não se trata do 6.<sup>o</sup> século, mas do 6.<sup>o</sup> milhar da era hebraica.

modo conclui-se que a inscrição se refere ao ano judaico de 5138, que corresponde a 1378 da era cristã.

Na nossa opinião, não levando em conta as duas últimas letras, que faltão na última palavra da segunda linha, pode-se considerar completa a referida linha, devendo faltar na primeira, onde, como dissemos, só existe completa a palavra הרופא (médico), além do nome do falecido, a que já aludimos, o dia e o mês do falecimento.

Em face do que acabamos de expôr, limitamo-nos a apresentar, a título puramente espéculativo, a seguinte tradução:

1.<sup>a</sup> linha: *Fulano, filho de Samuel* <sup>(1)</sup> *médico, faleceu no dia... do mês... do ano*

2.<sup>a</sup> linha: 138, do sexto milhar <sup>(2)</sup>.

E' de crer que esta lápide estivesse colocada, como um travesseiro, á cabeceira da tumba, em cuja lousa havia, provávelmente, outra inscrição enaltecendo, como de costume, as qualidades do defunto médico.

#### NOTA FINAL

Terminamos a descrição de todas as lápides hebraicas conhecidas, até hoje, em Portugal, pedindo ao benévolo leitor que nos desculpe a aridez inevitável deste género de estudos.

As antigas lápides hebraicas conhecidas em Portugal até hoje, são, por conseguinte, sete, sendo, em resumo e por ordem cronológica, as seguintes:

Duas lápides funerárias de Espiche, do século VI ou VII, que se encontram no Museu Arqueológico do Carmo;

Inscrição da sinagoga de Belmonte, de 1297, que se encontra no Museu Municipal Tavares Proença Junior, de Castelo Branco;

Inscrição da sinagoga de Lisboa, de 1307, que se encontra no Museu Arqueológico de Évora;

Lápide funerária de Faro, de 1315, que faz parte do muro do cemitério israelita moderno da mesma cidade;

(1) Ou qualquer nome terminado em *l*.

(2) 5138.

Lápide funerária de Beja, de 1378, que se encontra no Museu Arqueológico de Évora ;

Inscrição da sinagoga de Monchique, do Porto, da mesma época que a anterior, aproximadamente, que se encontra no Museu Arqueológico do Carmo.

É, evidentemente, pouca cousa, comparada com a enorme riqueza epigráfica romana existente em Portugal, que data duma civilização muitíssimo mais remota que a luso-judaica. Mas, como vimos já anteriormente, o antigo cemitério israelita de Lisboa foi, depois da expulsão e por autorisação de D. Manuel I, profanado, e as suas lápides empregadas nas construções urbanas, devendo ter sucedido o mesmo no resto do país.

Aduzindo a este exterminio o dos séculos seguintes, sob o império da Inquisição, compreender-se-há porque tão pouco ficou em Portugal da antiga civilização luso-judaica.

Porém, gratos seríamos a quem podesse dar-nos indicação de quaisquer documentos hebraicos, que ainda possam existir por esse país fóra, afim de poder pô-los, como estes, á luz do dia.

---

Antes de pôr ponto final neste estudo, queremos apresentar os nossos penhorados agradecimentos ao nosso bom amigo Sr. José Henriques, digno descendente duma antiga família judaica (cristã-nova), da Covilhã, que com muito amor acompanhou os nossos estudos e nos prestou o seu valioso concurso para a sua redacção na bela lingua Portuguesa.

*Samuel Schwarz*  
Ingénieur Civil des Mines

DOMINGOS ANTONIO DE SEQUEIRA  
E FRANCISCO VIEIRA LUSITANO  
DESENHADORES DE MEDALHAS

COMUNICAÇÃO FEITA À SECÇÃO DE NUMISMÁTICA E BIBLIOLOGIA  
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES  
EM 16 DE FEVEREIRO DE 1923

POR

LUIZ XAVIER DA COSTA

---

*Ao Dr. José Leite de Vasconcellos.*

---

A pag. 79 do livro por mim publicado últimamente sôbre Domingos Antonio de Sequeira (1), mencionei os seus projectos para cunhos de moedas e medalhas, realizados e já anteriormente conhecidos dos tratadistas. Fôram êles o desenho para o retrato do príncipe regente, depois rei D. João VI, com que em 1802 se abriram os punções para as peças de oiro e moedas de bronze, e em 1822 os desenhos para a medalha de prémio da Sociedade Promotora da Industria Nacional, gravada por Augusto Fernando Gerard, em 1823, sob a direcção de Sequeira (2). Acrescentei, porém, a notícia de que do mesmo artista «existem nas Janelas Vêrdes uns desenhos a sépia, muito acabados, para a frente e reverso de outra medalha...».

---

(1) *A morte de Camões. Quadro do pintor Domingos Antonio de Sequeira — Lisboa 1922.*

(2) Logo depois do título e como início da «*Relação dos Cunhos de medalhas que gravou Augusto Fernando Gerard, em Lisboa*», autógrafo do artista, assinado e datado de «*12 de Outubro de 1859*», que pertenceu a Manuel Bernardo Lopes Fernandes, a quem parece foi destinado e por cuja letra está autenticado, lê-se

Mas a minha afirmativa não expressou uma rigorosa exactidão, porquanto os desenhos expostos no Museu Nacional de Arte Antiga são destinados para a frente e reverso, não de umâ, mas de duas medalhas e veem enumerados no «*Catalogo da collecção de desenhos da [sic] Museu Nacional de Bellas Artes — Lisboa 1905*»: a pag. 24, com o num. 57. (1:471); e a pag. 26, com o num. 63. (1:470). Assim como não é ao primeiro dêstes números, único citado em nota do meu livro, que correspondem os desenhos a que me refiro no texto, mas sim ao segundo.

Os desenhos num. 57. (1:471) são a lápis sôbre cartolina branca áspera e tem cada um o diâmetro de 0<sup>m</sup>,072 ou 0<sup>m</sup>,073. Os seus assuntos parecem alusivos ao juramento da Constituição de 1822 por D. João VI: Na frente da medalha o rei, coroado, está em pé e voltado para a esquerda em atitude de jurar, pousando a mão direita num grande livro aberto que lhe apresenta, apoiado sôbre o regaço, uma figura feminina sentada em um trôno de dois degraus, ricamente vestida e também com a corôa rial na cabeça. Em uma das folhas do livro lê-se incompletamente a palavra «*Constituição*», na primeira linha de outras indecifráveis. No reverso três rôlos de papiros enfaixados, ou três feixes de varas, postos ao alto e estreitamente unidos, tem cada um dêles colocada na extremidade cimeira uma corôa rial, o que pôde ser alusivo aos três reinos unidos de Portugal, Brasil e Algarves. Nas orlas das duas faces ha faixas lisas, circulares, com inscrições em português, legíveis difficilmente por estarem bastante apagadas; e na parte superior do exergo da frente, à esquêrda, uma palavra indecifrável, semelhando assinatura, sem ser a de Sequeira.

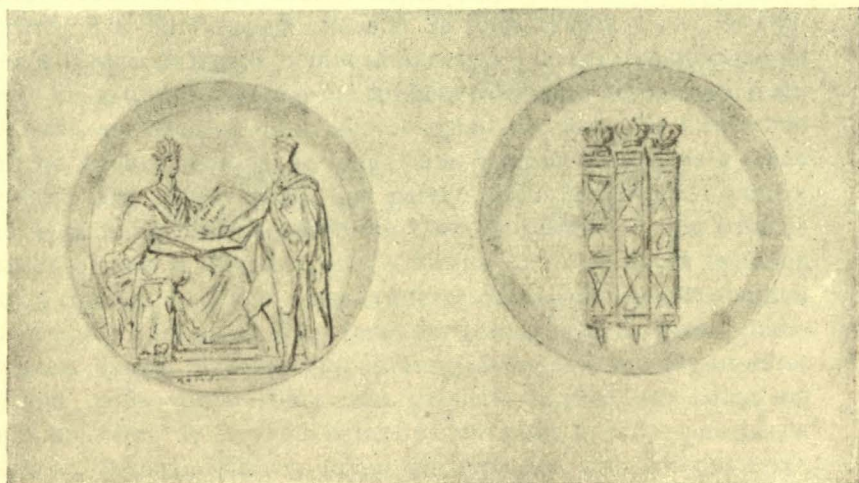
---

textualmente o seguinte, em concordância com a notícia dada pelo eminente medalhista na «*Memoria das medalhas e condecorações portuguezas...*» — Pag. 97.

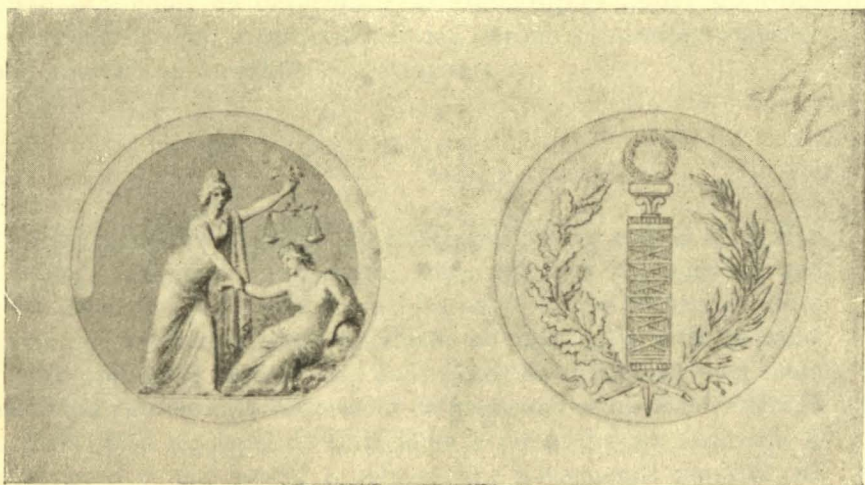
«1823. *Hum cunho de medalha para a Sociedade Promotora da Industria Nacional. Foi executado debaixo da direcção do Sñr. Domingos Antonio de Sequeira. Por cauza da mudança de governo que houve n'esta epoca, a Sociedade teve de suspender as suas reuniões. O Sñr. Sequeira retirou-se de Portugal. Foi sómente depois de se restabelecer o governo constitucional que se reconstitui [sic] a Sociedade, e que distribui algumas das d.<sup>as</sup> medalhas.*»

O autógrafo pertence actualmente a Henrique de Campos Ferreira Lima e foi mencionado e resumido pelo Dr. Arthur Lamas nas «*Medalhas portuguezas e estrangeiras...*» — Pag. xxxiii, xxxiv e lxxix.

N.º 57. (1:471)



N.º 63. (1:470)



DESENHOS DE DOMINGOS ANTONIO DE SEQUEIRA

Expostos no Museu Nacional de Arte Antiga

Dos desenhos num. 63. (1:470), com 0<sup>m</sup>,072 de diâmetro cada um e feitos sôbre cartolina branca áspera, igual à dos anteriormente descritos, é a tinta escura relevada de tinta branca e com os contornos a lápis o da frente da medalha, sendo o do reverso unicamente a lápis. Os assuntos parecem-me também referentes aos acontecimentos liberais que decorreram depois de agosto de 1820: Na frente uma figura de mulher, vestida de longas mas ligeiras roupagens e tendo na cabeça uma corôa mural, que parece circundar pequeno barrêto frigio, segura na mão esquêda um ramo de oliveira e uma balança e sustenta com a direita o braço direito de outra figura feminina também coroada de tôrres, sentada sôbre pedras, com aspecto abatido, a quem ajuda a levantar. No reverso um grande feixe de varas, cuidadosamente ligado, pôsto ao alto, é terminado na extremidade superior por uma corôa votiva sôbre uma pequena tabela; aos lados, no campo, um ramo de carvalho à direita e um ramo de louro à esquêda cruzam se na parte inferior, atados por uma fita, com o conto axial, lanciforme, do feixe que circundam. Nas orlas das duas faces ha faixas lisas, circulares, destinadas aos dizêres que não chegaram a sêr indicados.

São excelentes os desenhos e as composições dêstes projectos que, realizados com a perfeição devida, viriam a constituir espécies muito notáveis na medalhística portugêsa.

\*  
\*   \*  
\*

Continuando na pesquisa de elementos para o estudo biográfico do pintor, encontrei últimamente entre variados documentos, que faziam parte da coleção de Manuel Bernardo Lopes Fernandes sôbre artistas que exercêram a sua actividade no nosso país, hoje na posse do meu colega e amigo Dr. João Luiz da Fonseca, uma nota manuscrita pelo erudito historiador da numismática nacional, exarada em meia folha de papel de carta junta a autógrafos de Sequeira. A licença para o seu estudo e publicação e a franqueza com que me foi concedida, constituem gentilezas do seu actual proprietário que muito me penhoraram e agradeço.

A nota de Lopes Fernandes, que identifica mais um trabalho do grande desenhador, fornecendo, além disso, dados biográficos a seu

respeito, amplia com interessántes informações o conhecimento, até agora incompleto, da história de uma medalha curiosa e constitui o motivo da minha comunicação.

Eis a reprodução do documento :

*«Memoria das medalhas e condecorações portuguezas, e das estrangeiras com relação a Portugal, por Manuel Bernardo Lopes Fernandes*

*A pag. 126. Medalha N.º — 132 —*

*A medalha gravada por H. Vassallo, em 1802 inventada e desenhada por Domingos Antonio de Sequeira, era destinada para ser distribuída como premio aos estudantes da Academia do Comº e Marinha da Cidade do Porto, da qual era professor de desenho o mesmo Sequeira. Os genios representam a Pintura, Escultura, e Architectura. O provedor da Companhia Geral de agricultura das vinhas do alto Douro, Domingos Martins Gonçalves, sendo esta Companhia a protectora da mesma Academia, foi quem juntamente com o Sequeira, e alguns outros professores e cidadãos entusiastas, planearam um grande concurso artistico que havia de ter logar, mas não chegaram a distribuir-se.*

*Esta noticia me foi mandada pelo Sr. Eduardo Augusto Allen, em a Carta datada do Porto 4 de Julho de 1867, a qual lhe tinha sido dada pelo Sn.ºr João Baptista Ribeiro, Director da Polytechnica.»*

Como se pode verificar, a nota precedentemente transcrita amplia, com a revelação do nome do inventor e desenhador da medalha, a notícia que em 1877 publicou o Dr. Pedro Augusto Dias no «*Catalogo*» da collecção Ferreira Carmo (1), resumida mais tarde pelo Dr. Arthur Lamas na sua magnífica «*Memória histórica*» (2). Mas ambas condizem sensivelmente nos outros pormenores, o que não é para admirar visto que foi a mesma a sua fonte original: informações dadas por

(1) *Catalogo da collecção de moedas e medalhas portuguezas pertencente a Eduardo Luiz Ferreira Carmo por P. A. D. — Porto, 1877. — Pag. 170 — Nota 1.*

(2) *Medalhas portuguezas e estrangeiras referentes a Portugal. Memória histórica e descritiva... — Volume I. Parte I: Medalhas Comemorativas — 1916 Lisboa — «Introdução» — Pag. XXV.*



MEDALHA DESTINADA A SERVIR DE PRÉMIO  
AOS ALUNOS DA AULA DE DEBUXO E DESENHO DO PORTO

Reprodução do exemplar existente na colecção do Dr. Arthur Lamas

João Baptista Ribeiro e merecedoras da mais indubitável aceitação, porquanto o seu autor fôra discípulo e depois lente de desenho da Academia de Marinha e Comercio da Cidade do Porto, tendo nela estudado sob as regências de Vieira Portuense e de Sequeira, do segundo dos quais foi amigo e admirador constante, conhecendo perfeitamente os seus trabalhos artísticos.

Ha porém afirmações nas duas notícias que à primeira vista parecem divergentes e que, não concordando também com a data exarada na medalha e apontada para a sua execução, nem com a cronologia do exercício docente dos professores indicados, necessitam de explicações para podêrem ser compreendidas.

É preciso notar que em 1802 não existia no Porto «Academia» alguma. Existia a «Aula de Debuxo e Desenho» criada, depois da representação de 9 de julho de 1779 da Junta da Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, pelo decreto de 27 de novembro, referendado a 2 de dezembro do mesmo ano, que a colocou sob a inspecção daquela corporação, nomiando também para seu primeiro lente a Antonio Fernandes Jacomo. O decreto foi regulamentado por aviso régio de 4 do ultimo mês e a sua execução consta do edital da Junta de 15 de fevereiro de 1780, que anuncia a criação da Aula, a nomiação do professor e que a abertura se realizará na «quinta feira 17».

Achando-se talvez Vieira Portuense ainda em Londres, convidou-o a Junta para suceder a Fernandes Jacomo, dispensado por aviso régio de 8 de novembro de 1800 do exercício de lente da Aula de Desenho; e sendo propôsto superiormente para ser provido no referido lugar, foi para êle nomiado por aviso de 20 de dezembro do mesmo ano. Fernandes Jacomo continuou todavia abonado sempre dos seus vencimentos, como jubilado, até ao fim de dezembro de 1810.

É provavel que, depois do seu regresso do estrangeiro, tivesse Vieira tomado posse. Em edital de 10 de junho de 1802 anuncia a Junta a abertura da Aula para 14 do mês, «dirigida pelo Lente Francisco Vieira». E na representação que dirigiu ao Principe Regente com data de 4 de janeiro de 1803 declara «que foi preciso tomar casa... para poder ter a do desenho toda a comodidade para a recepção dos muitos alumnos, que lhe atrahio o seu novo lente Francisco Vieira», o que comprova alguma actividade anterior da parte

do mesmo. Mas ausentando-se êste para Lisboa, onde se encontrava em março de 1802, e tendo sido nomeado juntamente com Sequeira primeiro pintor da Real Camara, por decreto de 28 de julho que aliás lhe permitia a acumulação com o emprêgo do Porto, foi substituído durante a sua ausência pelo pai Domingos Francisco Vieira, que assina os termos de matrícula como «lente substituto», apesar de o não sêr, e exerceu as funções docentes desde 1 de novembro do mesmo ano até 30 de junho de 1803.

Depois da citada representação da Junta da Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, de 4 de janeiro, é que fôrão reformados os estudos portuenses, por alvará de 9 de fevereiro de 1803, ampliados ainda por alvará de 29 de julho e regulamentados pelos «Estatutos» da mesma data, criando-se a «Academia Real de Marinha e Commercio da Cidade do Porto» onde foi incorporada a antiga «Aula de Debuxo e Desenho» que alguns meses depois, remodelada, passou a denominar-se «Academia de Desenho e Pintura» e foi inaugurada solenemente por Francisco Vieira, ido de Lisboa em outubro e nomeado seu director por carta régia de 1 dêste mês. Na mesma data fôra nomeado lente efectivo José Teixeira Barreto e substituto Raymundo Joaquim da Costa. A abertura solene da Academia de Marinha e Commercio só se effectuou em 4 de novembro na igreja de Nossa Senhora da Graça, estando presentes as principais autoridades do Porto.

Existe impresso um folheto in-4.º, de 11 pag., tendo por titulo no frontespício: «Discurso/feito na abertura/da/academia/de/desenho, e pintura/na cidade do Porto/por/Francisco Vieira Junior,/primeiro pintor da camara, e corte,/e lente da mesma academia./—/Por ordem de sua alteza real./=/Lisboa. M. DCCC. III./—/Na regia officina typographica.» Dêste folheto, hoje bastante raro, mas que ainda ha anos se vendia por 75 réis na Imprensa Nacional de Lisboa (1), possui um exemplar o meu amigo e confrade Henrique de Campos Ferreira Lima.

Durante o resto de 1803 e em 1804 foi Vieira Portuense assiduo na regência e direcção da nova Academia, apesar do juramento pelo

---

(1) *Catalogo de diversas obras que se vendem n'este estabelecimento e nas livrarias dos seus commissarios — Lisboa 1891 — Pag. 16.*

seu cargo só aparecer com a data de 5 de junho do último ano e assinado pelo irmão Antonio José Vieira Junior, como procurador. Mas, adoecendo gravemente, obtêve licença para se ausentar, por aviso de 1 de abril de 1805, falecendo na Ilha da Madeira em 2 de maio. Parecendo ignorar estas circunstâncias, ainda uma acta do conselho da Academia, de 7 de outubro, dá o director da aula de desenho como ausente em Lisboa. Era substituído interinamente pelo lente efectivo José Teixeira Barreto.

Domingos Antonio de Sequeira foi propôsto em consulta de 7 de janeiro de 1806 pela Junta da Administração para director da Academia de Desenho e Pintura, em substituição do falecido Vieira, com a obrigação de residir no Porto tres mêses por ano, sendo nomiado por carta régia de 8 de maio e ocupando o logar até 6 de novembro de 1821, data em que êste foi suprimido por decreto das Côrtes Constituintes depois confirmado no alvará de 13 de outubro de 1824 (1).

Sequeira verdadeiramente só serviu em 1806 e 1807 (2), reorganizando a aula e ensinando pintura, quando ia ao Porto, a cinco estudantes dos mais adiantados, entre os quais se contava João Baptista Ribeiro. De 1808 em diante não ha outros vestígios da actividade docente do grande artista senão a sua assinatura nos recibos dos vencimentos; apênas um aviso de 11 de agosto de 1813 manda «que os lentes de desenho comuniquem ao director...», Domingos Antonio de Sequeira, o estado d'esta aula e progressos dos seus discipulos, assim como todas as circumstancias que sobrevierem, para enviar-lhes as

(1) A despeito de tais resoluções, ainda Augusto Roquemont foi nomiado para o logar por carta régia de D. Miguel, de 28 de novembro de 1831, abandonando-o em 1832.

(2) É desta época um quadro de Sequeira, actualmente na posse do Dr. Luiz Augusto de Oliveira. Mede 0<sup>m</sup>,42 de alto  $\times$  0<sup>m</sup>,314 de largo.

Pintado a óleo sôbre tábuas, representa um adolescente de cabêlos loiros encaracolados, visto de frente e em pé, completamente nú, encostando o cotovêlo direito á cabeça de um grande leão e levantando o braço esquerdo para cima, com a mão segura a um ramo da árvore que lhe fica por detrás. Isto no meio de vegetação luxuriante e cerrada, que enche todo o fundo, rasgando-se á esquerda para uma nêsga de céu muito azul, com sol na paisagem longínqua e brilhante. A figura mede 0<sup>m</sup>,30 de alto.

Nas costas da madeira tem escrito á mão o seguinte, por letras diferentes,

providencias necessarias». O estado do país durante as invasões napoleónicas, os acontecimentos políticos que as seguiram e que tanto actuaram na vida do pintor, envolvendo-o no processo crime perante o Juizo de Inconfidencia, que o teve prêso desde 15 de dezembro de 1808 até setembro de 1809, explicam suficientemente a sua ausência do logar que devia exercer na capital do norte.

Por falecimento de José Teixeira Barreto, em 6 de novembro de 1810, foi propôsto para lente proprietário o substituto Raymundo Joaquim da Costa e para substituto João Baptista Ribeiro, nomidados por carta régia de 22 do outubro de 1811, vinda da côrte do Rio de Janeiro e recebida na secretaria do reino em 20 de fevereiro de 1812. A doença do lente efectivo chamou Ribeiro interinamente á regência da cadeira no mesmo ano lectivo de 1811-1812. E tendo Costa abandonado o logar em 1832 e saído temporariamente do Porto, por questões politicas, pois seguia o partido de D. Miguel, foi Ribeiro promovido à sua propriedade por decreto de 6 de junho de 1833 (1).

---

sendo a primeira do pintor: «*Domingos Antonio de Sequeira DAS.ra / Fez em o anno de 1807 / O Genio da Gratidão prezeverante / Dedicado AO Ill.mo Snr / Joze de Souza e Mello / O Qual / O Dedica — Ao Illmo e Ex.mo / Senhor Nicolaõ Trante / Este / o Ofireçe ao Ill.mo / Snr Rodrigo / Xe.r de Sç.a da S.a Alcoforado e Len = / castre no anno de 1810. / D. Maria do Carmo d'Araujo e Eça e seus filhos offerecem ao Ill.mo Snr. D. Guilherme Germano da Cunha Reys esta Pintura / por ser a expressaõ dos sentimentos q. nutrem, e nutrirãõ eternamente a seu Respeito. = em Agosto de 1850.*»

José de Sousa e Melo, tesoureiro geral do consulado da alfândega do Porto desde 1773, exerceu durante a sua longa vida muitos outros cargos públicos importantes e foi em 1798 incumbido de estabelecer os correios e postas do reino no Porto e províncias do norte, logar que desempenhou até 1818 simultâneamente com o de encarregado da inspecção das obras do edificio da Academia de Marinha e Comercio. Não admira pois que estreitas relações o ligassem a Sequeira, director da aula de desenho e pintura da mesma Academia.

Não cabem aqui dados biográficos sobre as outras pessoas a quem o quadro pertenceu, sempre no Porto. Por falecimento do cônego Cunha Reis foi vendido pelo «bric-à-braquista» Taborda ao conselheiro José Ignácio Xavier, morador na Rua da Carvalhosa, cuja viuva o cedeu depois ao Dr. Oliveira, de Viana do Castelo.

(1) Por decreto de 5 de novembro de 1834 foi Manoel da Fonseca Pinto nomiado substituto da cadeira, apesar do decreto de 15 de outubro dêste ano ter nomiado para o mesmo logar Antonio José Teixeira d'Abreu Junior. Mas a portaria de 15 de dezembro anulou o despacho do último, com o fundamento de que o logar tinha sido provido em Fonseca Pinto que se demorara em tirar a sua carta.

Em 1836, recusando-se os lentes da Academia de Marinha e Comercio, excepto João Baptista Ribeiro, a jurarem a Constituição de 1822, novamente promulgada, fôram todos exonerados por decreto de 19 de outubro, e êle nomiado seu director, por decreto de 22, em substituição de Agostinho Albano da Silveira Pinto exonerado também (1). Mas quando obtêve o encarte, com data de 27 de maio de 1837, já a instituição estava reformada e transformada, por decreto de 13 de janeiro do mesmo ano, na «Academia Polytechnica do Porto», em cuja direcção Ribeiro continuou (2).

Portanto a medalha inventada e desenhada por Sequeira, gravada em Lisboa por H. Vassalo com a data «IV. Kal. Jul. MDCCCII.» no exergo de uma das faces, era destinada a servir de prémio aos alunos da «Aula de Debuxo e Desenho», que reabriu a 14 de junho (3) sob a direcção de Francisco Vieira. Só depois de 29 de julho de 1803 podia ser aplicada aos alunos da «Academia de Desenho e Pintura» da «Academia Real de Marinha e Commercio» criada nesta data, que o mesmo Vieira inaugurou e continuou a dirigir. E unicamente depois de 7 de janeiro de 1806, ou mais provavelmente depois de 8 de maio dêste ano, já falecido o Portuense, propôsto Sequeira na primeira data e nomiado na segunda professor e director da mesma

---

(1) Pelo decreto de 19 de outubro de 1836 foi nomiado substituto Joaquim Cardoso Victoria Villa-Nova, passando depois para a Academia Polytechnica com o mesmo cargo por decreto de 11 de junho de 1838 e carta régia de 21 de junho de 1839.

(2) Sôbre todo o resumo histórico veja-se :

*Archivo pittoresco* — Volume VIII-1865 — Pag. 45, 50 e 66 : «Francisco Vieira Portuense. Esboço biographico. Por Innocencio Francisco da Silva».

*Historia dos estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia por José Silyestre Ribeiro* — Tomo II — Lisboa 1872 — Pag. 65 e 387.

*Idem* — Tomo II — Lisboa 1873 — Pag. 23.

*Anuario da Academia Polytechnica do Porto* — Anno lectivo de 1877-1878 — Porto 1878. — Pag. 85 : «Memoria historica da Academia Polytechnica do Porto pelo conselheiro Adriano de Abreu Cardoso Machado director da mesma Academia».

(3) A data «IV. Kal. Jul.» corresponde a 27 de junho.

providencias necessarias». O estado do país durante as invasões napoleónicas, os acontecimentos políticos que as seguiram e que tanto actuaram na vida do pintor, envolvendo-o no processo crime perante o Juizo de Inconfidencia, que o teve prêso desde 15 de dezembro de 1808 até setembro de 1809, explicam suficientemente a sua ausência do lugar que devia exercer na capital do norte.

Por falecimento de José Teixeira Barreto, em 6 de novembro de 1810, foi propôsto para lente proprietário o substituto Raymundo Joaquim da Costa e para substituto João Baptista Ribeiro, nomidados por carta régia de 22 do outubro de 1811, vinda da côrte do Rio de Janeiro e recebida na secretaria do reino em 20 de fevereiro de 1812. A doença do lente efectivo chamou Ribeiro interinamente á regência da cadeira no mesmo ano lectivo de 1811-1812. E tendo Costa abandonado o lugar em 1832 e saído temporariamente do Porto, por questões políticas, pois seguiu o partido de D. Miguel, foi substituído

— ERRATA —

Pagina 176 — linha 17 da Nota — onde está *conego* — leia-se *fidalg*

— *castro no anno de 1810. / D. Maria do Carmo d'Araujo e Eça e seus filhos offerecem ao Ill.<sup>mo</sup> Snr. D. Guilherme Germano da Cunha Reys esta Pintura / por ser a expressaõ dos sentimentos q. nutrem, e nutrirãõ eternamente a seu Respeito. = em Agosto de 1850.*

José de Sousa e Melo, tesoureiro geral do consulado da alfândega do Porto desde 1773, exerceu durante a sua longa vida muitos outros cargos públicos importantes e foi em 1798 incumbido de estabelecer os correios e postas do reino no Porto e províncias do norte, lugar que desempenhou até 1818 simultâneamente com o de encarregado da inspecção das obras do edificio da Academia de Marinha e Comercio. Não admira pois que estreitas relações o ligassem a Sequeira, director da aula de desenho e pintura da mesma Academia.

Não cabem aqui dados biográficos sobre as outras pessoas a quem o quadro pertenceu, sempre no Porto. Por falecimento do cónego Cunha Reis foi vendido pelo «bric-à-braquista» Taborda ao conselheiro José Ignacio Xavier, morador na Rua da Carvalhosa, cuja viuva o cedeu depois ao Dr. Oliveira, de Viana do Castelo.

(1) Por decreto de 5 de novembro de 1834 foi Manoel da Fonseca Pinto nomiado substituto da cadeira, apesar do decreto de 15 de outubro dêste ano ter nomiado para o mesmo lugar Antonio José Teixeira d'Abreu Junior. Mas a portaria de 15 de dezembro anulou o despacho do último, com o fundamento de que o lugar tinha sido provido em Fonseca Pinto que se demorara em tirar a sua carta.

Em 1836, recusando-se os lentes da Academia de Marinha e Comercio, excepto João Baptista Ribeiro, a jurarem a Constituição de 1822, novamente promulgada, fôram todos exonerados por decreto de 19 de outubro, e êle nomiado seu director, por decreto de 22, em substituição de Agostinho Albano da Silveira Pinto exonerado também (1). Mas quando obtêve o encarte, com data de 27 de maio de 1837, já a instituição estava reformada e transformada, por decreto de 13 de janeiro do mesmo ano, na «Academia Polytechnica do Porto», em cuja direcção Ribeiro continuou (2).

Portanto a medalha inventada e desenhada por Sequeira, gravada em Lisboa por H. Vassalo com a data «IV. Kal. Jul. MDCCCII.» no exergo de uma das faces, era destinada a servir de prémio aos alunos da «Aula de Debuxo e Desenho», que reabriu a 14 de junho (3) sob a direcção de Francisco Vieira. Só depois de 29 de julho de 1803 podia ser aplicada aos alunos da «Academia de Desenho e Pintura» da «Academia Real de Marinha e Commercio» criada nesta data, que o mesmo Vieira inaugurou e continuou a dirigir. E unicamente depois de 7 de janeiro de 1806, ou mais provavelmente depois de 8 de maio dêste ano, já falecido o Portuense, propôsto Sequeira na primeira data e nomiado na segunda professor e director da mesma

---

(1) Pelo decreto de 19 de outubro de 1836 foi nomiado substituto Joaquim Cardoso Victoria Villa-Nova, passando depois para a Academia Polytechnica com o mesmo cargo por decreto de 11 de junho de 1838 e carta régia de 21 de junho de 1839.

(2) Sôbre todo o resumo histórico veja-se :

*Archivo pittoresco* — Volume VIII-1865 — Pag. 45, 50 e 66 : «Francisco Vieira Portuense. Esboço biographico. Por Innocencio Francisco da Silva».

*Historia dos estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia por José Sylvestre Ribeiro* — Tomo II — Lisboa 1872 — Pag. 65 e 387.

*Idem* — Tomo II — Lisboa 1873 — Pag. 23.

*Anuario da Academia Polytechnica do Porto* — Anno lectivo de 1877-1878 — Porto 1878. — Pag. 85 : «Memoria historica da Academia Polytechnica do Porto pelo conselheiro Adriano de Abreu Cardoso Machado director da mesma Academia».

(3) A data «IV. Kal. Jul.» corresponde a 27 de junho.

Academia, se podia ter passado com êle o que foi comunicado a Lopes Fernandes.

Assim condizem perfeitamente as informações dadas por João Baptista Ribeiro a Eduardo Augusto Allen e ao Dr. Pedro Augusto Dias.

\*  
\*   \*  
\*

E agora vou dar notícia de outro trabalho artístico que, não sendo da autoria de Sequeira, lhe foi attribuido por algum dos detentores antecedentes e é interessante sob varios aspectos.

Ha pouco tempo fui presenteado com êsses desenhos pelo meu amigo e colega Dr. Luiz Augusto de Oliveira, de Viana do Castelo, os quais, como tantos outros que possui o distinto amator, lhe provieram da collecção S. Romão (1).

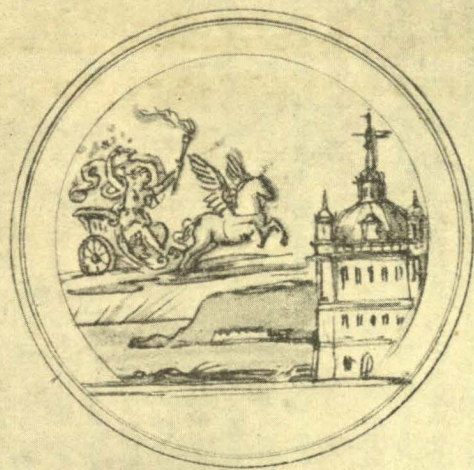
Feitos sobre um quarto de papel almaço branco, esteirado, representam variantes da mesma idea ou projecto para a face de uma medalha. Pela sua parte inferior, formando duas linhas manuscritas a tinta, com letra do primeiro quartel do século XVIII, lê-se textualmente o seguinte: «*esta taobem he do Ex<sup>mo</sup> Alegrete / representa hua aurora, não sei do mote*».

São dois esboços á pênna e a aguçada, cujos contornos circulares de rebôrdo, traçados a compasso e tiralinhas, medem 0,<sup>m</sup>075 de diâmetro. Ambos mostram a paisagem do Tejo, tomada do Terreiro do Paço antes do terremoto de 1755, tratada de modo idêntico e com notavel exactidão: No primeiro plano, á direita, occupando toda a altura do campo, o pavilhão filipino do antigo Paço da Ribeira, a que se segue, até ao outro extremo, a margem do terreno; ao centro, no segundo plano, a vista do rio, o monte de Almada com os seus fortes e o pontal de Cacilhas; e no terceiro plano, á esquerda, o Mar da Palha com raios do sol nascente emergindo do horisonte. Estas composições são circundadas por orlas lisas destinadas a inscrições e tem por baixo espaçosos exergos.

Em um dos esboços a figura da Aurora, empunhando na mão esquerda o facho aceso e segurando contra o regaço um taboleiro de

---

(1) Veja *A Morte de Camões*... — Pag. 12 e 148 (apenso C).



esta taobem e do Ex<sup>mo</sup> Alegrete  
representa sua aurora, não sei do mote

DESENHOS E AUTÓGRAFO DE FRANCISCO VIEIRA LUSITANO

Provenientes da colecção de M. S. Romão

flôres que espargê com a mão direita, voa no espaço, quasi de frente, parecendo dirigir-se para um dragão alado (o dragão heráldico da Casa de Bragança) que ocupa o terreno junto ao pavilhão do palácio. No outro esbôço não se encontra o dragão sobre a margem, que é mais estreita e irregular; e a figura da Aurora apresenta-se sentada em um carro aberto, puxado por Pégaso e dirigindo-se no céu, sôbre nuvens, da esquêrda para a direita.

A letra dos dizêres manuscritos deve ser a do desenhista e a tinta com que é feita parece a mesma dos contornos e dos traços á pênna dos esboços. Mas a attribuição da autoria dêstes a Sequeira, expressa na aposição, a lápis, do seu nôme em um canto do cartão sôbre que está marginado o papel que os contêm, é absolutamente inaceitável. Não só a maneira do trabalho é diferente das habituais no artista, o que aliás nada provaria com segurança tratando-se de tão proteïforme desenhador, mas o arcaísmo da paisagem, o character da figuração representada e a cronologia dos assuntos possivelmente simbolizados nas composições, ligada á referênciã, que as acompanha, a um «*Ex<sup>mo</sup> Alegrete*», tornavam pouco provável essa attribuição.

A inscrição característica, como já ficou dito, do primeiro quartel do século XVIII, é que tira todas as dúvidas: A sua lêtra não é de Sequeira, como verifiquei cuidadosamente pelo cotejo com numerosos manuscritos seus de várias épocas e especialmente com correspondência de 1790, 1791 e 1797, que tive em meu podêr. Por análogo processo comparativo a identifiquei porêem como sendo de Francisco Vieira de Matos, o Vieira Lusitano, cuja maneira de desenhãr se coaduna com a dos esboços descritos e a cronologia biográfica com a época, personagens e factos a que podem referir-se e com a paisagem que representam.

Vieira Lusitano já é conhecido como desenhador de medalhas pelos trabalhos conservados na Biblioteca de Evora, que Gabriel Pereira mencionou em dois folhetos <sup>(1)</sup> e que o Dr. Arthur Lamas des-

(1) Gabriel Pereira — *Estudos eborenses — Exposições de arte ornamental — Evora 1890* — Pag. 20.

Gabriel Pereira — *A collecção de desenhos e pinturas da Bibliotheca d'Evora em 1884 — Lisboa 1903* — Pag. 7 e 8.

creveu e reproduziu em um notável estudo publicado em 1907<sup>(1)</sup>, incluindo-o depois, não completamente, na sua monumental «*Memória histórica e descritiva*»<sup>(2)</sup>. É notável a conformidade do carro representado em um desses desenhos, destinado a uma medalha comemorativa da chegada dos reis e príncipes a Lisboa em 1729, com o carro da Aurora representado em um dos desenhos que possui; assim como o facto curioso de outro grande desenho, que em Évora acompanha os das medalhas, representar também uma Aurora espargindo flôres.

Não consta que fôsse realizado qualquer dos projectos que descrevo; pelo menos não é conhecida medalha alguma que lhes corresponda. Pela semelhança que tem com êles, chamou o Dr. Arthur Lamas a minha atenção para uma medalha estrangeira de época muito posterior, descrita e figurada na sua obra<sup>(3)</sup>, «comemorativa da batalha do Vimeiro e da entrada do exercito inglez em Lisboa» e cujo reverso também mostra, aliás em flagrante anacronismo com a data de «1808» que apresenta, parte do Paço da Ribeira, com o grande torreão filipino na face voltada ao rio, tendo ao lado um ancoradouro ocupado pela esquadra inglesa. À parte a analogia na representação do edificio, que se diria inspirada pelos desenhos citados, é obvio que nada mais ha de comum entre êstes e a medalha mencionada, que, estando assinada «MILLS. F.», pertence á célebre série das «*Mudie's National Medals*» composta de 40 espécies, emitida em Inglaterra e destinada a comemorar as vitórias alcançadas pelos ingleses sobre os franceses durante o reinado de Jorge III<sup>(4)</sup>.

A frase «*esta taobem he do Ex<sup>mo</sup> Alegrete*» manuscrita nos desenhos, parece mostrar que, além destes projectos, para os quais seu autor não sabia «*do mote*», outros havia com diferente representação temática indicada pelo mesmo inspirador.

(1) Arthur Lamas—*Medalha commemorativa da instituição da Academia Real da Historia Portuguesa...* — Lisboa 1907. — Estampa II e suplementares I e II. — Separata de *O Archeologo Português* — XII — N.º 1 a 4 — 1907.

(2) Arthur Lamas — *Medalhas portuguesas e estrangeiras...* — Pag. 25 e 26. Estampas A e B.

(3) *Idem* — Pag. 114 «N.º 86» — Est. 23 «86».

(4) *Idem* — Pag. 113.

E julgo não andar longe da verdade supondo que êles se referem ás medalhas que não chegaram a ser realizadas, mas que fôram projectadas para comemorar os enlaces matrimoniais de D. Mariana Victoria com o príncipe rial D. José, depois rei D. José I, e do príncipe das Asturias com a infanta D. Maria Barbara de Bragança, assunto tratado proficiente e desenvolvidamente pelo Dr. Arthur Lamas no primeiro dos seus já citados trabalhos (1). Assim como aceito igualmente a idea, aí exposta pelo meu illustre consócio, de que aos mesmos casamentos se refere um dos desenhos da Biblioteca de Evora, em que se vêem duas jovens rainhas sentadas e abraçadas, tendo ao lado as figuras do Hymeneu e da Felicidade, com o mote «*Felicitas duplex*».

Estas atribuições são muito verosímeis, porquanto a incumbência que o 4.º conde de Villar Mayor, Secretário perpétuo da Academia Real de Historia e filho do 2.º marquês de Alegrete, membro fundador e Censor da erudita agremiação, fez para Madrid ao marquês de Abrantes e á qual êste correspondeu com a carta e «folha inclusa» de 24 de fevereiro de 1728, transcritas nos registos académicos e indicando o tipo a que devia obedecer o projecto da medalha ou medalhas a cunhar, assim como as respectivas epígrafes, não impedia que Vieira Lusitano fôsse também encarregado de desenhar outros projectos, com têmeas diferentes, por incumbência e com indicações de qualquer dos Alegretes.

Confirmativa dêste modo de vêr é a coexistência do desenho da Biblioteca de Evora, que tem uma figura ostentando na cimeira do capacête o dragão da Casa de Bragança e sustentando o escudo bipartido com as armas de Hespanha e de Portugal, sentada numa quadriga guiada pelo Hymeneu; desenho destinado, como já ficou dito, a uma medalha comemorativa da chegada dos reis e dos noivos a Lisboa, vindos da fronteira onde tinham sido trocadas as princesas nubentes, segundo demonstra o letreiro explicativo e a data «MDCXXIX» (2). E que se continuou a recorrer á actividade artística de Vieira Lusitano para a comemoração medalhística dos acontecimentos sobrevin-

---

(1) Arthur Lamas — *Medalha commemorativa da instituição da Academia Real da Historia Portuguesa* — Pag. 17 e seguintes.

(2) *Idem* — Pag. 20. Nota 1 — Estampa suplementar I.

dos na família real portuguesa, ainda é corroborado pelo outro desenho de Evora, referente ao nascimento do príncipe da Beira e tendo a data «MDCCXXXIV» (1).

Outras hipóteses menos aceitáveis se podem formular sobre os desenhos que possui. Assim, é permitido também conjecturar que os projectos fôsem destinados á medalha comemorativa da fundação ou dos trabalhos da Academia Real da Historia, inaugurada em uma sala do palácio dos duques de Bragança, em 8 de dezembro de 1720, e ás vezes reunindo solenemente, sob a presidência de D. João V, no Paço da Ribeira. Nêsse caso a Aurora, representada semovente, ou sentada no carro puxado por Pégaso, assim como o dragão de guarda ao pavilhão filipino, simbolizariam a nova era que se abria para as letras sob a protecção do rei brigantino.

Esta suposição não é para desdenhar. Porquanto Vieira Lusitano, tendo desenhado o projecto que existe na Biblioteca de Evora e que, sendo indicado pelo marquês de Abrantes, depois de fundamente modificado, foi o que teve realização, como demonstrou também o Dr. Arthur Lamas (2), podia ter sido incumbido de desenhar outros projectos com ideas fornecidas pelos Alegrêtes, pai ou filho, ambos influentes no régio instituto, dedicados aos seus trabalhos e entusiastas pelo seu luzimento.

\*

\*      \*

Com estas singelas noticias julgo ter justificado o titulo da minha comunicação.

---

(1) *Idem* — Pag. 21. Nota — Estampa suplementar II.

(2) *Logares citados*.

# DOIS RETRATOS DE D. JOÃO 1.º

EM

## VIENA D'AUSTRIA

### BREVES NOTAS ICONOGRAFICAS

No *Museu historico de artes* (Kunsthistorisches Museum) de Viena d'Austria, existem dois quadros pintados a oleo com o retrato de el-rei D. João 1.º, o de boa memoria.

Um, pintado sobre taboa, com as dimensões 60<sup>cm</sup> × 50<sup>cm</sup>, é de ha muito conhecido entre nós, não só pela indicação dada, já em 1877, pelo ilustre critico de arte o sr. Joaquim de Vasconcelos, no seu livro *Albrecht Durer e a sua influencia na peninsula*, onde a pag. 151 se lê: *Ninguem nos disse até hoje que na «Ambraser-Sammlung» de Vienna (Cat. 1873, pag. 26, n.ºs 18, 21 e 48) estão tres quadros, provavelmente portuguezes, do seculo XV; um bello retrato de D. João I (1385-1443, com uma inscrição latina, incompleta por apagada), ...*», indicação esta, que Manuel Bernardes Branco copiou, sem citar a fonte respectiva, a pag. 13 do 3.º vol. do *Portugal e os estrangeiros*, mas tambem pela reprodução déle, feita em 1891, segundo desenho do notavel artista espanhol Enrique Casanova, no belo livro *Nun'Alvares*, de Oliveira Martins.

Na moldura, em madeira dourada, deste quadro, aparece, escrita em caracteres góticos, esta inscrição latina: *Hec est vera digne ac venerabilis memorie domini Joannis defuncti quond portugalie nobilissimi et illustrissimi regis ymago quippe qui dū uiueret de Juberot victoria potitus est potentissime.*

O que em português, segundo a tradução do sr. dr. José Maria Rodrigues, quer dizer: *Esta é a verdadeira effigie do falecido senhor D. João, de digna e venerável memória, outrora nobilissimo e illustrissimo rei de Portugal, pois foi ele que em vida alcançou esforçadissimamente a vitoria de Aljubarrota.*

E', portanto, um retrato pintado depois da morte do vencedor de Aljubarrota.

Segundo a opinião do sr. Kenner expendida num artigo intitulado: *Portratsammlung des Erzherzogs Ferdinand von Tirol*, publicado no *Jahrbuch des Kunsthistorischen Sammlungen des allerhöchsten Kaiserhauses*, vol. 19.<sup>o</sup> pag. 12 (1), o autor do quadro teria sido um dos pintores flamengos que, por aquela epoca, trabalhavam em Portugal, provavelmente um predecessor de João Dralia, de Bruges, o qual, segundo uma lapide sepulcral encontrada n'uma igreja de Tomar, falecera nesta cidade em 1504 (2).

A este retrato se referiu, o illustre director do Museu Nacional de Arte Antiga o sr. dr. José de Figueiredo, no seu notavel trabalho *O pintor Nuno Gonçalves*, a pag. 108, por estas palavras: *E é possível, até, que o retrato de D. João I, pintado posteriormente á batalha de Aljubarrota e encontrado pelo sr. Joaquim de Vasconcellos na Ambraser-Sammlung, de Vienna, seja obra sua* (de Antonio Florentim). *Pena é que o sr. Joaquim de Vasconcellos seja tão laconico na noticia que dá d'esse painel, limitando-se a dizer que é pintado a tempera, e nada nos dizendo, em especial, do preparo que a taboa tem, nem da sua tonalidade e character geral. A photographia, que é o que apenas conhecemos d'essa obra, não é base sufficiente para que possamos formular uma opinião, com segurança. E o estudo cuida-*

(1) — Eis o texto em alemão: *Das Porträt ist augenscheinlich nach einem Votivgemälde, vielleicht von einem Retablo, abgenommen, der sich wie diè missverständene Angabe «de Juberot» in der Aufschrift des grösseren Bildes vermuthen lässt, in der Kirche des Klosters La Batalha befunden haben dürfte. Die grössere obenerwähnte Copie ist gegen die Mitte des 15. Jahrs. entstanden u. nach der Individualität der Gesichtsrüge als ein Porträt des Königs, das zu dessen lebzeiten gemalt, war, zu betrachten. Der Meister des Originales war wohl einer der Niederländer die zu jener zeit vorzüglich die Malerei in Portugal vertraten, etwa ein Vorgänger jenes Johannes Dralia aus Brugge, der nach dem Grabsteine in der nun verfallenen Kirche zu Thomar 1504 daselbst gestorben ist. Das ursprüngliche Gemälde kam wahrscheinlich unter König Philipp II., welcher nach der Besetzung Portugals alle Königsbilder von hier nach Madrid nahm, mit diesen in die Hauptstadt d. ist hier die grössere Copie der Ambrasersammlung entstanden.*

(2) — A existencia deste pintor foi contestada, com todo o fundamento e grande erudição, pelo nosso distincto consocio e camarada o sr. coronel Garcez Teixeira, no seu interessante trabalho *A lenda do pintor Dralia*, inserto neste volume e publicado tambem em separata.



para se conseguir a entrega a Portugal de tres quadros, representando figuras portuguezas, existentes no Museu de Viena d'Austria, escrevia acêrca deste quadro: *Sem um grande valor comercial, ha no «Museu dos velhos mestres,» de Viena, três paineis que nos interessam muito particularmente, cumprindo-nos fazer tudo o que fôr possível, principalmente pela vinda de dois deles para o nosso Museu Nacional, não devendo mesmo poupar-nos a sacrificios, se tanto fôr necessario, para a obtenção daquelle que é mais importante para nós: o retrato de D. João I, obra a meu vêr de Antonio Florentim, pintor official desse monarca. Conhecido já em Portugal graças á revelação que dele fez o sr. Joaquim de Vascellos e á reprodução, embora má, que nos deu depois Oliveira Martins, esse retrato viria preencher a grande lacuna que existe na admiravel galeria que o nosso primeiro Museu já hoje possui da segunda dinastia; por isso que, com a revelação dos paineis de Nuno Gonçalves e a identificação que fizemos do retrato de D. Sebastião, que o sr. Conde dos Olivaeas e Penha Longa ofereceu ao Museu de Lisboa, e o de D. Manuel no triptico de Provost, para essa serie ficar completa apenas nos faltam o retrato de D. Duarte e o do seu glorioso pai. E não seria unicamente esse o beneficio obtido, pois o retrato em questão, o melhor de todos, é, não um simples documento iconografico, mas uma autentica obra de arte e, como tal, um importantissimo elo para o estudo e conhecimento da nossa evolução artistica nesse remoto e excepcional periodo.*

No 2.º vol. da 3.ª edição da *Historia de Portugal*, de Pinheiro Chagas, publicada pela *Empreza da Historia de Portugal*, sob a direção inteligente do nosso amigo o sr. Henrique Marques e que constitue o mais valioso repositório de retratos de personagens portuguezes que possuímos, veio reproduzido este retrato de D. João I.º com a seguinte nota: *Aparte o traje, com que, com muita correção e estudo o nosso collaborador artistico (Roque Gameiro) completou o quadro, este retrato é uma fiel reprodução, como se lê nas poucas palavras, que acompanham a epigrafe da nossa gravura, do retrato a oleo do seculo XV, existente na galeria imperial de Vienna.*

O outro retrato do mesmo monarca, que existe no museu viennense, foi mandado copiar em 1575, do primeiro quadro referido, pelo arquiduque Fernando, do Tirol, segundo filho do imperador Fernando I e que foi o fundador da *Ambraser-Sammlung*, galeria, ha muito (desde 1896), incorporada no dito museu.

Aquele arquiduque mandou pintar os retratos de todos os membros da casa de Habsburgo, com a qual era aparentado o rei D. Manuel de Portugal, e os de muitos personagens celebres do tempo (1).

Esta copia, a oleo, sobre papel estendido e colado sobre uma



D. JOÃO I.º

Copia do quadro de Antonio Florentim por Antonio Waiss

taboa, mede 13<sup>cm</sup>,5 × 10<sup>cm</sup>,5 e foi executada pelo pintor Antonio Waiss, de Insbruck.

Nela se lê, ao alto, a inscrição *Ioannes Rex. Portv.*

(1) Hirn, *Erzherzog Ferdinand II, von Tirol*, Insbruck, 1885, 2 vol.

Foi o nosso falecido amigo Joaquim de Araujo, poeta distincto e erudito investigador, quem nos deu o fio para alcançarmos a fotografia deste segundo retrato de D. João I, escrevendo esta nota na revista portuense *A Revista*, de 1903, a pag. 181-182: *O retrato de D. João I, existente em Austria, que veio para mim, em grande, é o mesmo do Oliv. Martins, nos Filhos de D. João I (aliás, Nun'Alvares)? É preciso confronta-lo, porque no Museu ha dois e não um, como geralmente se afirma, e pode ser que me mandassem copia do que não é conhecido em Portugal. Cuido que não tem fundamento a supposição de que um d'elles viesse do espolio da Duqueza de Borgonha. A tradiçãõ de Vienna dá-os ambos como copiados no seculo XVI, de um original, que, nesse tempo existiu no mosteiro da Batalha. Vêr se há menção de algum d'elles nos inventarios do Laborde, tão copiados de Gay.*

Eis as notas <sup>(1)</sup> que reunimos e constituem mais um subsidio, embora insignificante, para um trabalho iconografico que um dia venha a efectuar-se em Portugal <sup>(2)</sup>.

*Henrique de Campos Ferreira Lima.*

---

<sup>(1)</sup> Algumas delas e as fotografias dos dois quadros foram-nos fornecidas pelo sr. Winkler, delegado da Republica Tchecoslovaca junto da commissão interaliada em Viena d'Austria, por intermedio do nosso amigo o sr. Francisco Bous, professor do liceu de Smichow, funcionario do ministerio d'instrução daquela Republica traductor, em tcheque, do drama *Fr. Luiz de Sousa*, de Garrett e que esteve em Portugal, em Janeiro deste ano.

<sup>(2)</sup> Este ultimo retrato foi, por nós, incluído numa relação que enviámos para o *Arquivo iconografico*, iniciado no *Diario de Noticias* pelo nosso illustre consocio o sr. Matos Sequeira, com tanta vantagem e utilidade para os estudiosos e publicada no n.º 20.466, de 8 de Janeiro de 1923, daquêlê jornal.

Como nota final acrescentaremos que o desenho de Casanova foi reproduzido no n.º 35 da *Illustração Villacondense*, de 1913 e que o erudito investigador Sousa Viterbo, numa comunicação feita na Academia sob o titulo: *Influencia da pintura italiana em Portugal*, incluiu o texto duma carta de privilegio passada por D. Duarte, ao pintor Antonio Florentim, que D. João 1.º chamara para a sua côrte, confirmada por D. Afonso 5.º. Vid. pag. 51 a 55 do *Boletim da 2.ª classe*, vol. I, 1903 e *Noticia de alguns pintores portugueses*, 1.ª serie, Lisboa 1903, pag. 67 e 68.)